

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LAURA DOS SANTOS TAVARES

**AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E AS FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

**Goiânia-GO
FIC/UFG
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LAURA DOS SANTOS TAVARES

**AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E AS FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Orientadora: Prof.^a Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes

**Goiânia-GO
FIC/UFG
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

T231n Tavares, Laura dos Santos.
As novas tecnologias da comunicação e as formas de participação política [manuscrito] / Laura dos Santos Tavares. - 2012.
xv, 119 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Suely Henrique de Aquino Gomes
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, 2012.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras.

1. Comunicação – Tecnologias 2. Política – Participação 3. Comunicação – Mídia I. Título.

CDU: 659.3:004.7

LAURA DOS SANTOS TAVARES

**AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E AS FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao final do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em 01 de outubro de 2012 pela banca examinadora Composta pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes
Orientadora - FIC/UFG

Prof. Dr. Goiamérico Felício Carneiro dos Santos
FIC/UFG

Prof.^a Denise Paiva Ferreira
FCS/UFG

**Goiânia-GO
FIC/UFG
2012**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Laura dos Santos Tavares		
E-mail:	lauratavares@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	-		
Agência de fomento:	Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ: -
Título:	As novas tecnologias da comunicação e as formas de participação política.		
Palavras-chave:	Novas tecnologias; Comunicação; Política; Ação; Participação.		
Título em outra língua:	New communication technologies and forms of political participation		
Palavras-chave em outra língua:	New technologies; Communication; Policy; Action, Participation		
Área de concentração:	Comunicação, Cultura e Cidadania		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	01/10/2012		
Programa de Pós-Graduação:	Mestrado em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação.		
Orientador (a):	Suely Henrique de Aquino Gomes		
E-mail:	suelyhenriquegomes@gmail.com		
Co-orientador (a):*	-		
E-mail:	-		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Catarina e João Liandro, que me ensinaram desde sempre a importância da educação, do esforço e do trabalho. Mas agradeço especialmente à minha mãe, que aguentou pacientemente minhas ausências, minhas crises de mau humor e minhas solicitações de silêncio e solidão.

Ao meu irmão Liandro, que tem sido meu companheiro de vida e com quem eu divido cada vitória.

À minha sobrinha Sofia, que me ensinou que o amor incondicional pode existir e para quem bastava olhar por um minuto para o cansaço da pesquisa passasse e eu tivesse ânimo para continuar.

Aos meus grandes amigos: Jullena, Carime, Douglas, Camila, Diogo, Djan, Tiago, Renata e Tulielma, que estiveram comigo durante toda essa jornada e me apoiaram em cada decisão, em cada dificuldade e entenderam as ausências neste período.

Aos colegas do mestrado, em especial Geórgia e Fernando, que dividiram comigo as angústias, dificuldades e alegrias dessa batalha pelo título de mestre.

À CAPES, que financiou os meus estudos no mestrado, contribuindo fundamentalmente para que eu conseguisse chegar até aqui.

Aos professores: Lisandro, Maria Luiza e Ana Carolina, que com seus ensinamentos nas disciplinas ajudaram a construir esta dissertação.

Aos professores Goiamérico Felício e Denise Paiva, por, tanto na Banca de Qualificação quanto na Banca de Defesa, terem contribuído com seus conhecimentos para este trabalho.

À minha orientadora Suely Henrique de Aquino Gomes, que desde o início aceitou fazer parte deste desafio de falar sobre política e novas tecnologias e que contribuiu decisivamente para que este trabalho fosse realizado com determinação e vontade.

A coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política, porque só podemos chegar no mundo público comum a todos nós - que, no fundo, é o espaço político - se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada.

Hannah Arendt

RESUMO

Cada vez mais, as concepções iniciais sobre a prática política estão se adequando às novas realidades em que não só a comunicação de massa, como também as novas mídias virtuais exercem papel capital na formação das opiniões, preferências e valores dos indivíduos. A presente dissertação visa a analisar as novas tecnologias da comunicação como um espaço de anúncio de uma nova esfera pública, onde a participação e ação política podem se dar de forma direta e contribuir para a horizontalização do poder. Em tempos midiáticos, as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política passam por bruscas mudanças no que se refere às formas de sociabilidade e a agilização e intensificação das interações entre os indivíduos com o advento das novas tecnologias da comunicação. Esta dissertação propõe a discussão sobre os aspectos e a relevância dos processos de sociabilidade e discussões políticas possibilitadas pelas novas tecnologias da comunicação, em especial as redes sociais e mais especificamente o Twitter. Procura refletir até que ponto esta ampliação na discussão e na participação popular na vida política contribui para o surgimento de um novo sistema democrático, onde o cidadão tem um canal de comunicação menos complicado para interagir e até cobrar ações da elite dirigente. Procurou-se analisar se essas novas formas de interação mediada, de fato, contribuem para o surgimento de um novo espaço público onde a ação política possa acontecer, se essa nova mídia incentiva essa participação e ação e como e em que medida isso acontece. Para tanto, foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa: pesquisa bibliográfica para construir o referencial teórico e estabelecer os principais conceitos, que, posteriormente, foram utilizados nas análises; o estudo de caso e a observação participante para a coleta e compreensão dos dados da pesquisa e; por fim, a análise de conteúdo para a análise dos dados e estabelecimento das categorias de pesquisa.

Palavras-chave: Novas tecnologias; Comunicação; Política; Ação; Participação.

ABSTRACT

Increasingly, initial conceptions about political practice are adapting to the new realities in which not only the mass media, as well as new virtual medial play vital role in forming the opinions, values and preferences of individuals. This research aims to analyze the new communication technologies as a new public sphere, where participation and political action can take place directly and contribute to the leveling of power. In times media, the conditions under which they develop the theory and practice of politics undergo abrupt changes as regards the forms of sociability and the streamlining and strengthening of interactions between individuals with the advent of new communication technologies. This dissertation proposes a discussion on the relevance of the aspects and processes of social and political discussions made possible by new communication technologies, especially social networks, and more specifically Twitter. Reflect until this point in the discussion and broadening popular participation in political life contributes for the emergence of a new democratic system where the citizen has a communication channel to interact less complicated and even charge actions of the ruling elite. We sought to examine whether these new forms of mediated interaction, in fact, contribute to the emergence of a new public space where policy action could happen if this new media that encourages participation and action and how and to what extent this happens. For this, we used the following research methods: literature to build the theoretical framework and establish key concepts that were later used in the analyzes: the case study and participant observation to collect and understand the data and the research and finally, an analysis of content for data analysis and setting the search categories.

Key words: New technologies; Communication; Policy; Action, Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: <i>Trending Topics</i> do dia 02/08/2012.....	94
FIGURA 2: <i>Trending Topics</i> do dia 01/07/2012.....	104
FIGURA 3: <i>Trending Topics</i> do dia 05/07/2012.....	104
FIGURA 4: <i>Trending Topics</i> do dia 16/07/2012.....	105
FIGURA 5: <i>Trending Topics</i> do dia 27/07/2012.....	105
FIGURA 6: <i>Trending Topics</i> do dia 31/07/2012.....	106
FIGURA 7: <i>Trending Topics</i> do dia 03/08/2012.....	106
FIGURA 8: <i>Trending Topics</i> do dia 06/08/2012.....	107
FIGURA 9: <i>Trending Topics</i> do dia 10/08/2012.....	107
FIGURA 10: <i>Trending Topics</i> do dia 16/08/2012.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A POLÍTICA, A LIBERDADE, A COLETIVIDADE E MODERNIDADE: POSSIBILIDADES DE UM RESSURGIMENTO DA AÇÃO POLÍTICA SEGUNDO AS PERSPECTIVAS DE HANNAH ARENDT.....	15
1.1 Hannah Arendt e Suas Definições Sobre Política, Liberdade e Ação Plural...	15
1.2 Modernidade e Pós-Modernidade.....	25
1.3 O Exercício da Política na Contemporaneidade.....	33
2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	50
2.1 Participação Política: Conceitos.....	50
2.2 Representação e Participação Política.....	53
2.3 A Participação Política está em Declínio?.....	58
2.4 Controle Social e Participação Política nas Redes Sociais.....	69
3. REDES SOCIAIS, MICROBLOG, TWITTER E PARTICIPAÇÃO.....	77
3.1 Conceitos e Utilização.....	77
4. METODOLOGIA.....	87
5. PARTICIPAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NO TWITTER: OS ACONTECIMENTOS, AS DISCUSSÕES, OS RESULTADOS E AS ANÁLISES.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

INTRODUÇÃO

Com a evolução das mídias, as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política passam por bruscas mudanças no que se refere a formas de sociabilidade e a agilização e intensificação das interações entre os indivíduos.

Esta dissertação propõe a discussão sobre os aspectos e a relevância dos processos de sociabilidade e discussões políticas nas novas tecnologias da comunicação e até que ponto tais discussões podem vir a se constituir em participação e ação política. Procura-se analisar se essas novas formas de interação mediadas, de fato, estabelecem um canal de comunicação, facilitando a interação entre governantes e governados, promovendo uma horizontalização do processo de administração do Estado, e se contribuem ou não para uma nova forma de participação política e a inauguração de um novo espaço público de exercício da política no sentido de liberdade, conceito que será abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

O presente trabalho, então, visa a analisar as novas formas de interação mediada² e investigar seu potencial na reinauguração de um espaço público de ação política e um novo tempo de participação política, no qual os indivíduos, através de esforços coletivos, busquem reaver sua liberdade como cidadãos do mundo.

O conceito de política que será utilizado no presente trabalho é o de Hannah Arendt, pois trata a política como liberdade e como resultado de um agir coletivo. Assim sendo, falaremos de política aqui em sentido amplo, no sentido de indivíduos agindo coletivamente em prol do bem estar social e não somente no sentido restrito de política institucional, partidária e eleitoral. Além do conceito de política e liberdade, serão tratadas também as questões da pluralidade, da singularidade, da coletividade e da crítica à modernidade em Hannah Arendt.

Com isso, pretendemos apresentar não só o que entendemos pela prática da política, como também traçaremos uma perspectiva histórica do exercício da política e da participação ao longo dos anos, desde a antiguidade (*polis* grega) até os dias atuais, buscando pontuar até que ponto as mudanças na estrutura do poder e na cultura das sociedades, que se tornam cada dia mais fragmentadas e preocupadas com suas necessidades privadas, contribuíram para o questionamento sobre a participação política, principalmente de jovens.

² “As interações mediadas implicam o uso de um meio técnico que possibilitam a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos”. (THOMPSON, 2002)

Ao apresentar esta perspectiva histórica do exercício da política na modernidade e na contemporaneidade, analisando como a ação coletiva dos indivíduos vem mudando ao longo dos anos, buscaremos verificar se um dos caminhos apontados por Arendt como possível alternativa para a retomada desta ação, o sistema de conselhos, pode vir a se tornar realidade com o advento das novas tecnologias da comunicação, em especial as redes sociais.

Verificaremos se os grupos bastante específicos que são formados nas redes sociais podem vir a se constituir uma nova esfera pública de participação.

Como se verá, o sujeito contemporâneo é marcado pela fragmentação e pelo individualismo, o que pode vir a dificultar a ação política coletiva, mas que, por sua vez, também pode ser uma alternativa como nova forma de participação, onde as ações políticas podem sim ser coletivas, mas focadas em ideais e temas específicos. Procuraremos então verificar se a revolução proposta por Hannah Arendt pode vir a se dar, mas na forma de microrevoluções, devido às características da nova sociedade e até pelas características das novas tecnologias da comunicação.

Outros conceitos que serão abordados são os de participação e representação política, bem como a participação em relação às novas tecnologias da comunicação, em especial as redes sociais. Tudo isso já atualizando os conceitos e formas que se dão a participação e representação, buscando traçar um paralelo daquilo que era pregado por Arendt em suas obras e o que vem sendo aplicado nas diferentes sociedades contemporâneas. Com isso, pretendemos perceber como a evolução da participação e ação política podem vir a influenciar a forma como os indivíduos agem em coletividade e se inserem na vida pública.

Através da utilização destes conceitos na análise da pesquisa empírica, buscaremos saber se é possível que as novas tecnologias da comunicação venham a se constituir como uma nova esfera pública onde os cidadãos possam exercer a participação política e influenciar na administração do estado, tornando o governo um processo horizontal. Ademais, analisaremos quais os requisitos para que isso realmente ocorra e se as discussões virtuais podem vir a se transformar em ações coletivas de participação.

É importante considerar que interações sociais em ambientes online acrescentam uma camada de virtualidade ao objeto da observação ou, mais exatamente, tornam mais óbvio o quanto as interações sociais são efêmeras. O empirismo, neste caso, representa um *modus operandi* que permite construção colaborativa em prol de compreensão compartilhada – compreensão que vai além tanto do indivíduo que observa, quanto do que é observado. Ele nos permite mudar de perspectiva e, ao mesmo tempo, ajuda a fazer com que os outros enxerguem as coisas como nós a vemos (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL. 2011. p. 13)

Essas novas formas de interação social e, porque não dizer, de participação política, proporcionadas pelas inovações nas tecnologias midiáticas merecem atenção dos pesquisadores em comunicação.

As novas tecnologias da comunicação trazem uma série de particularidades como o fato de facilitar uma simetria na comunicação entre emissor e receptor, possibilitando diálogos antes impensáveis. Com isso, hoje o cidadão comum, que só tinha acesso aos seus representantes em momentos de campanha eleitoral ou indo às assembleias legislativas, às câmaras de deputados e de senadores, podem participar de discussões políticas e das ações de seus representantes, através de atitudes virtuais coletivas que podem vir a ser capazes de influenciar efetivamente aquilo que é definido no governo dos Estados.

Dá a importância em se estudar tal tema, principalmente no que concerne à sua relação com a comunicação, pois o presente trabalho se centrará no papel que as novas tecnologias terão na viabilização da participação política pelo cidadão comum e na formação de uma nova esfera pública, ou seja, nas mudanças culturais que as novas tecnologias da comunicação acabam por proporcionar e como tais mudanças podem contribuir para a reinauguração de uma política baseada na liberdade e na horizontalidade do poder.

O campo da comunicação fica aqui definido pelo fato de que centraremos nosso estudo e análise no papel, efetivo ou não, que o meio (virtual) tem tido e ainda pode ter na modificação de uma cultura política que vem declinando ao longo dos anos, pelo menos no que se refere à política como liberdade e garantia do bem estar social e não só da política institucional e burocrática. Assim, buscaremos verificar como é se dá a penetração das novas tecnologias da comunicação nos processos sociais, neste caso em especial políticos, e como suas especificidades podem ser caracterizadas como influenciadoras/modificadoras da forma como o sujeito contemporâneo lida e age politicamente no mundo atual.

A pertinência do estudo pauta-se também no fato de que será feita uma pesquisa empírica, contextualizando a supracitada discussão no mundo real e analisando como essa relação entre novas tecnologias e participação política se dão de fato.

Visto que este tem sido um tema recorrente nas atuais pesquisas verificadas no meio acadêmico, a contribuição do presente trabalho então se firmará no fato de que centraremos o foco no sentido de averiguar que as novas tecnologias da comunicação, em especial as redes sociais, podem vir a se constituir como um novo ambiente não só de participação, de discurso, como de ação política.

Desta forma, analisaremos através da revisão de literatura e estudo de caso, se é possível que esta nova esfera pública virtual pode ser o ambiente propício para a criação de

um novo sistema de participação popular, o sistema de conselhos, apresentados por Hannah Arendt como a alternativa mais democrática para se fugir dos regimes totalitários e das democracias parlamentares, conforme veremos no capítulo inicial.

A pesquisa, como será visto no item metodologia, será baseada na observação participante, juntando análise de conteúdo e estudo de caso (Twitter).

O objetivo é descobrir se é possível que o cidadão comum consiga participar de ações políticas através da utilização dos recursos inaugurados pelas novas tecnologias da comunicação, caracterizando o surgimento de um novo espaço público onde a ação política seja possível.

Para tanto, discutiremos a evolução da discussão política na sociedade e como as novas mídias se inseriram e se estabeleceram neste processo. Analisaremos o panorama atual das novas tecnologias da comunicação, em especial as comunidades virtuais, buscando compreender a questão da polêmica democracia eletrônica. Investigaremos quais os requisitos básicos para que o cidadão consiga participar efetivamente da vida política do seu país e consiga utilizar as novas tecnologias da comunicação para agir politicamente e reivindicar melhorias no que se refere ao bem estar social, tornando o processo de governo horizontalizado. Avaliaremos como a cultura política brasileira influencia o processo de participação ou não do cidadão na política de seu país. Por fim, tentaremos descobrir se as redes sociais (Twitter) podem ser caracterizadas como uma nova esfera pública, um novo espaço para discussão/ação política.

Começaremos nosso trabalho com os seguintes pressupostos: a popularização do acesso à Internet e às redes sociais constitui um novo espaço para o cidadão discutir assuntos relevantes como a política em seus perfis particulares; a interação do cidadão com seus representantes de uma maneira menos burocrática facilita a abertura de um canal de comunicação entre o cidadão e a elite dirigente, estimulando o interesse em participar politicamente; a definição de grupos nas redes sociais podem incentivar a participação e, conseqüentemente, a ação política, já que o cidadão precisaria de um esforço não tão grande para reivindicar que seus questionamentos e reivindicações sejam ouvidas.

1. A POLÍTICA, A LIBERDADE, A COLETIVIDADE E MODERNIDADE: POSSIBILIDADES DE UM RESSURGIMENTO DA AÇÃO POLÍTICA SEGUNDO AS PERSPECTIVAS DE HANNAH ARENDT

Serão analisados primeiramente nesta dissertação os conceitos de política, liberdade, pluralidade, coletividade, esfera pública e ação política de Hannah Arendt e, posteriormente, como tais conceitos acabaram mudando, sendo substituídos e alguns até eliminados pelo surgimento das novas formas de se fazer e se pensar política na modernidade.

Através da discussão destes conceitos e da apresentação da “evolução” histórica ocorrida na política desde a antiguidade até o período atual, pretende-se começar a apontar uma luz sobre a discussão da utilização das novas tecnologias da comunicação como novo espaço público para o exercício da participação política.

1.1 Hannah Arendt e Suas Definições Sobre Política, Liberdade e Ação Plural

O mundo político moderno é marcado pelo prevaletimento de regimes democráticos em que a liberdade do cidadão é o ponto principal das ações governamentais. Todavia, ao assumir o papel de provedor do bem estar social e responsável por saciar pelo menos as necessidades básicas dos indivíduos, o Estado acaba por contribuir para uma crescente apatia cidadã diante das questões políticas.

Mediante esta realidade da política moderna é que começamos a tratar aqui de alguns dos principais conceitos de Hannah Arendt ligados à política. As obras de Hannah Arendt foram escolhidas para dar as bases bibliográficas do conceito de política que será trabalhado nesta dissertação por tratar a política como liberdade e como resultado de um agir coletivo. Assim sendo, analisaremos a política aqui a partir de um sentido amplo, no sentido de indivíduos agindo coletivamente em prol do bem estar social e não no sentido restrito de política institucional, partidária e eleitoral.

A definição aristotélica de que o homem é um ser político e que tem uma tendência natural a formar a *polis* não é completamente aceita por Arendt, para quem o homem não é originalmente político, mas se torna ao se relacionar com os demais membros de sua espécie e perceber neles sua singularidade, relacionando-se politicamente para alguns assuntos em comum.

Contudo, a autora ressalta que Aristóteles, na verdade, não trata a política como algo nato ao ser humano, ou que a política e a *polis* existisse em toda parte. Para ele essas definições só se davam quando se considerava os homens livres, os cidadãos que podiam agir politicamente na *polis* e que a ação não se limitava ao que dizia respeito ao Estado, era muito maior. A política para ele é compreendida assim como uma prática social múltipla e cotidiana, que se insere na realidade de todo e qualquer homem sociabilizado, como podemos perceber nas próprias palavras de Aristóteles:

A cidade é uma realidade natural e o homem é, por natureza, um animal social. E aquele que, por natureza e não por mero acidente, não faz parte de uma cidade é ou um ser degradado ou um ser superior ao homem; ele é como aquele a quem Homero censura por ser sem clã, sem lei e sem lar; um tal homem é, por natureza, ávido de combates, e é como uma peça isolada no jogo de damas. É evidente, assim, a razão pela qual o homem é um animal político em grau maior que as abelhas ou todos os outros animais que vivem reunidos. Dizemos, de fato, que a natureza nada faz em vão, e o homem é o único entre todos os animais a possuir o dom da fala. Sem dúvida os sons da voz (*phoné*) exprimem a dor e o prazer e são encontrados nos animais em geral, pois sua natureza lhes permite experimentar esses sentimentos e comunicá-los uns aos outros. Mas quanto ao discurso (*lógos*), ele serve para exprimir o útil e o nocivo e, em consequência, o justo e o injusto. De fato, essa é a característica que distingue o homem de todos os outros animais: só ele sabe discernir o bem e o mal, o justo e o injusto, e os outros sentimentos da mesma ordem; ora, é precisamente a posse comum desses sentimentos que engendra a família e a cidade”. (ARISTÓTELES, c1985. p. 1253a)

Assim, tanto para Arendt, quanto para Aristóteles, a política só pode existir em meio a uma sociedade, na qual os indivíduos interajam, suscitem discussões e se manifestem coletivamente em prol do bem estar social.

Um conceito que fica também é a questão da liberdade, pois só quem participava da *polis* era de fato livre e podia desempenhar o papel de ser político. Então Arendt afirmava que o homem não é, mas se torna um ser político a partir do momento em que faz parte da sociedade e se relaciona com os demais.

Como se no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência — conceito que não procede; o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação. (ARENDR, 2002)

Arendt, neste sentido, defende que liberdade e ação política significam a mesma coisa, pois se o homem na sua solidão, com sua capacidade individual de querer, não é capaz de ser

livre, pois para a autora a liberdade reside na condição plural do homem, ou seja, na sua condição de ser social. Diz-se, então, que o ser humano só é livre enquanto está agindo no ou em nome do coletivo e daí ressalta-se, mais uma vez, que a realidade atual de apatia política faz com que sejamos cada dia menos livres.

Voltando agora à questão do declínio na ação política dos cidadãos na modernidade, Hannah Arendt se ateve a esta ideia por considerar que é este o motivo pelo qual os regimes totalitários do século XX puderam erigir e causar uma total quebra da liberdade individual e coletiva na esfera política. Isto porque a participação coletiva direta pode ameaçar as estruturas políticas vigentes e por este motivo passa a ser indesejada e, com o tempo, anulada. Tal anulação tanto pode ser conseguida através do uso da força, como nos regimes totalitários, como através de mecanismos mais sutis que são os detectados hoje em dia. Estes mecanismos mais sutis buscam massificar a população, diminuindo a capacidade de discernir do indivíduo e a capacidade de se comunicar com os demais no intuito de agir politicamente. Ao massificar também se eliminam as singularidades, condição fundamental para que o cidadão aja politicamente e faça parte da esfera pública.

Arendt, neste mesmo sentido, afirmou que a pluralidade é essencial ao homem político:

Quantos mais pontos de vista houver num povo, a partir dos quais possa ser avistado o mesmo mundo, habitado do mesmo modo por todos e estando diante dos olhos de todos, do mesmo modo, mais importante e mais aberta para o mundo será a nação. Em outras palavras, só pode haver homem na verdadeira acepção onde existe mundo, e só pode haver mundo no verdadeiro sentido onde a pluralidade do gênero humano seja mais do que a simples multiplicação de uma espécie. (ARENDR. 2002.)

Pode-se dizer então que a noção de participação política no pensamento arendtiano, ancora-se na condição humana da pluralidade. A ação política essencialmente discursiva é pautada pela diversidade de opiniões num espaço social específico, em que o uso da fala é o principal meio para o consenso. O espaço público torna-se uma categoria política como fundamento último da democracia moderna de massas.

Hannah Arendt, ao se debruçar em reflexões de caráter político-filosóficas a partir de suas análises de momentos específicos da história do século XX, verificou que o homem pode chegar a construir uma sociedade governada pela tirania a partir do esvaziamento das condições que possibilitam a participação política. A partir do momento em que o homem perde a capacidade comunicativa de estabelecer relações no espaço público, a condição

humana da pluralidade cede espaço à condição da uniformidade de opinião, na padronização de pensamento e principalmente na passividade leal em seguir ordens.

Assim, para que não tenhamos uma cidadania que seja usada apenas para legitimar os governos vigentes nas eleições, não se verificando efetivamente a participação do indivíduo na ação política, é preciso que as singularidades sejam preservadas e estas se mobilizem em prol do bem estar coletivo.

Para que haja a mobilização, Hannah Arendt afirma que é preciso haver ação. Em seu livro *A condição humana* (2005a), ela classifica três instâncias da vida do indivíduo, quais sejam, o labor, o trabalho e a ação em si, sendo a primeira relativa às necessidades básicas do ser humano, a segunda relativa à sobrevivência, pois para que se mantenha neste mundo o ser humano precisa produzir e, por fim, a ação que seria a instância na qual o indivíduo pode de fato exercer seu papel de ator político, uma vez que a política só se dá mediante a ação humana e singular.

Segundo a autora, estas três instâncias vêm sendo homogeneizadas, sendo que na sociedade moderna o labor e o trabalho vêm sendo priorizadas em detrimento da ação, pois como já se viu, na sociedade atual o Estado ao saciar as necessidades do indivíduo acaba por dirimir sua ação política, visto que eles passam a se preocupar mais com suas questões privadas do que com aquelas de ordem pública, que já estão contempladas pelo Estado.

Ao classificar estas três atividades, Arendt apresenta sua definição de esfera pública e privada. Para ela, as atividades de labor e de trabalho fazem parte da esfera privada, onde o indivíduo atua em prol das suas necessidades e de seus anseios, caracterizando a esfera privada então como “reino das necessidades”. Já a ação faz parte da esfera pública, uma vez que se caracteriza como atividade que mantém a condição humana, caracterizando a esfera pública como o “reino da liberdade e da atividade política”, local onde os indivíduos singulares relacionam-se entre si e agem coletivamente em prol do bem estar social, deixando o particular de lado. (SEIXAS, 2009)

Diz-se então que a esfera pública é o lugar onde a palavra e o agir humano habitam juntos em direção ao consenso social, tornando-se o local onde os indivíduos podem revelar sua singularidade e, portanto, confirmar o fato original e singular do seu aparecimento físico e original. Inaugurando algo novo através do discurso e iniciando novas perspectivas em um mundo já existente. Esse é um dos pontos importantes do pensamento de Arendt em relação à esfera pública, pois para ela apenas os seres compostos de sua singularidade são capazes de produzir uma ação original, incitando o agir coletivo, plural, retirando os indivíduos da sua

natural inércia diante do mundo pré-existente. O que se verifica é a possibilidade de um diálogo livre que permite aos homens estabelecerem acordos acerca do interesse público.

Todavia, para a autora o homem na esfera pública é dotado de duas tarefas, quais sejam, como agente ou como ser moral. Como agente de algo inovador, que o impele a criar o novo e fugir da tentação de permanecer no cotidiano. Como ser moral, pois essa esfera torna-se o lugar de revelação da singularidade do indivíduo, dos sentimentos, dos valores, da cultura, da moral, sendo que este homem não é movido por interesses particulares, mas sim por razões públicas que orientam as suas ações.

Diz-se então que as ações na esfera pública arendtiana são baseadas em valores, que acabam por unir indivíduos singulares em uma ação coletiva, na qual o diálogo e a junção de pensamentos fazem com que haja consenso.

Todavia, quando surgiram os primeiros estudos sobre a democracia, a esfera pública era pensada como a arena de disputa entre grupos dominantes que permitia ao indivíduo participar do processo decisório por meio do voto. A participação através do discurso ficou limitada, visto que apenas manifestar opiniões numa esfera pública não influenciaria diretamente a ação governamental. Outra questão que mudou foi o fato de que tornou-se impossível falar em indivíduos agindo coletivamente em razão de seus valores e moral, já que agora o homem é guiado por suas necessidades privadas e não por razões públicas maiores. A esfera pública torna-se um local onde se decide quem é que vai representar a vontade da maioria e a participação se resume aos indivíduos com interesses específicos nos pleitos. Assim, a manifestação das opiniões acaba se dando prioritariamente a partir do voto e não por força de uma ação dialógica.

O que se pregava nestas teorias democráticas é que o discurso não promoveria o consenso, pois os pontos de vista eram por demais distintos.

Contudo, contemporaneamente essa ideia de que as discussões na esfera pública devem, via de regra, influenciar as decisões dos agentes políticos vem mudando e a importância do discurso e da argumentação nos novos moldes da democracia participativa vêm suscitando uma retomada do sentido original da esfera pública.

Mesmo que a intenção não seja mais o consenso, visto que a quantidade de opiniões e de interesses desse sujeito moderno fragmentado são infinitas, a prática do discurso volta a se fazer importante para que se conheçam as vontades e se promovam discussões que visem a melhoria do bem estar público. Desta forma, nesta esfera pública “os indivíduos interagem uns com os outros, debatem as decisões tomadas pela autoridade política, discutem o

conteúdo moral das diferentes relações existentes no nível da sociedade e apontam demandas em relação ao Estado”. (Avritzer, 2000, p. 76)

Esta discussão sobre a esfera pública traz à tona a necessidade de definirmos democracia, que em sua conceituação básica, pode ser caracterizada como o governo pelo povo e para o povo. Todavia, não é tão simples trabalhar este conceito na prática, visto que há diversas formas de organização e de funcionamento de democracia, uma vez que ao ser aplicada em instituições governamentais diferenciadas, em sistemas partidários ou em grupos de interesse, o conceito de democracia vai sofrendo adaptações.

De acordo com Lipjart (2008), para a aplicação da democracia, existem dois modelos distintos, o majoritário e o consensual. O primeiro é o poder político nas mãos de uma pequena maioria, já o segundo, mais democrático, tem a maioria como requisito mínimo, pois prevalece a vontade do maior número de pessoas. O que difere um do outro é que o modelo majoritário de democracia é exclusivo, competitivo e combativo, e o consensual se caracteriza pela abrangência, a negociação e a concessão.

Neste sentido, não há uma diferença profunda entre os dois modelos de democracia quanto à legitimidade do governo da maioria em contraposição ao governo da minoria.

Mas considera a exigência de uma maioria como um requisito mínimo: em vez de se satisfazer com mínimas maiorias, ele busca ampliar o tamanho das mesmas. Suas regras e instituições visam a uma ampla participação no governo e a um amplo acordo sobre as políticas que esta deve adotar. O modelo majoritário concentra o poder político nas mãos de uma pequena maioria, e muitas vezes, mesmo, de uma maioria simples (*plurality*), em vez de uma maioria absoluta, (...) ao passo que o modelo consensual tenta compartilhar, dispersar e limitar o poder de varias maneiras (LIJPHART, 2008. p. 18).

Ainda no intuito de definir o conceito de democracia, importa aqui as teorias de Katz (1997), que trabalha os conceitos de democracia através da determinação do que é: democracia liberal, democracia participante e democracia comunitária.

Para o autor a democracia liberal é vista como um método político no qual a interferência governamental é mínima e deve ser utilizada como forma de se garantir os direitos dos indivíduos, bem como encontrar meios de fazer com que a interferência governamental não torne o Estado um tirano. (KATZ, 1997)

São apontados três tipos básicos de democracia liberal (liberalismo majoritário, liberalismo pluralista e liberalismo de grupo de veto), que são baseados principalmente na

forma como os grupos são divididos socialmente, sendo que cada um deles por ser dividido ainda em dois subtipos.

O primeiro, liberalismo majoritário, baseia-se simplesmente na eleição popular de representantes para prevenir a questão tirania governamental. Contudo, a maioria simples serve para se prevenir tal fato, a menos que a maioria não seja manipulada, oprimida. O segundo tipo, liberalismo pluralista, percebe a sociedade como tendo vários interesses distintos, mas com um grande potencial de organização e de estruturação duradoura. Todavia, a questão da estrutura duradoura pode fazer emergir a questão da opressão da minoria pelos representantes, mas mantendo o princípio básico da maioria. Já o terceiro tipo, liberalismo de grupo de veto, assume a posição de que a sociedade é segmentada e que qualquer que seja a formação da maioria, as minorias estariam mal representadas e oprimidas. Assim, a única garantia contra a tirania seria abandonar o princípio da maioria e buscar os interesses de cada grupo social significativa para todas as políticas públicas. (KATZ, 1997. p. 49-51)

Enquanto a democracia majoritária se preocupa com o conteúdo das decisões governamentais, a teoria da democracia participante se concentra nas consequências do processo pelo qual as decisões governamentais são tomadas. Estes teóricos acreditam que existe democracia a partir do momento em que as pessoas estão regularmente, ativamente e intimamente envolvidas na criação e implementação de políticas públicas. Pode-se dizer então que esta é a teoria que mais se aproxima do conceito básico de democracia inicial, ou seja, governo pelo povo. Se aproxima também do proposto por Hannah Arendt, que propunha o envolvimento do indivíduo na tomada de decisões políticas.

De uma forma ideal, a democracia participante proporciona que os interesses da sociedade sejam descobertos de forma mais eficiente, que todos os interesses relevantes sejam realmente considerados e que as decisões acerca das políticas públicas sejam mais facilmente legitimadas, aceitas e implementadas.

Contudo, para que ela seja realmente aplicada, é necessário que a sociedade queira participar e esteja apta para tanto. Assim, o povo deve ser consciente da importância da participação política, ter um mínimo de informação política e, mais importante, decidir por participar do governo, não só deixando as decisões por conta dos representantes eleitos. (KATZ, 1997)

A terceira teoria democrática apontada por Katz (1997) é a democracia comunitária. Esta teoria traz a tona um problema da democracia participativa, pois aponta que não se pode trabalhar os interesses das comunidades e de grupos sociais diferentes de uma mesma forma,

se assim for feito haverá conflitos de interesse e a organização ficará seriamente comprometida.

A democracia comunitária nada mais é que a revisitação da soberania popular coletiva. Assim sendo, prega que a questão da decisão da maioria não só existe como é o ponto principal. Contudo, o desejo dos teóricos da democracia comunitária pela decisão popular direta exclui a política multipartidária proporcional. Neste tipo de democracia, ainda não é claro, mas pode-se dizer que não há o desejo de que hajam partidos na organização governamental e para as eleições, sendo melhor, para tanto, um contínuo processo de formação de maiorias, que reforçará e preservará a já existente comunidade política de determinado eleitorado. (KATZ, 1997)

Tendo em vista a conceituação destas teorias acerca da democracia, pode-se afirmar então, nas palavras de Katz (1997. p. 92, que: “Não existe uma única definição verdadeira de democracia”, mas sim várias definições, que podem e devem ser aplicadas de acordo com a sociedade na qual serão inseridas, priorizando os direitos e o bem estar da sociedade, protegendo-a da tirania do Estado.

O que se verifica então é que, assim como no entendimento de Arendt, a nova esfera pública e as novas concepções acerca da democracia não visam o poder de decisão, uma vez que o discurso, a deliberação e o consenso não têm em si os canais institucionais para impor suas decisões ao sistema político. O que esta esfera pública visa é a mobilização de uma coletividade que influencie o sistema político, ao qual caberá o poder de decisão. Para isso, os membros desta esfera pública devem criar formas eficazes de negociação com esse poder vigente, de forma que, apesar de não serem institucionalizadas, essas decisões coletivas possam influenciar as decisões políticas.

A informalidade do discurso advindo da esfera pública então não pode ser caracterizada como motivo para a sua não influência real nos sistemas políticos, uma vez que apenas através da legitimação por parte da sociedade é que um governo pode tomar suas decisões. Aí então mora o poder decisório e influenciador da esfera pública. Contudo, para que isso ocorra a participação dos indivíduos é imprescindível.

O conceito de esfera pública permitiu à teoria deliberativa de democracia recuperar a noção de um espaço público onde os indivíduos pudessem interagir e se posicionar de forma crítica diante do Estado. No modelo habermasiano de democracia discursiva, a esfera pública aparece como o local de legitimação dos processos democráticos. Trata-se de “um espaço entre a esfera privada e o Estado, espaço este caracterizado pela discussão

livre e racional de exercício da autoridade política. (Avritzer e Costa, 2004: pg.707).

Nesta discussão entre o que é legítimo ou não e o que é institucionalizado ou não, Habermas, afirma que a legitimidade do processo democrático é garantida a partir de uma relação entre os processos formais (mecanismos legais e institucionalizados de participação política) e informais (discussões e deliberações advindas da esfera pública) de formação da vontade coletiva.

No entanto, de acordo com Habermas (1997), esta característica informal da esfera pública, que por um lado a faz pouco vulneráveis às manipulações dos atores sistêmicos da sociedade por conta de sua imprevisibilidade, por outro, por conta da sua não institucionalização, acaba passível de exclusão do poder social, visto que podem ser simplesmente ignorados pelos sistemas políticos.

A vulnerabilidade a que esta esfera encontra-se submetida na formulação habermasiana é compensada pela dinamização do fluxo de temas da esfera privada para a pública. Por sua vez, os críticos da formulação habermasiana enfatizam como um problema da não institucionalização, além do poder limitado das decisões tomadas na esfera pública, a incapacidade da mesma em garantir que atores social, econômica e culturalmente excluídos tenham suas posições consideradas igualmente àquelas dos atores que tradicionalmente dominam a esfera pública. Assim, eles somam mais um elemento ao argumento em favor da institucionalização dessa esfera. (HABERMAS, 1997. p.33)

Tendo em vista as visões acerca da esfera pública, voltamos à questão das ações coletivas.

Para que aconteça o agir político coletivo é preciso que se admita e se preserve a pluralidade dos homens, pois este é um dos fatores primordiais para que seja constituída a comunidade política e inaugurada uma esfera pública de fato.

Na diversidade absoluta de todos os homens entre si - maior do que a diversidade relativa de povos, nações ou raças - a criação do homem por Deus está contida na pluralidade. Mas a política nada tem a ver com isso. A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas. (ARENDDT, 2002)

O que quer dizer que o conceito da pluralidade admite tanto a igualdade, quanto a diferença entre os indivíduos. A pluralidade só é plenamente entendida se compreendermos que o ser humano é igual na medida em que pertence a uma mesma espécie, compartilham um

mesmo mundo e utilizam da linguagem para se comunicar e se fazer entender, mas é também diferente no sentido de que nenhum indivíduo é igual a outro, é dotado de particularidades que o faz perceber o mundo e as ações de forma singular. Assim, vê-se que a política tem sua gênese nas diferenças entre os homens e na pluralidade, visto que interesses e perspectivas diversas incitam a participação e a ação política.

A singularidade do indivíduo é demonstrada através do discurso, da interação dele com os demais seres singulares, assim, para que a ação política tenha um agente é necessário que se verifique o discurso. Uma vez que a ação denota o nascimento de algo novo, o discurso caracteriza o autor da ação e só na vida política que os indivíduos experimentam a ação e o discurso como liberdade. “Como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos aderem para conduzir, acabar, levar a cabo o empreendimento” (ARENDR, 2005a, p.202). Para Arendt, então, o homem só demonstra sua singularidade através da participação política, sendo que esta participação só se dá em um espaço público onde seres singulares podem expressar seus diversos interesses e fazer surgir algo original através da ação.

Assim, “a principal distinção, em termos políticos, entre pensamento e ação reside no fato de que, quando estou pensando, estou apenas com o meu próprio eu ou com o eu de outra pessoa, ao passo que estou na companhia de muitos assim que começo a agir” (ARENDR, 2004, p. 171).

Percebe-se então que a ação política só se dá se for coletiva, pois só com a junção de seres singulares em torno de uma ação é que algo novo pode surgir. Assim, o poder em Hannah Arendt pode ser entendido como algo compartilhado por cidadãos singulares em um espaço público, mas que podem vir a realizar ações comuns visando o bem estar social, descartando a ideia de que o poder está vinculado à violência.

A ação coletiva advém de um poder comunicativo entre os diferentes indivíduos capaz de influenciar os atos governamentais. Ao destacar os dois pontos desta linha, a coletividade e o governo, verifica-se que Hannah Arendt de maneira alguma preconiza uma participação anárquica. Nas próprias palavras da autora: “O que hoje entendemos por governo constitucional, não importa se de natureza monárquica ou republicana, é, em essência, um governo controlado pelos governados, restringido em suas competências de poder e em sua aplicação de força”. (ARENDR, 2002)

Ela reconhece a importância do representante e também do cidadão participante, sendo que ambos devem poder opinar sobre o futuro político de um governo, diminuindo assim a distância entre os que estão no poder e aqueles que são atingidos por suas decisões, evitando-

se, conseqüentemente, o uso da violência e o possível surgimento de novos regimes totalitários. Contudo, é preciso que os cidadãos realmente queiram participar e se unam em um espaço público para que consigam impedir que haja abusos de poder, uso de violência e supressão de liberdades.

Para que esta tão requerida participação ocorra de fato, é necessário que o homem se preocupe menos com o particular, pois de acordo com Hannah Arendt, o político antes de tudo é resultado do amor ao mundo e a ação plural em prol do bem estar coletivo legitima e determina o sentido da política.

Trazendo toda esta discussão sobre a política, a liberdade, a ação coletiva e a pluralidade, percebe-se que a maioria das opiniões de senso comum acerca do tema da participação política hoje em dia vem pairando sobre a ideia de declínio, de apatia e de falta de interesse político por parte da sociedade. A desconfiança no mundo político, os crescentes casos de escândalos neste âmbito e, principalmente, o aumento da individualização no mundo moderno, têm feito com que as pessoas se atenham mais às suas vidas particulares e ao seu trabalho, eximindo-se da responsabilidade do bem estar social e repassando-a totalmente para o Estado.

De acordo com o que se viu então, nos termos de Hannah Arendt, tem havido um esvaziamento no sentido da política atualmente e uma perda da liberdade, visto que a maioria das ações políticas dos indivíduos tem se limitado às épocas eleitorais. Todavia, afirma-se isto em relação às formas tradicionais de participação. Assim, o que se discutirá daqui para frente é como as mudanças ocorridas na modernidade e pós-modernidade também mudaram a forma como os cidadãos têm participado politicamente.

1.2 Modernidade e Pós-Modernidade

A fim de nos lançarmos em uma pesquisa que abarque o pensamento social da antiguidade e o contemporâneo em relação à política, torna-se necessário pontuar algumas questões acerca do duplo conceitual modernidade e pós-modernidade. Uma vez que se aponta que as sociedades contemporâneas têm alcançado uma condição pós-moderna, podemos dizer que isto ocorre em vista da configuração de uma nova subjetividade dos indivíduos e por uma mudança nos vínculos sociais que os une e que representam aspectos essenciais para a compreensão destas sociedades.

A história da sociedade mostra que de acordo com as mudanças nos aspectos socioeconômicos e culturais visualizadas, diferentes conceituações de homem/indivíduo são

apresentadas para cada época. Diz-se então que o homem é um ser social e histórico e que ele se forma a partir de suas relações com a sociedade e com suas forças produtivas, sejam elas objetivas ou subjetivas.

Faremos aqui uma discussão acerca da modernidade e pós-modernidade, visto que são nomenclaturas ainda com significados conflitantes, uma vez que ainda não se chegou a definição se ambas existem, se uma é a sucessora da outra ou se são dois conceitos diferentes.

Ateremo-nos aqui a explorar algumas referências históricas, econômicas, sociais e culturais que permitam uma melhor compreensão acerca deste debate contemporâneo e os diferentes posicionamentos teóricos que ele implica, sem que para isso precisemos defender a utilização do termo modernidade ou pós-modernidade. Uma vez que a análise destes conceitos abarca várias áreas do pensamento social, para este estudo o foco serão as abordagens que caracterizam as mudanças acontecidas em relação à política.

Definida em relação à antiguidade, a modernidade surge com o renascimento no século XV e é marcada pelo processo de modernização social e o surgimento da economia capitalista. Na perspectiva filosófica, este período é marcado por uma ruptura com o paradigma teocêntrico para a adoção a uma visão antropocêntrica. A ciência instrumentalizada promove uma desintegração dos saberes míticos religiosos e filosóficos tradicionais. O homem, dotado desta racionalidade instrumental dissocia-se da natureza tornando-se um sujeito livre e racional. Com isso os setores da ciência, moral e arte se tornam livres, independentes e autônomas em relação à religião. Surge também neste período o estado moderno gerido por uma administração burocrática racional independente da igreja (HALL, 2006).

O projeto civilizatório da modernidade foi o Iluminismo que propunha “iluminar”, com as luzes da razão, o obscurantismo das épocas anteriores. Propunha a emancipação do homem por meio de formas racionais de organização social. Os princípios fundamentais do Iluminismo eram o universalismo (igualdade de todos os homens), a individualidade (valorização da singularidade e da autonomia do indivíduo perante a coletividade) e a autonomia (o homem agora está livre em relação a qualquer autoridade ou superstição).

A modernização representa “as etapas de desenvolvimento social baseadas na industrialização. Expansão da ciência e da tecnologia, o estado nação moderno, o mercado capitalista mundial, a urbanização e outros elementos infra-estruturais.” (FEATHERSTONE, 1990). A modernidade é descrita como um tempo de inovação, fragmentação, efemeridade e mudança. Conforme descreveu Baudelaire (1996), “A modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo outra o eterno e o imutável”.

Durante a modernidade, muitas foram as mudanças ocorridas no sistema de produção capitalista que passou a se constituir como o eixo estruturante da modernidade. A dinâmica das relações produção-consumo ocasionou transformações econômicas e sociais que repercutiram no comportamento dos indivíduos, que passaram a se preocupar mais com suas necessidades privadas e deixaram as necessidades sociais a serem satisfeitas pelo Estado.

As transformações econômicas ocorrem paralelamente uma intensa urbanização, principalmente no final do século XIX, que acarretam uma obscuridade do indivíduo nas grandes metrópoles. A perda dos referenciais tradicionais instaura fenômenos psicossociais tais como a insegurança e a instabilidade. E é no consumo que o indivíduo passa a encontrar uma nova fonte de referência e estabilidade, bastando poder consumir para se manter satisfeito com o governo e a política.

O desenvolvimento e expansão de novas tecnologias, a reestruturação do processo de produção em cadeias, mais curtas e flexíveis, a globalização e a diluição do poder do Estado-nação através da implantação de regimes democráticos parlamentares são algumas características definidoras da sociedade na modernidade, que agora se caracteriza na fragmentação.

Já o termo pós-modernismo foi usado inicialmente para designar, no campo das artes, uma reação ao modernismo. De modo geral, o termo sugere uma ruptura com a era moderna, uma descontinuidade em relação ao todo social da modernidade. É este o ponto de maior conflito entre os teóricos sociais, isso porque, alguns consideram que não houve de fato uma ruptura, nada caracterizaria esta quebra em relação ao período anterior, antes, fala-se que alguns elementos e características da modernidade foram sim intensificados (HARVEY, 1992).

Admitindo-se a dificuldade de se chegar ao termo desta discussão, tem-se que este período histórico está relacionado às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se sucederam a partir dos anos 1960, e que foram intensificadas e pulverizadas em escala mundial por meio da globalização.

Um dos posicionamentos acerca da pós-modernidade admite que esta nova configuração desmistifica a validade do projeto do Iluminismo afastando-se dele em uma espécie de reação ao modernismo e refutando a ideia da razão instrumental totalizadora e pretensamente universalizante.

Já Antony Giddens (1991) aborda consequências da modernidade para abarcar o conjunto dos resultados provocados pela intensificação de alguns dos aspectos da modernidade, se opondo à ideia de uma nova totalidade já posta a que poderíamos chamar de

pós-modernidade. O autor admite que estamos vivendo um período de transição mas que o termo pós-modernidade se presta apenas para descrever estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura no nível da reflexão estética sobre a natureza da modernidade.

Diferentemente desta visão, Douglas Kellner (2001) reconhece que a cultura da mídia não é homogênea, massificada e dissociada das análises sócio-político e econômicas. Sua análise é feita através da comparação entre as teorias da Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais britânicos.

Para ele a Escola de Frankfurt contribuiu decisivamente para os estudos de comunicação ao traçar as linhas da dominação, mas foi menos eficiente para trazer à tona e enfatizar os momentos de resistência e de contestação aos valores propagados pela indústria cultural: “A cultura veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente da sociedade, mas também lhes oferece recursos que podem fortalecê-los na oposição a essa mesma sociedade” (KELLNER, 2001. p. 12). Kellner (2001) alerta, em particular, que os receptores não são tão passivos como definem os Frankfurtianos, são capazes de decodificar as produções midiáticas, isto é, os mesmos podem ser ativos, produzir seus próprios significados e usos para os produtos da indústria cultural e, conseqüentemente, para as novas tecnologias da comunicação.

Em relação aos estudos culturais britânicos, Kellner (2001) afirma que eles detectaram o fenômeno da integração da classe operária ao sistema capitalista e o declínio da sua consciência revolucionária, concluindo que a cultura de massa desempenhou papel essencial para a integração da classe operária e para a existência da sociedade capitalista.

Os Estudos Culturais britânicos valorizaram o papel ativo da audiência, uma diferença que divide as duas tradições. De fato, o aspecto que parece exercer interesse especial de Kellner (2001) nos Estudos Culturais é a sua ênfase na atividade humana, na produção ativa, ao invés de seu consumo passivo.

Cabe destacar que Douglas Kellner (2001) faz crítica aos teóricos da pós-modernidade, argumentando que nos últimos anos, os Estudos Culturais deram, por um lado, ênfase exagerada à análise das mensagens e da recepção e, por outro, de menos à produção da cultura e à sua economia política. O que se vê é que a maioria dos mais recentes Estudos Culturais tende a negligenciar as análises dos circuitos da economia política e do sistema de produção, em favor de abordagens centradas no estudo das mensagens e da recepção.

Enquanto na Cultura de massas o objetivo principal é transmitir uma mesma mensagem ao maior número de pessoas possível, ignorando, por vezes, os traços individuais

que as distingue, na Cultura das Mídias encontramos a tentativa de convergência em que os meios se multiplicam, criando linguagens mais específicas a cada canal e a cada público.

De acordo com Santaella (1996):

A Cultura das Mídias, entendida diferentemente de cultura de massas, não se constitui numa pasta homogênea e disforme de mensagens, mas apresenta uma enorme e sempre crescente diversidade de veículos de comunicação, tendo cada um deles uma função específica e diferencial, função esta que engendra através da interação de uma multiplicidade de códigos e processos sógnicos que atuam dentro de cada mídia, produzindo no receptor efeitos perceptivos e comunicativos também diferenciais e específicos. (SANTAELLA. 1996. p. 30).

O poder de cada mídia, neste sentido, deve ser analisado separadamente, por todas as especificidades que estas possuem. Porém, o poder que os meios de comunicação exercem em conjunto não deve ser esquecido. É essa interação que confirma os discursos reproduzidos na cultura recortada pela mídia. O conteúdo presente na mídia retroalimenta a cultura, mas a relevância da cultura quebra as fronteiras midiáticas: ela está na mídia, mas vai muito além dela.

Pode-se dizer então que a cultura da mídia ainda é a cultura dominante porque permitimos que os meios de comunicação, muitas vezes, atuem como uma espécie de filtro cultural.

Segundo Kellner (2001), alguns teóricos do pós-modernismo assumem a postura de que as sociedades contemporâneas, marcadas pelas novas tecnologias, produziram assim novas formas de cultura e de assimilação dessa realidade. E essa nova experiência existencial, na qual os indivíduos são capazes de assimilar cada vez mais imagens, informações e entretenimento, é uma ruptura do mundo moderno.

Voltando então à questão da dicotomia modernidade e pós-modernidade, segundo Giddens (1991), “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.” (GIDDENS, 1991). Em oposição às concepções de pós-modernidade, Giddens apresenta uma posição alternativa a qual denomina modernidade radicalizada (MR). Este conceito identifica os desenvolvimentos institucionais que criam um sentido de fragmentação e dispersão e encara a alta modernidade como um conjunto de circunstâncias em que a dispersão está dialeticamente vinculada a tendências profundas para uma integração global. Além disso, o conceito de modernidade radicalizada de Giddens considera que a modernidade possibilita processos ativos de auto-identidade; vê a

vida cotidiana como um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, envolvendo tanto apropriação como perda e o engajamento político coordenado como possível e necessário, num nível global bem como localmente. Por fim, Giddens define o presente momento como transformações possíveis para além das instituições da modernidade.

No mesmo sentido, Jameson (2006) critica os apologistas da pós-modernidade negando que tenha havido de fato uma ruptura com a modernidade. O autor reconhece as transformações na esfera cultural, mas considera que não houve uma mudança completa de conteúdo, apenas alguns aspectos da modernidade que eram marginais passaram a ser centrais e foram potencializados no momento em que o capitalismo atingiu seu ápice.

A “morte do sujeito” seria outra característica da pós-modernidade que, segundo Jameson (2006) pôs fim ao individualismo, ao ego e ao indivíduo autônomo burguês, nascendo o sujeito organizacional que busca uma multiplicidade de formas de expressão de sua subjetividade. Fala-se em um sujeito descentrado e sem referências que busca constituir e cambiar não uma, mas várias identidades – sujeito fragmentado.

A identidade do sujeito estaria flutuando entre órbitas distintas ou, de acordo com Baudrillard (1991), entre a realidade e o simulacro (imagens que criam uma nova percepção de realidade, hipóteses ou invenções da realidade, iludindo-nos quanto à verdade).

Segundo Hall (2006), devemos destacar três concepções de identidade: do sujeito iluminista: guiado pela razão, cujo centro está em uma essência interior, criada ao nascer deste sujeito; b) do sujeito sociológico: ao qual não se reconhece mais uma auto-suficiente, consciente de que os laços sociais - e a cultura – possuem grande influência em sua formação; e c) do sujeito pós-moderno: fruto das mudanças ocorridas entre os dois primeiros tipos de sujeito, não possui uma identidade fixa, tornando-se mais variável e problemático. Este sujeito abre-se para uma diversidade de possibilidades maior, podendo identificar-se com muitas delas, sem aniquilar as demais.

Hall (2006) afirma que essa multiplicidade de identidades pode ser entendida com o um experimento temporário:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006. p. 13)

Para Hall (2006), não somos sujeitos autossuficientes e permanentes, estamos, ao contrário, em constante troca dentro de nossos laços sociais e por isso mesmo, em constante atualização.

Segundo Bauman (2008), na era líquido-moderna as identidades não são projetos imutáveis, solidificados. O sujeito esforça-se continuamente para adaptá-la ao meio e assim, fazer por merecer a validação social. Ele segue procurando novos “eus”, alternando como lhe for conveniente suas armaduras sociais, ou como define Bauman, “a identidade carnavalesca, a qual tem a maravilhosa vantagem dos espaços da vida virtual sobre os espaços offline consistindo na possibilidade de tornar a identidade reconhecida sem de fato praticá-la” (BAUMAN. 2008. p. 139)

David Harvey (1992) também concebe uma sociedade em vias de fragmentação cuja configuração determina novas práticas e formas culturais. Admite a pós-modernidade como uma condição histórica gerada por uma crise de superacumulação iniciada nos anos 1960 e que teve como resultado mudanças profundas nas artes, na arquitetura, na economia, na política e, principalmente nas formas de organização social e cultural e nas maneiras como experimentamos o tempo e o espaço.

Fica evidente que, a partir da segunda metade do século XX, surge uma nova forma de compreender e experienciar o mundo, profundamente vinculada à lógica da produção e do consumo capitalistas.

Paralelamente, as estruturas e processos centrais que até então serviam como quadro de referência para a constituição da identidade do homem – tido até então como sujeito centrado e unificado - passam a ser profundamente abalados e continuamente deslocados. Com isso, estabelece-se o que Stuart Hall chama de “crise de identidade”

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. (HALL, 2006, p.9)

Tendo em vista a argumentação aqui apresentada acerca do duplo conceitual modernidade e pós-modernidade, pode-se perceber que este sujeito contemporâneo passou por

várias mudanças de acordo com o que ocorreu em relação à cultura, à economia e à política, sendo caracterizando hoje como um homem fragmentado, que experimenta novas organizações sociais e para os quais o tempo e o espaço são extremamente relativos.

O novo sujeito encontra-se profundamente envolvido nas relações de consumo e, conforme veremos mais atentamente no item posterior, por ter suas necessidades sociais satisfeitas prioritariamente pelo Estado, acabam por se ater às suas necessidades privadas e deixam sua atividade social de participação política em segundo plano e reduzida aos períodos eleitorais.

Mesmo entendendo que há um dualismo entre moderno/pós-moderno, ele afirma que há uma relação contraditória entre a política individualista e a cultura coletiva, já que na pós-modernidade não haveria espaço para o coletivo. Afirma, portanto, o pós-modernismo serve aos interesses do capitalismo e não vê a constituição da individualidade como própria do pós-moderno, e sim analisa que a tentativa de minar as resistências coletivas acaba incentivando a individualidade exacerbada.

Vemos aí uma contradição do pensamento pós-moderno, pois ao mesmo tempo em que não existe lugar para a coletividade, pois todos visam seu bem-estar individual, por outro lado há uma padronização e uma quebra da identidade, onde, via de regra, os indivíduos acabam tendo os mesmos desejos, anseios e necessidades de consumo.

É por isso que Jameson (1991) afirma que a cultura está se transformando em um problema político. A forma das pessoas se comportarem, o consumismo exacerbado, o consumo estético de obras de arte, tem muito mais características políticas do que simplesmente culturais, de onde pode-se inferir que a preocupação com o bem estar coletivo vem sendo substituído pelo bem estar individual.

Jameson aponta que ao longo de seu desenvolvimento o capitalismo desencadeou forças contrárias, como os sindicatos, os partidos e estados socialistas. Durante algum tempo essas forças exerceram certa influência no modelo econômico, mas atualmente se encontram desorganizadas. Por esta razão, essas forças não são mais fundamentais para a sustentação do capitalismo. Para Jameson, estamos vivendo e fazendo parte de um ambiente pós-moderno, mas nem todos estão de acordo com os ditames do pós-modernismo. O autor acredita numa recuperação das forças socialistas e do proletariado, que irá se organizar e se reunir, irá ganhar forças, apesar de não ser possível a previsão de como nem quando isso ocorrerá.

Sendo assim, após termos analisado algumas visões de teóricos da área acerca das mudanças ocorridas no mundo nos períodos que correspondem à modernidade e pós-modernidade, voltaremos a nos basear nas ideias de Hannah Arendt acerca dessas mudanças e

tentar compreender porque o exercício da política tem declinado e quais as alternativas para que isso se reverta.

Tudo isso à luz dessa definição do novo sujeito fragmentado e do pressuposto de que as novas tecnologias da comunicação, com sua característica de formação de grupos de indivíduos com ideais e interesses cada vez mais específicos, podem vir a contribuir para a criação de uma nova forma de participação política centrada nas microrevoluções.

1.3 O Exercício da Política na Contemporaneidade

A fim de aprofundar um pouco mais a questão das mudanças ocorridas na política, analisaremos através de uma revisão conceitual como tais mudanças influenciaram as formas de participação e ação política desde a *polis* até a modernidade e a pós-modernidade.

De acordo com o que foi visto até agora, Arendt considera que o homem só é livre a partir do momento em que exerce sua função política na sociedade e que isso só ocorre, assim como acontecia na Grécia antiga, quando cidadãos iguais, mas cada um com sua singularidade garantida, dispunham de um ambiente propício para a discussão e ação política.

Todavia, em a Origem do Totalitarismo, Arendt (2004) aponta para um declínio dessa ação política e, conseqüentemente, da liberdade dos cidadãos devido à emergência dos regimes totalitários e da redução da participação política às ações governamentais.

A autora considera que o emprego de meios tecnológicos de violência do governo em relação a população, reprimindo toda e qualquer atitude revolucionária é um dos motivos pelos quais houve o esquecimento da política na modernidade. Ademais, a profunda mudança na esfera pública, que passou a ser campo prioritariamente de trocas econômicas, fez com que Arendt tecesse uma crítica à ação política na modernidade. Para tanto, ela utilizou os escritos de Nietzsche e Heidegger, que apesar de não discutirem especificamente sobre política, também se ativeram à crítica da modernidade e, portanto, foram utilizados como aportes teóricos para o desenvolvimento da crítica às determinações essencialmente democráticas do político.

Arendt investiga a gênese do fenômeno totalitário, partindo do pressuposto de que ele advém, de um lado, do anti-semitismo moderno e do outro, do imperialismo. Segundo Celso Lafer (2003), o primeiro é fruto das tensões entre Estado e Sociedade Civil, que surgiram na Europa a partir da Revolução Francesa, com a expansão da igualdade e a extensão da cidadania. Neste processo, os judeus, porque estavam vinculados ao fortalecimento do Estado, absorveram e catalisaram as irritações da Sociedade Civil. (LAFER, 2003. p.25).

O anti-semitismo serviu de base para a propaganda totalitária que percebeu claramente o distanciamento do povo judeu com o resto da sociedade e criou formas de manipulação que colocava o judeu como o pivô da crise que a Alemanha vivia no período entre - guerras.

Já o imperialismo foi o “resultado da emancipação política da burguesia e surge quando esta deixa de se dedicar aos seus negócios privados e assume a gestão do Estado na Europa”. (LAFER, 2003. p.26)

A prática do imperialismo, como forma de administração política burguesa, provocou as condições que propiciaram o advento totalitário: o racismo, o expansionismo e a burocracia. O primeiro, fez com que o europeu se tornasse cada vez mais insensível com outros povos, o que construiu um terreno fértil para a prática do genocídio. O expansionismo refere-se à pretensão totalitária de se internacionalizar. E por fim, a burocracia, foi o meio encontrado pelos burgueses de administrar a sociedade de forma cada vez mais autônoma e eficaz, excluindo cada vez mais a sociedade do poder, pois apenas os mais competentes poderiam ocupar cargos públicos.

A partir desses breves apontamentos referentes às circunstâncias criadas para o surgimento do fenômeno totalitário, é imprescindível uma análise mais próxima da obra de Hannah Arendt com o objetivo de compreender melhor a visão da autora sobre o tema proposto e aprofundar ainda mais nas condições que criaram um terreno fértil para o Totalitarismo.

Uma das formas de explicar a ascensão do regime totalitário é através da relação que Arendt estabelece entre o regime e as “massas”, na medida em que o primeiro é dependente do segundo. Uma das ferramentas mais eficazes construído para convencer as massas foi a propaganda, a qual, será tratada com mais acuidade posteriormente. Diferente de muitos que tentam explicar o fenômeno do totalitarismo, Hannah Arendt não atribui à propaganda como o principal fator que determinou o surgimento do mesmo. Mas sim, como mais um dentre vários elementos que auxiliou na construção do contexto propício para que o movimento se efetivasse como regime político.

Arendt lembra que quando um membro de um partido nazista tem a intenção de se promover e adquirir status, é o que impulsiona um homem a cometer atos violentos. Essa impulsividade repousa no que ela chama de normalidade: na ausência de total reflexão, de princípios ou valores éticos, sobra o vazio que faz com que o indivíduo deixe de se preocupar ou de levar em conta a vontade alheia. É na tentativa de se ascender dentro do partido, por meio do respeito e reconhecimento, que o membro comum do grupo passa a praticar atos violentos.

Segundo Hannah Arendt, a consequência direta disso é a destruição da própria capacidade de sentir e principalmente de perceber o outro. Do ponto de vista histórico, essa deturpação do homem em enxergar o outro, e sim apenas as suas necessidades enquanto indivíduo, é resultado de uma crise estrutural dos regimes democráticos europeus logo após a I Guerra Mundial, como disse Hannah Arendt (2004, p. 358): “Depois da I Guerra Mundial, uma onda anti-democrática e pré-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa”.

Devido à crise nas instituições democráticas européias no período entre guerras, houve uma perda significativa, por parte dos cidadãos, do interesse em participar da política, sendo que aos poucos, foram se tornando cada vez mais “indiferentes com a política e ao mesmo tempo não se organizam politicamente em torno de um partido” (ARENDR, 2004, p. 361).

O termo “massa”, sendo uma das categorias centrais no pensamento da autora, define justamente essa característica marcante numa sociedade, em que as pessoas se conformam com a situação e se fecham em suas vidas privadas. Segundo Hannah Arendt, a sociedade de massa, constituída por seres incapazes de pensar em termos coletivos, foi um dos fatores que criaram as condições propícias à ascensão do movimento totalitário ao poder.

Massa foi a forma pela qual, os responsáveis pelo controle dos meios de comunicação nazista por meio da produção e veiculação da propaganda totalitária, encaravam a sociedade: como seres passivos, objetos de manipulação para o regime e para o “bem” da Alemanha. Essa concepção foi a que orientou o nazismo na construção de sua propaganda que veiculava nos meios de comunicação: a superioridade dos argumentos nazistas geralmente fundamentados na ciência criavam a imagem de uma Alemanha digna de liderar todo o bloco europeu através do controle sistemático das massas.

No momento anterior à instalação do regime totalitário, enquanto este se constituía como um movimento político, tanto o nazismo quanto o comunismo após 1930, recrutaram boa parte dos seus membros junto à massa. Pois os mesmos eram facilmente convencidos (por razões aqui já apontadas) em aderir a métodos violentos e não persuasivos.

Segundo Hannah Arendt, o regime democrático alemão não conseguiu evitar o totalitarismo devido ao fato de que “as massas, politicamente neutras e indiferentes, podiam facilmente construir a maioria num país de governo democrático, e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas por uma minoria” (ARENDR, 2004. p. 362).

Outro fator importante apontado por Arendt que contribuiu para a ascensão do Totalitarismo ao poder, foi o colapso do sistema de classes, tanto na Alemanha quanto na

Rússia. Ou seja, a massificação da sociedade que pode ser explicada pela “sociedade e competitiva de consumo criada pela burguesia, gerou apatia, e até mesmo hostilidade em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe” (ARENDRT. 2004. p. 363). Como consequência, o indivíduo gastava energia competindo, e dessa forma, afastava-se dos “exercícios dos deveres e responsabilidades do cidadão”, por isso, as pessoas adotaram o pensamento de que a participação política era uma “perda desnecessária do seu tempo e energia” (ARENDRT. 2004. p. 363).

Do ponto de vista da representatividade, a burguesia era a única representada no Parlamento, já a massa, tomada pela apatia e desarticulação política, não possuía nenhuma representatividade junto às esferas de poder. Logo, a atuação política foi reduzida ao mero serviço público, ocupado pela burguesia, havendo uma significativa diminuição de um “corpo político de cidadãos que se sentissem individual e pessoalmente responsáveis pelo governo do país” (ARENDRT, 2004, p. 364). A consequência da diluição das classes, ou até mesmo o desaparecimento delas, fez com que houvesse uma crise de representatividade partidária.

Para que as massas fossem convencidas, diante de tanta imobilidade e indiferença, era necessário que os partidos totalitários apelassem ideologicamente nas suas propagandas, na tentativa de agregar novos membros. Isso é fruto da consciência da “desimportância e da dispensabilidade que aos poucos deixam de ser expressões da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa” (ARENDRT,2004, p. 365).

A sociedade de massa é incapaz de formar um interesse comum, sendo a única coisa compartilhada, e sendo isso que a torna massificada, é a apatia seguida de comodismo político. É interessante ressaltar que, para Hannah Arendt, as principais características do homem pertencente a uma sociedade de massa é o isolamento e a falta de relações sociais. Logo, o surgimento e crescimento de regimes totalitários depende “das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada”. (ARENDRT, 2004, p. 368).

O Totalitarismo, enquanto regime político, promoveu a dominação irrestrita e sem limites de todas as possíveis atividades autônomas por parte dos cidadãos. Consequentemente há uma nítida perda de participação política devido à captação das esferas de convivências autônomas na sociedade pelo regime Totalitário.

Retomando a questão da adesão de pessoas junto aos movimentos totalitários, Hannah Arendt chama atenção pelo fato de que a “lealdade só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto” (ARENDRT, 2004, p. 373). Ou seja, o que faz uma

pessoa seguir as diretrizes de um movimento político fundamentado no uso da violência, seria justamente a lealdade em seguir as ordens.

Além da lealdade, cabe também ressaltar outro importante motivo que faz com que a sociedade deixe de se interessar pelo bem estar público e pelos interesses dos demais, a solidão de massa, que vem sendo um dos principais sintomas caracterizadores das sociedades contemporâneas. Tal fenômeno justifica a sua novidade pelo fato de que antes, a solidão era “sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores” (ALBINO, 2008, p.393).

A solidão cria o ambiente social propício para a instalação de regimes tirânicos devido ao esvaziamento do espaço público, visto que a sociedade perde sua capacidade comunicativa de articular resistências. Portanto, isolamento, no regime totalitário, é a massificação da solidão, piorada pelo medo, pelo terror institucionalizado.

De acordo com Arendt, o terror “só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar o isolamento”. O que o isolamento causa nas relações sociais é a perda de potência, ou seja, da capacidade inata dos indivíduos de se articularem discursivamente. A sociedade isolada se deteriora pela perda de poder. Devido a inoperância do agir em conjunto fruto do isolamento, uma sociedade constituída por homens isolados é chamada pela autora de pré-totalitária. (ARENDRT, 2004. p. 526)

O vazio na participação política provocado pelo isolamento e consequente esvaziamento do espaço público destrói qualquer possibilidade de cidadania e junto com ela, formas de contestação social. A sociedade impotente, sem capacidade de articular-se discursivamente, legitimou o regime pelo comodismo privado, pela perda do interesse em se preocupar com questões políticas.

Essa falta de preocupação não ocorre somente no regime totalitário, mas principalmente antes dele. As pessoas privadas que não se reúnem publicamente contribuem para as condições de se instalar uma tirania.

A questão chave para entender o fim do espaço público, e conseqüentemente, o fim da participação política, é a política do isolamento adotado pelo regime totalitário e veiculado massivamente nos meios de comunicação (como já foi discutido anteriormente). Logo, a propaganda totalitária contribuiu para acirrar ainda mais a banalidade do mal e fazer com que o alemão se transformasse cada vez mais num ser “normal”, passivo e receptivo às imposições do regime.

A massificação social é um fenômeno típico das sociedades contemporâneas que corresponde a uma sociedade formada por seres banais, passivos. Mas a banalidade do mal existe na medida em que a sociedade se vê cada vez mais isolada, mergulhada em suas esferas privadas e nutrindo sentimentos que deturpam as relações humanas. Logo, os dois fenômenos de massa que propiciam a tirania é a solidão que provoca o isolamento e a normalidade que leva à irreflexão.

Parte desse cenário contemporâneo pode ser um reflexo desse regime totalitário, que repousava na falta de participação política gerada pelo esvaziamento do espaço público devido à privatização social, e os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental na busca pela legitimidade do regime por meio da propaganda. A massificação da sociedade alemã foi provocada principalmente pela propaganda totalitária que conseguiu colar no imaginário das pessoas, os interesses do totalitarismo com os sentimentos nutridos na esfera da solidão privada.

Tendo em vista toda reflexão de Arendt acerca da origem do totalitarismo e como regimes tirânicos se estabelecem na sociedade, pode-se perceber que a autora aponta uma crescente perda na motivação da participação política, todavia, por mais que vislumbrasse um período de pleno declínio da participação política efetiva devido ao totalitarismo e a emergência da sociedade de massa, se preocupou em analisar os fenômenos revolucionários modernos e contemporâneos, detectando neles embriões de uma nova política da ação livre de indivíduos plurais, que infelizmente não chegou a se realizar devido à violência impetrada pelo Estado.

Em *As origens do Totalitarismo*, Arendt (2004) preconiza que este regime constitui uma forma de dominação sem precedentes históricos, visto que a política acaba sendo transformada em violência, terror e dominação por um partido único e por um poder de polícia secreto, que acaba sendo na verdade o próprio poder executivo, sendo controlado apenas pelo Líder do regime.

Daí vem a principal diferença entre esse tipo de regime e os demais regimes repressores que já existiram, pois este líder decide quem é ou não inimigo do Estado, não havendo um critério estabelecido para se criar categorias socialmente indesejáveis, que devem ser exterminadas de forma sistemática.

Outra diferença do totalitarismo para outros regimes tiranos é o fato de que o primeiro não pode ser caracterizado como um regime legal ou ilegal, visto que o poder executivo exercido pela polícia secreta acaba se tornando a própria lei. Nota-se então que o totalitarismo altera o conceito de lei, ao tornar os estatutos maleáveis e utilizáveis de acordo com os

interesses do poder vigente, fazendo com que as leis positivas não sejam restrições ao regime, mas sim aliadas de acordo com a interpretação do Líder. Tudo isto foi possibilitado também pela situação em que a população se encontrava, qual seja, destruiu-se o princípio da igualdade dos indivíduos perante a lei, tornando-os seres supérfluos num ambiente de total desestabilização econômica, em que o desemprego, a inflação, a defasagem tecnológica e os deslocamentos geográficos das populações agravaram a perda da cidadania e contribuíram para a barbárie dos regimes totalitários.

Ao mesmo passo em que condenou o totalitarismo, Arendt também teceu sérias críticas ao liberalismo político e ao Estado do bem estar social, contrariando toda e qualquer perspectiva dos estudiosos de suas teorias, que acreditam ser o liberalismo a alternativa mais plausível para barrar o totalitarismo. Assim, em a *Condição Humana*, a autora ao apresentar sua crítica à modernidade também volta sua atenção para a análise das sociedades democráticas e liberais, que segundo ela, reduzia o exercício da política à administração burocrática das necessidades sociais.

O que se vê então é que Arendt analisa que a política na modernidade tende ao vazio, uma vez que nos regimes totalitários não existe liberdade alguma devido ao emprego da violência e nos regimes liberais o exercício da política torna-se restrita, visto que o espaço público se torna um local de trocas econômicas e a maioria dos indivíduos só busca aquilo que venha a garantir suas necessidades privadas na sociedade.

O que se percebe, no entanto, nas críticas feitas ao pensamento pessimista de Arendt em relação ao liberalismo político e ao modernismo é que a autora se apegou a um modelo de política antigo, aquele praticado na *polis* grega, onde o povo e suas lideranças eram tidos como iguais e se beneficiavam de uma coesão ética e política. Seus críticos afirmam que apesar dela mesma ser uma modernista política, visto que foi uma judia que se refugiou nos Estados Unidos, trata o modernismo de uma forma relutante, reconhecendo parcialmente os avanços políticos e filosóficos, mas tecendo sérias críticas às limitações burocráticas da nova política, demonstrando um apego ideológico ao idealizado passado político grego. (DUARTE, 2001)

Contudo, estes mesmos críticos, ao tentar defender o liberalismo político e a democracia representativa como melhor alternativa para os problemas do modernismo, deixaram de notar que, na verdade, Arendt reconhece os benefícios da democracia representativa, mas aponta seus problemas que, segundo ela, é a questão de deixar por conta do Estado o bem estar da sociedade, ficando esta preocupada prioritariamente com suas questões privadas, esvaziando assim o sentido de política como liberdade.

Então, a fim de não nos atermos a uma apologia ao liberalismo e aos regimes democráticos parlamentares, como fizeram boa parte dos críticos de Arendt, nos atermos ao pensamento exposto na obra *A origem do Totalitarismo* e que, ao nosso ver, vem ao encontro das mais recentes pesquisas sobre participação política, como será visto no capítulo posterior.

O pensamento consiste no fato de que os que defendem o liberalismo e a democracia representativa, em sua maioria, acreditam que o povo participa ativamente do governo, ficando apenas uma pequena minoria na neutralidade e na apatia política. Todavia, Arendt aponta que estes são pontos frágeis das democracias parlamentares, uma vez que a população se mostra, na verdade, alheia à coisa política, além do fato do isolamento dos cidadãos em suas vidas privadas, a redução da participação aos períodos eleitorais, entre outros. Assim, a autora não só não faz apologia deste tipo de regime, como também evoca novas formas de participação política por parte dos cidadãos. Isto só demonstra que seu repúdio ao totalitarismo não a fez defender cegamente o liberalismo, conseguindo ver nas suas nuances os pontos fortes e fracos.

Uma das causas apontadas para tamanha apatia é a questão do isolamento contínuo dos indivíduos e do espalhamento das massas, impossibilitando a ação política da coletividade. O termo massas referido por Arendt simboliza aquelas pessoas que por causa de seu grande número, por sua indiferença em relação ao que é comum ou por uma combinação de ambos os fatores, acabam por não conseguir se organizarem em grupos de interesses comuns. São constituídas por um número de pessoas neutras e politicamente indiferentes, que não se filiam a partidos, não se interessam em exercer o poder de voto e nem se envolvem em interesses comuns, já que sua desarticulação faz com que os indivíduos não possuam assuntos comuns capazes de relacioná-los.

Tendo em vista tais argumentos, ainda tem-se que o principal ponto problemático do liberalismo para a autora é a questão da relação entre política e liberdade. No liberalismo, considera-se que quanto menor for o espaço destinado à política, maior será o espaço da liberdade, mantendo-se o exercício da política apenas ao que se refere ao desenvolvimento econômico privado. O que vai totalmente de encontro às ideias de Arendt, para quem a política deveria permear todas as instâncias em que o indivíduo atua.

Nesse sentido, e ainda em relação ao declínio da participação política e ao encolhimento da esfera pública detectados na modernidade, vê-se que apenas uma mudança na mentalidade do povo não seria a solução para os problemas das novas formas de fazer política. Para tanto, deve-se analisar o proposto em a “A condição humana”, onde Arendt

sugere três atividades básicas que articulam a vida humana no mundo, quais sejam: a ação (*action/pluralidade*), o trabalho (*work/vida*) e o labor (*labor/mundanidade*).

A partir da discussão dessas três atividades em diferentes fases históricas, torna-se possível vislumbrar onde reside a crítica arendtiana em relação à nova política e as possibilidades por ela apontadas para se contornar os problemas na apatia política dos cidadãos.

O labor é considerado como sendo a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, ao que é natural, cujo crescimento espontâneo se dá em razão das necessidades vitais produzidas pelo labor para alimentar o processo da vida, sendo a condição humana do labor a própria vida. Trata-se, portanto, de uma atividade cuja única finalidade é satisfazer as necessidades básicas da vida e que não deixa nenhuma marca durável, uma vez que o seu resultado desaparece no consumo. (MAGALHÃES, 1985. p. 3)

Em outro sentido, o trabalho é a atividade que corresponde a não naturalidade, que não está ligada ao ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este ciclo. O trabalho produz um mundo artificial de objetos, nitidamente diferente de todo meio natural, as mercadorias. A condição humana do trabalho é a mundanidade, o pertencer ao mundo, ou seja, trata-se de uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado, que é um objeto durável que não é consumido imediatamente, mas é utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica. (MAGALHÃES, 1985. p. 3)

Já a ação é considerada por Arendt como a atividade humana fundamental, visto que é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos. Corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens vivem na terra e habitam o mundo de forma plural. Assim, pode-se afirmar que a ação, por sua característica de pluralidade, é a única das atividades que é especificamente a condição de toda a vida política. (MAGALHÃES, 1985. p. 3)

Essas três atividades que fazem parte da condição humana estão relacionados com o conceito de *Vita Activa*, ou seja, vida de ocupação, de inquietude, de desassossego. De acordo com a visão grega, o homem só se torna homem quando se distancia da *vida activa* e se aproxima da vida reflexiva, de contemplação. Nesse sentido, os escravos não são, na perspectiva grega, considerados homens, uma vez que passam a maior parte de seu tempo em tarefas que visam somente à sobrevivência de si e de outros. Contudo, não deixa de ser humano, só não alcança a categoria de homem livre.

A partir do exposto, percebe-se que no âmbito do conceito de ação, como atividade humana ligada ao interesse comum, encontra-se a noção de participação política, bem como,

de esfera pública em Hannah Arendt. Pois, tanto o trabalho, quanto a dimensão da produção, enquadram-se no contexto da esfera privada. Somente a dimensão da ação contribui teoricamente, através do conceito de espaço público, para o entendimento acerca da participação política.

Apesar da preocupação em construir coisas para as próximas gerações, a vida ativa do homem fabricante inscreve-se no âmbito do clã, do parentesco familiar, não havendo ainda um sentido de comunidade.

É interessante destacar que Arendt trabalha a noção de esfera pública a partir da retomada em relação à esfera pública da antiguidade clássica grega, a qual, era ocupada obrigatoriamente por homens livres, ou seja, por homens que não estivessem sujeitos à atividade do Labor e por isso tinham condições de atuar com questões de interesse público.

A ação no espaço público se dá pelo discurso entre os homens num espaço plural. Para tanto, no que diz respeito à pluralidade humana como elemento central do espaço público, Arendt (2004) chama atenção para um duplo aspecto que compõe este conceito: igualdade e diferença. Os homens compreendem a si mesmos porque são iguais, possuem a capacidade de realizar planos para o futuro com base em previsões das necessidades das gerações seguintes. Os homens fazem uso do discurso para comunicarem a si mesmos suas necessidades, seus anseios e pontos de vista. Ou seja, a capacidade para a ação discursiva é o ponto em comum, que coloca os homens em condição de igualdade, e as suas necessidades é o que os torna diferentes entre si. As diferenças são equacionadas discursivamente, como diz Arendt “Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas” (2004, p. 188).

A diferença emerge entre os homens somente no discurso, porque esse é o momento em que cada um torna-se ciente das necessidades do outro. Por meio do discurso e da ação “os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDR, 2004, p. 189).

A ação produz feitos duradouros no mundo que se tornam objetos da história humana. Para Hannah Arendt, o homem somente é visto no mundo e desse modo deixa sua marca duradoura, por meio da ação discursiva, pois “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento” (2004, p. 189). A ação inicia algo novo no mundo, devido à imprevisibilidade dos atos, por isso, a noção de “iniciativa” é um dos elementos que estrutura o conceito de ação.

Essa iniciativa se dá a partir do momento em que o homem dá voz aos seus anseios e aos seus questionamentos, fazendo uso da palavra. É através do uso da palavra que o homem

se reconhece e é reconhecido na sociedade, mostrando sua identidade pessoal. O local em que ocorre essa manifestação da identidade pessoal e em que os homens se relacionam e dão início ao processo de discussão e participação política é a chamada esfera pública, sem a qual o homem não garantiria a sua visibilidade perante o mundo.

Um outro aspecto que chama a atenção no contexto do conceito de espaço público na visão de Hannah Arendt, é a questão da centralidade da comunicação e do caráter dialógico que o espaço público possibilita. Esses dois aspectos possibilitam que os indivíduos discutam e cheguem a um consenso, construindo as condições de autoridade necessárias para a legitimação das instituições.

Assim, para que a ação como proposto por Arendt se dê, é preciso que o homem se desvencilhe das rédeas da esfera privada, das atividades impostas pelo *homo laborans* e *homo faber*, para, então, poder atuar no espaço onde todos são vistos.

O poder, enquanto capacidade argumentativa no espaço plural, confere legitimidade às instituições sociais. Logo, a violência seria então o contrário: a destruição da condição da pluralidade humana, pois os indivíduos passam a estabelecer relações norteadas pelo medo e desconfiança uns com os outros. Sem a condição de pluralidade não há espaços públicos, não há qualquer possibilidade de participação política, e sem esta, o terror reina em absoluto numa sociedade dominada pelo medo.

À medida que a esfera das necessidades privadas foi substituindo a esfera pública, o homem vai perdendo sua capacidade de se comunicar e construir consensos em torno de interesses coletivos. O homem, cada vez mais voltado para a esfera privada, ou seja, para satisfazer as necessidades do animal *laborans*, perde suas potencialidades comunicativas e com isso, a sociedade é o espaço por excelência das necessidades vitais, mundanas, fúteis.

Devido a essa perda de comunicação entre os homens, verifica-se uma crise no sentido de que o homem não consegue mais estabelecer consensos para construir um futuro que possa ser compartilhado. O animal laborador e o animal fabricante não possuem a faculdade de pensar em conjunto, não conseguem construir condições de poder e com isso as instituições públicas tornam-se destituídas de autoridade perante o público, uma vez que este se encontra disperso ou ocupado nas suas esferas privadas.

A partir do momento em que a capacidade argumentativa se esvai, a participação política passa a se resumir à legitimação do regime pelos cidadãos através do voto nos regimes democráticos ou através do silêncio provocado pelo medo nos regimes tirânicos. Ambas são formas instrumentais de participação política: serve apenas para legitimar o

sistema político. Porém, há um elemento importante no conceito de espaço público capaz de ultrapassar a instrumentalidade das relações políticas, e recolocá-las sob um outro patamar.

A partir dessas conceituações, Arendt passou a discutir as diferentes relações e a hierarquia entre as três atividades caracterizadoras da condição humana de acordo com o período histórico analisado. Por exemplo, na Antiguidade grega a ação era a atividade humana prioritária, pois a mais alta forma de vida humana era despendida em uma polis. Já no início da idade moderna, o homem era primariamente concebido como *homo faber*, aquele ligado à atividade trabalho da condição humana, o fabricante de objetos do mundo. Mas no século XIX, o homem foi interpretado como um animal *laborans*, aquele ligado à abundância, à saciedade e ao conforto, para o qual a ascensão da vida biológica como bem supremo é a ideologia, revelando a diminuição dos horizontes do homem moderno, assim como sua radical impotência política.

A crítica arendtiana à condição humana na modernidade a partir do século XIX é a de que o homem passou de um ser que priorizava a ação política, tornou-se um ser fabricante de objetos duráveis, para ser definido então como um ser que visa prioritariamente a manutenção do ciclo vital que garante a sua sobrevivência e a da espécie, por meio da produção de bens destinados ao consumo imediato.

Esta involução do homem que agora está mais ligado ao natural leva Arendt a preconizar que a modernidade é caracterizada como um período em que os homens perdem o mundo que, para a filósofa, diz respeito:

Às barreiras artificiais que os homens interpõem entre si e entre eles e a própria natureza, referindo-se, também, àqueles assuntos que aparecem e interessam aos humanos quando eles entram em relações políticas uns com os outros. Em um sentido político mais restrito, o mundo é também aquele conjunto de instituições e leis que é comum e aparece a todos, e que, por ser um artefato humano, está sujeito ao desaparecimento em determinadas situações-limite, nas quais se abala o caráter de permanência e estabilidade associados à esfera pública e aos objetos e instituições políticas que constituem o espaço-entre que unifica e separa os homens. Trata-se, portanto, daquele espaço institucional que deve sobreviver ao ciclo natural da natalidade e mortalidade das gerações, e que se distingue dos interesses privados e vitais dos homens que aí habitam, a fim de que se garanta a possibilidade da transcendência da mortalidade humana por meio da memória e da narração das histórias humanas. (DUARTE, 2001. p. 257)

Assim, na modernidade, esta concepção de mundo torna-se insignificante, pois a preocupação maior está na manutenção da vida do homem e da sociedade, que para isso precisa produzir cada vez mais produtos destinados ao consumo imediato. O mundo acaba

tornando-se instável, pois as barreiras que deveriam garantir a estabilidade e permanência de suas instituições como a esfera pública e as instituições políticas vão sendo constantemente consumidas também.

Ao chegar a esta conclusão da perda do mundo pelo homem, ainda em “A condição humana”, Arendt apresenta uma crítica a Marx, apontando que ele, ao criticar o capitalismo, propõe uma visão antropocêntrica do mundo e prever que a revolução industrial viria a ampliar os horizontes das atividades humanas de trabalho e labor. Marx, no olhar de Arendt, deixou de se preocupar com o fato de que se colocando o trabalho como atividade principal do homem, a esfera pública e a ação política ficariam esvaziadas, uma vez que o *animal laborans* investiria seu tempo livre para consumir.

Contudo, Hannah Arendt não prega simplesmente uma oposição entre as atividades do trabalho e da política, a crítica da autora reside no fato de que o indivíduo moderno, ao se dedicar prioritariamente ao trabalho e a fabricação de bens, esquece-se dos problemas de ordem pública, dedicando-se unicamente ao consumo frequente, gerando consequências políticas e o obscurecimento da esfera pública. Assim, ao passo que para Marx e Hegel a política real só se dá a partir do momento que os trabalhadores assumem o poder, Arendt acredita que devido ao fato da não naturalidade do trabalho, o homem não se auto aperfeiçoa em sua execução, como acontece na atividade humana da ação.

Apesar de uma aparente crítica elitista à importância do papel do trabalho como ponto importante nas mudanças políticas da modernidade, em momento algum Hannah Arendt menospreza o trabalho ou afirma que para que o homem não perca o mundo é necessário deixar o trabalho e partir para a ação somente. Pelo contrário, ela reconhece que para que o homem possa agir politicamente e promover a revolução, primeiro é necessário satisfazer suas necessidades vitais e só a partir do momento em que todos os homens alcancem sua função de cidadãos é possível falar em colocar o trabalho em segundo plano e se dedicar à ação na esfera pública. O homem então, que por natureza é um *animal laborans*, deve superar apenas esta natureza e se tornar algo mais, um ser político.

Arendt vê na modernidade um período em que o homem involuiu no que se refere a sua liberdade e a sua própria condição de homem. Todavia, mesmo considerando todo o pessimismo de Arendt, nos ateremos a sua visão de que é possível enxergar um futuro de ação política para o mundo, desde que se verifique o engajamento, a coletividade, uma esfera pública e homens dispostos a se tornar livres novamente.

Para a autora, a restauração da política como a experimentada na antiguidade greco-romana, só é possível a partir da revitalização dos interesses dos cidadãos pela participação

política ativa, pelo debate público e pelo ressurgimento de um ambiente em que este debate possa acontecer.

As revoluções então que ocorreram na modernidade, mesmo espaçadas, e que a autora trata como sendo lampejos de um possível despertar político dos homens, só surgiram porque houve uma manifestação popular no sentido de ação política, que foi coibida pelo poder dominante, seja com o uso da violência, seja com o uso de manipulação, seja porque a participação política foi esfriada pela aplicação do regime representativo, que através da sua organização em partidos políticos, organiza o Estado em torno de interesses particulares, liquidando a participação política direta.

Nota-se então uma nova crítica a forma de fazer política na modernidade, qual seja, o regime representativo, que é apresentado por Arendt como um regime que prescinde da participação popular e de que devido ao fato dos cidadãos não serem aptos a reger a administração pública, esta deve ser confiada a especialistas. Tem-se assim que o espaço político moderno acaba se estabelecendo quando há tensão entre a participação e a representação política.

Contudo, esta tensão na maioria das vezes nem chega a ocorrer de fato, pois com o aumento da apatia política e a impossibilidade da maioria dos indivíduos de influenciarem efetivamente o poder, a distinção entre governantes e governados aumenta e o governo de poucos para muitos volta a dominar. Os processos revolucionários que antes tentavam fazer com que a oligarquia fosse substituída por um poder no qual o cidadão opinasse de fato, acabam sendo esvaziados, uma vez que os partidos políticos, verdadeiramente não democráticos, monopolizam o poder e decidem quem pode ou não fazer parte dele.

A alternativa proposta então é a do sistema de conselhos (federativo), no qual é possível restabelecer a tradição política, a liberdade e a ação coletiva. Não se pode dizer que com esta proposta Arendt simplesmente renegou a democracia representativa, não reconhecendo seus benefícios. Pelo contrário, apenas redesenhou-a, inserindo detalhes que pudessem vir a garantir um novo espaço para a participação popular efetiva, onde o poder não se desse de forma vertical, mas sim horizontal. Desta forma, as unidades federativas servem como controle do poder e este poder é decidido através da participação política dos cidadãos, independente da extensão territorial da coisa pública que se queira gerir.

Assim, continua-se a ter um governo representativo da vontade do povo, mas esse governo é gerido pelos diversos conselhos constituídos, permitindo que os espaços públicos se multipliquem e proporcionem a participação de um maior número de cidadãos, demonstrando um novo tipo de poder que vem de baixo para cima.

Esta alternativa não só viria a possibilitar uma maior participação e um alargamento da esfera pública, como também contribuiria para a dissolução das massas apáticas, que poderiam ser mais facilmente influenciadas a agir politicamente, deixando de ser manipuladas por novos movimentos totalitários ou partidos políticos antidemocráticos.

Apresentado como uma esperança para a nova política, mas não como única alternativa, o sistema de conselhos é apresentado pela autora como, de certa forma, utópico, mas possível.

Pra ela os conselhos surgiriam de forma espontânea e não teriam como finalidade a tomada de decisões burocráticas e administrativas, mas sim a preocupação com questões mais políticas do que sociais, ou seja, a prioridade seriam as opiniões e não as necessidades privadas.

Os conselhos então deveriam ser locais em que as pessoas pudessem se manifestar e agir politicamente, sendo que este agir não é definido pela autora, mas é caracterizado como algo que viria de baixo para cima. Com estas características, a crítica à representação política de Hannah Arendt tem como finalidade o afastamento da burocratização da política e a tentativa de construção e preservação de espaços em que uma ação política genuína³ possa acontecer.

Neste sistema todos os homens poderiam se tornar membros ativos do governo comum, participando pessoalmente de todos os direitos e obrigações do Estado, ao contrário do que ocorre no sistema partidário, no qual só aqueles burocraticamente inseridos podem opinar e agir. Os conselhos surgiram durante revoluções e foram iniciativas populares espontâneas de ação e de ordenamento. Os partidos, por sua vez, não são frutos de revolução e acabam por se caracterizar como órgãos não-espontâneos, que por vezes concentram suas ações apenas em épocas eleitorais.

De acordo com Arendt, o problema em questão era o da distinção entre representação e ação política. Os conselhos eram órgãos de ação, enquanto os partidos revolucionários eram de representação. Os partidos revolucionários não entenderam o quanto o sistema de conselho se identificava com uma nova forma de governo, como também os conselhos foram incapazes

³ Como mostra Arendt (2005a, p. 219), a ação política genuína não é determinada por nenhum fator imposto ao homem, e sendo indeterminada, ela forma um âmbito de liberdade. Essa indeterminação significa que a ação não tem uma finalidade em si, já que se assim fosse ela não seria livre.

Para Duarte (2006, p. 8), Arendt não pensa que a ação política genuína seja desprovida de fins e de motivações prévias. O que ela quer enfatizar é que a ação política genuína, em seu caráter de pura manifestação de liberdade humana, possui sentido apenas na medida em que excede a justificação de motivos, bem como na medida em que se ultrapassa a consideração de sua eficácia ou efetividade, isto é, a sua capacidade de alcançar fins intentados. Não se nega que todo agir tenha motivos e objetivos, apenas se afirma, mas isto não é pouco, que o sentido da ação livre não se subordina a eles, pois os transcende.

de perceber que nas sociedades modernas há uma necessidade de um aparelho governamental para desempenhar as funções de administração.

Cabe agora discutir com base na exposição sobre o pensamento de Arendt, as principais contribuições dessa autora para a compreensão da noção de participação política. Antes de qualquer coisa, é preciso retornar à questão problema norteadora desta dissertação, que consiste na tentativa de se compreender as possíveis relações entre mídia, cultura e cidadania a partir da noção de participação política.

Chegamos então em um ponto crucial da nossa discussão, pois, assim como nas mudanças políticas apresentadas por Arendt na modernidade, hoje, com o advento das novas tecnologias da comunicação, em especial a utilização das redes sociais, que serão mais bem explicadas em capítulo posterior, insinua-se não um declínio na ação política, mas sim uma mudança nas formas de participação e de envolvimento nos assuntos governamentais.

Diferentemente do caráter unilateral da comunicação nas mídias tradicionais, com a Internet e as redes sociais, o indivíduo inaugura uma realidade dialógica em que governantes e governados habitam o mesmo espaço e podem discutir livremente, tendo seus discursos legitimados ou refutados de acordo com a credibilidade que demonstram na rede e na vida pública.

Assim, diferentemente do que se previa, de que a tecnologia viria para esvaziar completamente o espaço público e propagar a apatia política, hoje é possível falar numa multiplicidade de espaços públicos propiciada justamente pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICS).

As TICS difundem diferentes discursos e possibilitam a criação de uma nova *polis*, onde todo aquele que tem acesso à tecnologia, conhece seu funcionamento e tem interesse em gerar algo novo, é capaz de iniciar uma ação política.

Seria então possível que esta nova esfera pública se estabelecesse como um sistema de conselhos virtuais através da utilização das novas tecnologias da comunicação? O que se visualiza é a possibilidade de diferentes tribos virtuais atuarem de forma fragmentada, mas bastante ativa virtualmente através das microrevoluções, de tal forma que possam vir a constituir ações políticas relevantes e efetivas, capazes de influenciar o sistema político, inaugurando uma nova forma de política horizontal.

Diferentemente de Hannah Arendt, o que visualizamos aqui não é a substituição do regime democrático representativo, mas sim a emergência de uma nova instância informal de participação, que por sua força de mobilização e cobrança, e conseqüentemente legitimação,

podem vir a participar mais diretamente daquilo que é decidido tanto nos partidos, como no governo.

A presente dissertação trabalhará então com este pressuposto de que as novas tecnologias da comunicação, em especial a Internet e as redes sociais, inauguram um novo espaço público onde a ação política pode vir a retomar sua força e se reinventar.

2. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, REPRESENTAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO

Este segundo capítulo tem o intuito de explorar a questão da participação política, da representação e do impacto das novas tecnologias na forma como os cidadãos têm participado.

Sairemos da evolução histórica apresentada por Arendt e apresentaremos recentes visões acerca da realidade da participação e representação política atual, tentando estabelecer paralelos entre o que foi previsto para a política por Arendt, o que realmente tem sido aplicado e o que se pode resgatar de seu pensamento para corrigir os erros que continuam ocorrendo.

Apresentaremos os pontos de vista de autores do tema que mostrem realmente se a hipótese do senso comum de que a participação política está diminuindo é verdadeira ou não e se essas novas tecnologias, em especial as redes sociais, têm alguma influência nisto.

2.1 Participação Política: Conceitos

A ação coletiva só é possível caso haja interesse da população em participar ativamente deste processo. Para que se possa então entender os mecanismos que levam à adesão dos indivíduos numa causa coletiva é necessário primeiro entender a participação política, seus principais conceitos e formas de ação.

Um dos preceitos básicos da democracia é a participação dos cidadãos na vida política e no governo. Contudo, segundo Avelar (2004), a participação política não está limitada ao envolvimento do indivíduo nas ações governamentais:

Ela é mais ampla e vai desde as mais simples, como as conversas com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se nas atividades da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais, para favorecer grupos de interesses dos mais diversos, e mais uma plêiade de atividades que circundam o universo da vida política. Ligada à idéia de soberania popular, a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania. (AVELAR; CINTRA, 2004. p.223)

Partindo do princípio de que a participação política não se resume ao envolvimento do cidadão nas ações governamentais, Dallari (1994) apresenta sete tipos de participação política: individual e coletiva, eventual e organizada, conscientização e organização, e participação eleitoral.

Individual – Neste caso o indivíduo em certas situações toma suas próprias conclusões e escolhe seu caminho.

Coletiva – Ocorre por meio da integração em qualquer grupo social e a força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo.

Eventual – Está ligada a circunstâncias momentâneas, assegurando que dos dois modos há equivalente eficácia, desde que exercidos com consciência e responsabilidade.

Organizada – assegura a continuidade dos trabalhos e assim maior eficiência.

Conscientização – Consiste em dar uma contribuição para que as pessoas percebam que nenhum ser Humano vale mais ou menos que os demais e que todos podem e devem lutar constantemente pela conquista ou preservação da liberdade de pensar e de agir e pela igualdade de oportunidades e responsabilidades.

Organização – Consiste em colaborar concretamente, fornecendo idéias ou meios materiais, para que grupos humanos conjuguem seus esforços visando objetivos comuns.

Participação eleitoral – Cada indivíduo pode participar de modo diferente no processo militante partidário. A participação através do voto é o mínimo que se deve exigir para cada cidadão numa democracia representativa. (DALLARI, 1994. p. 47)

Outra categorização de tipos de participação é dada por Bordenave (1994), que demonstra que existe a participação de fato, espontânea, imposta, voluntária, provocada e concedida.

De fato: aquele tipo em que a simples existência da sociedade nos impele a fazer parte, ou seja, a participação na família, no trabalho, na busca pela subsistência. Em outras palavras, é o tipo de participação a que todos os seres humanos estão sujeitos a partir do momento em que decidiram viver em sociedade.

Participação espontânea: está relacionada ao ato do indivíduo se inserir em determinados grupos, por livre opção, como os grupos de vizinhos e amigos, os quais não possuem 'organização estável ou propósitos claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto; obter reconhecimento e prestígio'.

Imposta, onde os indivíduos são levados a participar, seja por códigos morais de determinados grupos, seja por legislação específica que define a obrigação de participar. O caso mais típico no Brasil é o voto obrigatório.

Voluntária, onde o grupo é criado pelos próprios participantes que definem sua forma de organização, objetivos e métodos. Bordenave cita, como exemplos desse tipo, os sindicatos livres, as associações de moradores, as cooperativas e os partidos políticos.

Participação provocada, a qual é impulsionada por um agente externo. Nesse caso, cita como exemplo o papel que o serviço social, o desenvolvimento de

comunidades, a extensão rural, a educação em saúde e as pastorais desempenham nesse modelo.

Participação concedida, que acontece quando organizações e/ou agentes públicos conferem poder de decisão aos subordinados e/ou aos cidadãos. Como exemplos, teríamos as chamadas “participações nos lucros”, adotadas por certas empresas, os “comitês de fábricas”, bem como as experiências de “planejamento participativo” adotadas por órgãos públicos. (BORDENAVE, 1994, p. 27)

Todos estes tipos de participação apresentados devem ser encorajadas e defendidas para que a democracia seja plenamente garantida. Todavia, são necessários requisitos básicos para que exista uma real e eficiente participação democrática dos cidadãos,

Wilson Gomes (2005) aponta que para que exista a participação as pessoas devem ter informação política apropriada e discernimento para analisar estas informações e utilizá-las para construir suas opiniões, posições e argumentos. É preciso ainda que os cidadãos tenham acesso aos debates públicos e que possam expor seus pontos de vista e se envolver nos procedimentos deliberativos. Ademais, que estes cidadãos tenham garantidos os direitos de participação como voto, afiliação, comparecimento a eventos políticos ou através de outras atividades políticas nacionais ou locais e que seus representantes em todos os níveis sejam acessíveis para que se cobre uma representação de fato.

Pizzorno (1975 *apud* AVELAR, 2004) apresenta uma explicação acerca das causas e os requisitos da participação política, apresentando dois modelos explicativos. O “modelo da consciência de classe” é o de que quanto maior a consciência de classe maior a participação política, a qual, por sua vez, aumenta a consciência de classe. Já o “modelo da centralidade” é aquele em que quanto maior for a posição social de um indivíduo, maior a participação política, neste caso a participação sendo entendida como expressão do pertencimento a determinado grupo social.

Por sua vez, Avelar (2004) trabalha os canais que viabilizam a participação política, quais sejam: canal eleitoral, canais corporativos e canal organizacional. A participação por canal eleitoral compreende o ato de votar, de se candidatar, de se filiar a um partido, arrecadar ou fornecer fundos para campanhas eleitorais, ou seja, trata-se das atividades nos partidos. A participação por canais corporativos como sindicatos e outras instituições que servem como intermediários dos interesses do Estado e da sociedade. Por fim, a participação política por canal organizacional compreende os movimentos sociais, a união de pessoas em prol de uma causa em comum, formas não-institucionalizadas de organização coletiva.

Visto as diferentes visões acerca da participação política – sua tipologia, condições e canais - dadas pelos autores da área, pode-se observar que em todas existe um ponto comum,

a participação só ocorre caso o cidadão queira se envolver na vida política e, mais importante, saiba como fazê-lo e tenha o direito de participação garantido.

Todavia, todas essas formas de participação burocratizadas e institucionalizadas, como visto anteriormente na visão de Hannah Arendt acabam sendo apenas mecanismos formais de legitimação do poder, sendo que a participação de fato e de origem, só se dá a partir do momento em que o cidadão que interage na esfera pública e dá voz aos seus anseios e questionamentos.

Quando isso ocorre, o homem ao expor sua singularidade na esfera pública e entrar em contato com as demais opiniões, buscando o consenso, proporciona a iniciativa da participação e da ação política e passa a criar condições de autoridade necessárias para que surja um poder legítimo e plenamente democrático.

2.2 Representação e Participação Política

Como visto no capítulo anterior, Hannah Arendt apesar de reconhecer a importância da representação para os sistemas de governo democráticos, acredita que toda democracia representativa deve contar com a participação ativa dos cidadãos, que não só devem fiscalizar as ações governamentais, como também propor ações que venham a contribuir para o bem estar coletivo.

A fim de estabelecer uma relação entre a concepção de representação ideal de Arendt e aquela que vem sendo aplicada nos regimes democráticos nos dias de hoje, apresentaremos alguns conceitos e formas de representação.

Para Pitkin (1967) a representação pode ser definida sucintamente da seguinte maneira: o representante age de acordo com os interesses do representado. Levando em conta que a democracia é o governo do povo e para o povo, o representante seria o agente da democracia, aquele que defenderia os interesses da sociedade, representando-a no governo.

Contudo, a autora afirma que isso não quer dizer que o representante deva agir exclusivamente de acordo com os interesses daqueles que o elegeram, mas sim que ele até pode agir em circunstâncias que vão de encontro à estes interesses, só que neste caso ele deve se explicar e procurar manter seus eleitores sempre bem informados do porquê tal decisão foi tomada.

Além desta duplicidade de interesses entre representantes e representados, há ainda a questão dos conflitos entre o local e o nacional. Tal conflito existe, pois cada representante é

eleito pelos habitantes de uma região, todavia, essas regiões formam uma nação, que deve ser, na verdade, a força maior e pelo qual todas as regiões devem zelar.

Sabe-se, porém, que, por vezes, os interesses de um vão de encontro aos interesses do outro. O que é bom para uma região, pode não ser o melhor para o bem-estar da nação e vice-versa. Assim, os representantes devem agir também no sentido de mediar e tentar resolver tais conflitos, tomando as decisões mais acertadas. Isso não quer dizer que um sempre se sobressaia sobre o outro, mas sim, que o representante deve ser capaz de definir quando é necessário defender os interesses daquela região que o elegeu, e conseqüentemente de seus eleitores, como também defender os interesses da nação, visto que ao fazer parte do país, quando se toma uma decisão que o privilegie, as partes também sentirão os benefícios.

Desta forma, vê-se que o representante deve ser alguém capaz de agir em situações conflitantes, que saiba analisar o ambiente em que está inserido e, assim, tomar as melhores decisões. Isso tudo, sempre prestando contas ao seu eleitorado, explicando os porquês das decisões.

No entanto, o que se nota é que há uma certa apatia política deste eleitorado. Ou seja, o representante eleito acaba não sendo cobrado para que aja de acordo com os interesses daqueles que o elegeram e, sabendo disso, estes representantes acabam por tomar decisões arbitrárias e contar com esta apatia política, não prestando contas daquilo que faz enquanto governo.

Mesmo agindo nestes moldes, não se pode definir o que é representação apenas pelo fato de que um determinado governante age de acordo com os interesses daqueles que o elegeram. Pitkin (1967) aponta que para que haja uma real representação é necessário que se faça uma série de questionamentos acerca da situação, quais sejam: as eleições que levaram o representante ao poder foram genuínas? Quem pode votar? O eleito tem real poder para governar? Quanta oposição é permitida? Existe alternância de poder? Todos os extratos da sociedade são representados?

Tendo em vista tais questionamentos, Pitkin (1967) afirma que não se pode falar em um conceito único de representação, assim como não se pode falar em um conceito único de democracia. Assim, a popularidade ou o contentamento de um povo para com seu representante não define representatividade. É necessário que o povo tenha controle sobre as ações do representante, cobre dele, mas claro, deixando que ele tome as decisões para as quais foi eleito com uma certa autonomia, pois deve ser capaz de discernir o que é melhor.

Ainda assim, Pitkin (1967) afirma que para que se fale em representação, é necessário que este “agir de acordo com os interesses do povo” seja institucionalizado, para que não se confunda liderança, representação e manipulação.

Pode-se dizer então, que nenhuma representação é ideal, deve-se fazer concessões de acordo com a sociedade em que se está analisando. A melhoria das instituições representativas, o cultivo de pessoas capazes de olhar os interesses dos outros de forma responsável, é essencial para visualizar o que constitui a ideia de representação.

O conceito de representação então deve ser retirado daquilo que é ideal e daquilo que é aplicado de forma completa. Desta forma, a autora afirma que, na verdade, representação é perseguir os interesses públicos, mas que saber a definição exata de representação será uma questão eterna.

Bernard Manin (1999), por sua vez, verifica que a representação política está passando por uma crise, principalmente nos países ocidentais. Isto se dá, porque ao longo dos anos os eleitores diminuíram sua ligação com partidos e sua fidelidade aos mesmos, passando a, na hora das eleições, votar em pessoas (representantes), não em ideologias partidárias. A eleição de representantes, então, já não se destaca como um meio pelo qual os cidadãos aprovam políticas que desejam ver executadas.

Outro ponto abordado por Manin (1999) para esta mudança no processo de eleição de representantes se dá pelo fato de que a cada dia a prática política está sendo dominada por fatores técnicos, que os cidadãos não dominam, causando ainda mais desinteresse e desconfiança por parte destes.

Neste contexto, verifica-se um declínio das relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado.

Anne Phillips (1995) argumenta que é preciso analisar mais detalhadamente os mecanismos para assegurar que todos os cidadãos tenham igual acesso às assembleias de tomada de decisão, e reconhecer a importância dos grupos de interesse e dos grupos de pressão política.

A política de presença demonstra que diferentes grupos têm diferentes tipos de interesses e mesmo uma distribuição equitativa de poder entre estes grupos não seria garantia de igualdade, visto que dentro de cada grupo também existem interesses conflitantes.

Assim, a autora acredita que é preciso passar de uma política de ideias para uma política de presença, a qual ela definiu da seguinte maneira:

A crescente preocupação com o tema da exclusão política desafia o entendimento tradicional sobre os mecanismos representativos, em especial a percepção arraigada de que a chave da boa representação política está no programa e nas ideias compartilhadas entre representantes e representadas/os sem qualquer referência à identidade das/os representantes. Contra isso, cada vez mais é afirmada a necessidade de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, o que se traduz frequentemente na adoção de cotas eleitorais. Mas não se trata de escolher uma ou outra forma de representação e sim de, compreendendo os limites de cada uma, buscar um sistema mais justo que incorpore tanto ideias quanto presença. (PHILLIPS, 1995. p. 1)

Um sistema não pode ser chamado de democrático só porque diz que persegue os interesses e necessidades do povo. Para que haja democracia, é necessário que o povo também seja responsável por determinar as decisões políticas. Assim, democracia não é governar pelo povo, mas sim, o governo do povo.

Na democracia, então, o povo deve agir de forma a sempre controlar os representantes eleitos para que eles respeitem suas necessidades e interesses, não privilegiando apenas a elite, mas sim, agindo em prol do bem estar da sociedade como todo, representando todos os extratos da sociedade.

Outro princípio do controle popular seria o voto, sendo que para isso deve-se analisar quem são os que podem votar. Todavia, apenas o voto não é garantia de controle, visto que certos grupos sociais têm mais representação que outros.

Chega-se a um ponto crucial da questão do controle que é: para controlar é preciso estar presente. Contudo, neste ponto há que se considerar qual o peso de cada indivíduo neste processo, será que existe a tão proclamada igualdade política entre os indivíduos e entre os grupos sociais?

A política de presença então, não pode ser colocada como existente nem no controle popular, nem na igualdade política, visto que a sociedade não é igualitária. Sabe-se dos casos de exclusão e dos casos de acordos de representação existentes.

Deve-se então lutar por uma maior igualdade de direitos e de representação, acabando com as antigas exclusões e abrindo mais o leque de opções políticas, sendo que isso só é possível caso se baseie na experiência.

Os autores Manin, Stokes e Przeworski (1999) consideram que os cidadãos podem não saber o que realmente contribuirá para o bem estar de sua comunidade ou pensar em demandas mínimas a serem sanadas ou pensar que o representante deve fazer tudo para o bem do eleitorado durante seu governo. Para tanto, é necessário que haja maior informação política e maior interesse do eleitorado na prática política.

Tendo em vista tal realidade, pode-se dizer que a prestação de contas então não é suficiente para induzir a representação quando os eleitores têm informações incompletas e insuficientes, pois eles não conseguirão estabelecer os supracitados parâmetros.

Os cidadãos muitas das vezes não conseguem distinguir de quem é a culpa por um determinado problema no governo e, portanto, não sabem ao certo a quem culpar e a quem cobrar.

Ainda assim, mesmo sabendo a quem cobrar, por vezes, algumas instituições são tão fechadas e burocráticas, que tornam quase impossível a tarefa de vigilância, controle e punição do governo pelo cidadão.

Manin, Stokes e Przeworski (1999) afirmam ainda que democracias que permitem a reeleição contribuem para um melhor desempenho da representação.

A oposição e a mídia (não comprometida partidariamente) devem exercer o papel de vigilância junto aos eleitores e recompensar ou castigar os governos pelos resultados que geraram em âmbitos distintos.

Uma eleição não é o único caminho, nem o mais eficaz para se conseguir cobrar por uma boa representação, visto que o cidadão só tem ao seu dispor o voto, contra as milhares de decisões que os representantes tomam durante seu governo.

Ao se analisar os pontos de vistas acerca da representação, nota-se alguns princípios comuns em diferentes autores, quais sejam: o conceito de representação não é único, difere de acordo com o autor com que se trabalha, do contexto em que está inserido, dos atores que participam de sua construção; a representação só ocorre quando se tem um eleitorado bem informado e interessado em participar politicamente, visto que só assim ele pode se aproximar mais dos representantes e cobrar uma real representação; por mais que os representantes sejam eleitos para que defendam valores e interesses de seus representados, eles devem ter certa autonomia na tomada de decisões. Assim, devem eleger representantes capazes de tomar decisões nas mais diversas situações, sempre visando o bem estar da sociedade como um todo; sistemas democráticos promovem mais a representação que outros tipos de sistemas políticos; a representação, assim como a democracia, deve perseguir os interesses do povo, contanto com a participação do povo.

De acordo com estes pressupostos, vê-se que por mais que as concepções acerca da representação sejam distintas, todas concordam que a representação não prescinde da participação dos cidadãos. Assim, o sistema de conselhos apresentado por Hannah Arendt e trabalhado por nós no capítulo anterior, pode ser uma real alternativa para as democracias

parlamentares (representativas), desde que esta participação se dê de fato e o governo permita que ela seja concreta, ao institucionalizá-las e incluí-las em suas pautas.

2.3 A Participação Política está em Declínio?

Após as definições acerca da representação e da participação, passamos agora para uma revisão dos autores que falam sobre a questão da participação política e se ela vem diminuindo, aumentando ou só mudando sua forma de atuação.

Tem sido recorrente nas discussões acerca da participação política a ideia de que tem havido um constante declínio no envolvimento dos cidadãos na vida política, todavia, baseadas no senso comum, essas discussões acabam por não chegar a conclusões comprovadas.

Neste sentido, então, alguns autores como Norris (2002), Putnam (2000), Moisés (2010) e Baquero (2008) se dedicaram a analisar mais profundamente este tema. As análises apresentadas por eles buscam identificar se a participação política realmente vem entrando em declínio ou se o que ocorre é uma mudança nas formas de participação, porque essas mudanças ou declínio ocorrem e qual a influência disto na adesão dos cidadãos à democracia.

A obra *Democratic Phoenix*, da autora Pippa Norris (2002), trata da questão central, que é a participação política e argumenta que os mecanismos tradicionais para aferir o nível desta participação são inadequados, visto que o índice de votos, por exemplo, que é vastamente utilizado para tal análise, é relativo. Afirma-se que é um indicativo válido, mas inadequado se for utilizado de maneira errada. Assim, a validade depende de como e quando os índices de votos são coletados, quão nova é a democracia, bem como a comparação do voto com outras formas de ativismo na aferição da atenção dos cidadãos.

Pesquisas feitas em democracias estabelecidas, que utilizaram o índice de votos como base de dados, são precárias. A autora argumenta que o índice de votos não declinou realmente nas democracias ocidentais, o que acontece é que, com o aumento nos níveis de educação e desenvolvimento socioeconômico, os índices tendem a atingir um ponto de saturação, causando a estabilização dos índices, o que não quer dizer que a participação declinou, mas sim que atingiu seu ápice (pelo menos pelas formas tradicionais). Sendo assim, a autora diz que isso é mais uma tendência de mudança nas formas de participação do que um declínio em si.

As hipóteses centrais são de que em países com desenvolvimento econômico similar, os índices de participação são semelhantes. Contudo, tendências regionais têm de ser

consideradas, pois diferenças culturais e o contexto histórico influenciam em grande medida as formas e níveis de participação. Já as tendências nacionais são mais delicadas, visto que é preciso definir bem o ponto de início e de fim da análise do processo de modernização. O padrão de que quanto mais educação, saúde, acesso à Internet e informação política, mais participação, é frágil, pois uma série de outros fatores devem ser levados em conta.

O que se constatou na pesquisa de Norris (2002) é que nas democracias já estabelecidas, o nível de participação, comparativamente, tende a ser maior que em democracias emergentes, mas em seu número absoluto tende a se estabilizar ou até mesmo cair (queda não significativa). Já em democracias de sociedades em desenvolvimento, em que níveis de educação e saúde têm aumentado, a participação política tende a ter um evidente crescimento, sendo que, assim como as já estabelecidas, chegarão a um ponto de saturação.

Um ponto crucial neste tema é a operacionalização da teoria do capital social de Putnam (2000), trazendo à discussão a importância de se analisar as novas formas de participação política, que antes eram vistas apenas como movimentos sociais, mas que no fundo têm implicações políticas. Isso porque facilita a boa governança, na medida em que possibilita aos indivíduos controlar as ações governamentais e participar mais ativamente.

Norris (2002) argumenta que capital social tem dois componentes: redes sociais e confiança social. As redes sociais são importantes para gerar colaboração, solidariedade, cooperação entre os indivíduos, pois se acredita naquilo em que se está engajado. Portanto, somente dados sobre filiação em instituições tradicionais como partidos políticos, igrejas, entre outros, não explicam muito sobre o ativismo contemporâneo. Norris (2002) chama a atenção para os novos movimentos sociais, protestos políticos e a Internet, afirmando que o capital social fortalece o vínculo entre os indivíduos e suas lideranças políticas, gerando maior vigilância.

A autora enfatiza as novas formas de participação e a necessidade de embasar estas análises com dados específicos. Todavia, ressalta que é muito difícil mensurar essas novas formas de participação, mesmo com a maior burocratização das associações. Assim, ela indica que é necessário juntar dados sobre assinaturas de petições, boicotes econômicos, pressões não oficiais, entre outros, aos dados sobre formas tradicionais de participação como números de eleitores, filiados em partidos, etc.

Ademais, se fenômenos modernos como protestos políticos e Internet geram uma rede social transnacional. Como sintetizar, medir e operacionalizar o conceito de capital social? Norris (2002) dá legitimidade para formas alternativas de participação, visto que encorajam o

engajamento de cidadãos, que não podem ou não participam dos métodos tradicionais de participação (com menor nível de instrução, minorias, etc).

No mesmo sentido, com um foco na questão do capital social (o conjunto de ligações que cada um de nós tem com outros - as redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança que delas emergem) e sua relação com a participação política na sociedade americana, *Bowling Alone* de Robert Putnam (2000) apresenta pesquisas de fontes diversas, que apontam para uma diminuição do capital social nos Estados Unidos. Entre os fatores mostrados na obra para tal diminuição estão: declínio da participação política, diminuição no envolvimento cívico, afastamento das práticas religiosas, desfiliação sindical, redução de envolvimento em práticas voluntárias e mesmo diminuição da interação social, como o boliche, que dá nome ao livro.

Putnam (2000) indica que isso se dá, em grande medida, pela redução na confiança dos americanos uns nos outros. Ao passo que Norris (2002) afirmava que a participação e o capital social não estão diminuindo, mas sim se modificando, assim como as redes sociais, Putnam apesar de concordar que outros tipos de redes sociais estão surgindo, como, por exemplo, os movimentos sociais promovidos na Internet, contra-ataca dizendo que eles são, em sua maioria, do terceiro setor, com um pequeno núcleo de profissionais realmente envolvidos na política, fazendo lobby, no qual as pessoas contribuem prioritariamente com dinheiro e os envolvidos dificilmente se conhecem pessoalmente. Por essas características, Putnam (2000) acredita que estas novas organizações não contribuem tanto assim para o capital social.

Em relação à participação política, ao analisar as pesquisas, Putnam (2000) aponta sim para uma diminuição da participação como era anteriormente, quais sejam, assinar petições, se filiar em partidos, escrever discursos, reivindicar de seus representantes. O que Putnam (2000) aponta é que mesmo o nível de informação política tendo aumentado, o que levaria a um lógico aumento nos níveis de participação, o que ocorre é que as pessoas estão substituindo sua participação ativa por participação através de doações financeiras.

O autor identifica alguns motivos pelos quais tais mudanças nos níveis de participação têm diminuído. A primeira delas seria o aumento no consumo de programas de TV, pois tal prática, segundo Putnam, preenche o tempo em que as pessoas costumavam se dedicar a participação cívica. Assim, quanto mais os americanos se fecham em suas casas em frente suas TVs, menos tempo e disposição têm para construir e manter suas redes sociais, enfraquecendo o capital social. Outros pontos destacados pelo autor apontam para a mesma lógica do motivo acima, visto que a TV toma o tempo antes preenchido pela participação

cívica. Hoje os americanos também gastam muito de seu tempo se deslocando de casa para o trabalho, do trabalho para o lazer e assim ficam cada vez menos disponíveis para participação.

Além do tempo, as dificuldades econômicas também são apontadas como empecilhos para a participação, visto que certas dificuldades inauguradas com a globalização afetaram de maneiras desiguais as diferentes gerações, provocando um nível também diferente de hábitos ligados às atividades cívicas.

Ao analisar a participação cívica, Putnam (2000) diz que as associações americanas voluntárias se dividem em três categorias: as baseadas na comunidade, as baseadas na igreja e as baseadas no trabalho e explica que é necessário se preocupar com o declínio do capital social. Isso porque acredita ser o capital social imprescindível para a educação das crianças, para a saúde (o autor apresenta estudos que revelam que fazer parte de redes sociais diminui o perigo de morte em curto prazo), para a felicidade (autores defendem que pessoas que fazem parte de redes sociais são mais felizes e menos propensas à depressão ou ao suicídio), para o progresso econômico e para a democracia (sem participação não há democracia).

O governo representativo funciona melhor em comunidades com mais capital social, afirma Putnam (2000). A democracia americana se baseia na tradição de engajamento cívico, e enquanto ele continuar em declínio, a democracia também estará em alerta.

Assim, a participação cívica, de acordo com o autor, teve uma diminuição significativa, se levarmos em consideração os indicadores tradicionais. Todavia, formas alternativas de engajamento foram sendo criadas e o americano passou a ter uma relação diferente nesse envolvimento. Hoje ele contribui muito mais com dinheiro, do que com participação em discussões, entre outras. Se se levar em conta o número de associados ou indicadores desta natureza, não se notará um número muito significativo. Contudo, ao se analisar a real participação nestas associações, se poderá ter conclusões mais acertadas.

Outro fator importante na análise do declínio da participação cívica apontado pelo autor é a participação religiosa, que os dados apontaram que está diminuindo assim como os demais fatores. O motivo ao qual, em grande medida, se atribui isso também à diferença entre as gerações, assim como no declínio na participação política e no envolvimento comunitário.

Contudo, o autor afirma que as alterações e declínio no capital social e nas formas de relacionamento entre os americanos se devem a uma combinação complexa das mudanças gerais na sociedade e das mudanças de gerações.

Assim, a conclusão a que ele chega é que muito do declínio do engajamento cívico na América nos últimos tempos é atribuído à substituição de uma geração incomum por várias gerações que são menos inclinadas a vida em comunidade. A dinâmica do engajamento cívico

nas últimas décadas foi formada, em parte, por hábitos e valores sociais, que, por sua vez, foram influenciados pelas grandes mudanças ocorridas no século XX.

José Álvaro Moisés (2010) traz um estudo sobre o comportamento eleitoral brasileiro e de sua confiança ou desconfiança no regime e nas instituições, traçando paralelos e verificando como esta confiança pode interferir na qualidade da democracia do país. O autor faz uma análise de duas variáveis que servem para explicar a adesão ou não à democracia: a cultura política e a avaliação do desempenho das instituições democráticas.

A cultura política se refere a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos e é analisada para verificar até que ponto os cidadãos brasileiros conseguem distinguir nuances de um regime autoritário ou democrático e como esta distinção influencia na forma como ele avalia o regime político de seu país.

Para os estudos da cultura política o que conta é se os indivíduos apresentam ou não orientações democráticas, as quais são formadas através de processos de socialização que interagem com a experiência política, influenciando na estabilidade ou mudança do regime.

Já o desempenho das instituições democráticas é utilizado para medir a satisfação deste cidadão com a democracia vigente. O que conta para essa perspectiva não são os valores políticos ou a orientação normativa dos indivíduos, mas a eficácia das instituições com relação aos fins almejados pelos atores políticos.

Ambas as variáveis são utilizadas pelo autor como complementares para se analisar a influência na relação dos cidadãos com o regime democrático.

Moisés (2010) acredita que a democracia possa conviver com baixos níveis de participação, atitudes de protestos e distanciamento em relação às autoridades, demonstrando que boa parte dos brasileiros prefere modelos de democracia que não contem com instituições de representação, que servem para fiscalizar e controlar os governantes.

Para tanto, Moisés (2010) apresenta uma definição de democracia que une os entendimentos de Dahl (que tem uma abordagem procedimentalista - poliarquia) e de Schumpeter (que trouxe a abordagem minimalista), além de citar o fato de que vários autores definiram a democracia em termos de competição, participação e contestação pacífica ao poder. A definição consta de quatro itens: 1) direito dos cidadãos de escolherem governos através de eleições, com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas e abertas; 3) liberdade de expressão, reunião e organização de partidos políticos, para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral. Assim, a *accountability* vertical é característica primordial do regime democrático.

Contudo, aponta que o apoio político deve ser analisado pelo ponto vista normativo e prático, uma vez que o normativo remonta à adesão à democracia como valor ideal, derivado da cultura política, enquanto que a prática diz respeito à satisfação com o regime e a confiança nas instituições.

A análise dos dados empíricos acabou por confirmar as hipóteses do autor. Confirmou a lacuna existente entre as supracitadas dimensões normativa e prática e que os fatores políticos importam mais que os fatores econômicos na determinação das atitudes dos cidadãos.

Por fim, as pesquisas demonstraram que a insatisfação com a democracia e a desconfiança nas instituições indicam que eles não sentem que seus direitos de participação e representação sejam canais efetivos para enfrentar problemas como a corrupção ou as dificuldades econômicas.

Com isso, o autor indaga se essa deslegitimação das instituições democráticas podem levar a uma busca por alternativas antidemocráticas.

No mesmo sentido, o artigo de Raquel Meneguello (2010), “Aspecto do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime”, trabalha com as questões da adesão à democracia, da satisfação com o regime e suas relações com o acesso à informação política.

A autora reexamina a questão da adesão democrática a partir do desempenho do regime, analisando a noção da valorização da democracia entre os brasileiros e observando, ao longo do tempo, que os cidadãos estão se tornando cada vez mais críticos.

As pesquisas da autora sobre adesão estão ligadas à escolha pela democracia e a algumas formas de intermediação institucional sobre as quais o sistema se estrutura e possibilita a participação dos cidadãos.

Suas análises demonstraram que, no caso brasileiro, a adesão à democracia depende de uma série de fatores e que o cidadão, dependendo da situação, tende a ser flexível no que se refere a ações não democráticas, se elas forem resolver algum problema. O que foi visto é que a democracia é o regime ideal e aceito pela maioria, mas que só é totalmente considerado quando contraposto explicitamente com o regime ditatorial. Assim, a “ambivalência” do brasileiro aponta para a aceitação de um regime intermediário, incompleto.

Questões como eleições e voto são vistas como fundamentais para a adesão à democracia e, em menor medida, a questão dos partidos políticos. O que se pode inferir é que os referenciais de adesão à democracia são compostos pelo voto e pela presença dos partidos,

mas a preferência pela democracia está menos associada a processos políticos que envolvam a intermediação institucional.

Em relação ao desempenho do regime democrático, a autora apontou para a necessidade de se avaliar outras vertentes, sendo elas a avaliação do governo, a situação da liberdade dos indivíduos e dos direitos humanos e os níveis de corrupção. Os dados mostraram que nas três vertentes a maior porcentagem dos brasileiros demonstram mais insatisfação e descontentamento, mostrando que a ambivalência também é demonstrada nesse quesito. Outro ponto claro é que existe sim uma associação entre o nível de satisfação com a democracia e a avaliação governamental.

Ao analisar a associação entre a avaliação do desempenho da democracia e o acesso à informação, Meneguello (2010) chegou a conclusão de que tanto para grupos que avaliam criticamente o funcionamento da democracia como para grupos com altos níveis de desconfiança das instituições e de avaliação dos serviços públicos, há uma relação pouco significativa com o acesso aos meios de comunicação e as informações veiculadas pela mídia.

Também estudando a questão da adesão à democracia pelos brasileiros, Moisés (1995), demonstra que o brasileiro em geral tem tido uma orientação política que aponta para a adesão à democracia.

Mudanças na cultura política fizeram com que fosse formada uma opinião pública mais atenta aos processos políticos, mais interessada pelos fatos da vida política e mais confiante de que sua participação possa influenciar em decisões sociais relevantes, demonstrando também um aumento na importância que os cidadãos dão para as instituições democráticas.

O que se pode ver é que tem havido uma grande mudança na cultura política dos brasileiros, assim como mudanças também na estrutura política, mas que devem ser analisadas levando-se em conta as desigualdades na sociedade brasileira, o processo incompleto de modernização, bem como a forma que o processo de democratização foi conduzido pelos líderes do país.

O autor afirma que tais fatos não impediram as mudanças na cultura política, mas mantiveram distantes deste processo as classes mais baixas, o que fez com que boa parte da sociedade brasileira não participasse e continue não participando das decisões políticas nacionais, tanto por falta de informação, quanto por falta de cultura política. Contudo, isso não quer dizer que esta parcela excluída vá ser a favor do autoritarismo e contra a democracia, mas dificilmente desfrutará do *accountability* vertical, necessário para a democracia plena.

Mesmo com esses problemas, o que se viu é que o perfil da adesão normativa aos regimes políticos mostra uma característica importante em formação no país, a da generalização da aceitação da democracia.

As primeiras análises apontam que os níveis de adesão dos brasileiros à democracia é bem menor que em outros países do cone sul latino-americano e do sudeste europeu, que têm uma tradição democrática mais forte e antiga.

Todavia, mesmo considerando os níveis de adesão ainda baixos, o autor ressalta que é necessário que se analise os dados levando-se em conta a passagem do tempo, pois mudanças na cultura política de um país não mudam em um curto espaço de tempo, é necessário que os valores, crenças, princípios e ações estejam arraigadas na sociedade para se tornar efetivas e assim influenciar na adesão de um país a um regime político, assim como viu-se na argumentação supracitada de Putnam.

Da mesma forma, as desigualdades sociais e os baixos níveis de informação política, mais significantes no Brasil, que em outros países da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai, fizeram com que o apoio ao processo de democratização e o entendimento das mudanças que ocorriam não fosse tão grande quanto nessas outras sociedades. Tal fato leva a constatação de que a modernização das estruturas sociais e educacionais, ao proporcionar que uma maior parte da população pudesse participar da vida pública e melhorar o coeficiente de adesão ao regime democrático.

Moisés (1995) afirma ainda que alguns motivos específicos fizeram com que a escolha democrática no Brasil seja mais frágil que em outros países semelhantes, quais sejam: desempenho econômico extremamente frágil dos primeiros governos democráticos brasileiros, levando à insatisfação da população em relação ao novo regime; e a experiência autoritária brasileira é um caso de êxito econômico e social, pois trouxe modernização ao país, além do fato de ter sido menos repressiva e brutal que as demais, o que fez com que as pesquisas do capítulo anterior revelassem que 1/3 das pessoas vêem positivamente o fato de uma volta do regime militar.

Contudo, Moisés (1995) afirma que autores discordam quanto ao nível de apoio necessário para que um regime político se estabilize e, portanto, ambas devem ser levadas em conta antes de afirmar que o regime democrático brasileiro é frágil ou não. Esses autores dividem-se em consensualistas (para que a democracia se consolide é necessário que todos os membros da comunidade política aceitem suas regras fundamentais) e conflitualistas (é necessário que pelo menos a maioria, e não todos, da comunidade política esteja de acordo com as regras da democracia para que ela se consolide).

Neste quesito, o autor conclui que não existe fórmula capaz de calcular o valor exato do nível de consenso de uma comunidade política que venha a tornar a consolidação de um regime democrático obrigatória, assim, deve-se analisar caso a caso.

Assim, as desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira, o processo incompleto de modernização, o descrédito da população em relação à classe política, que deixou incompleta também a tarefa de institucionalização requerida pela mudança do regime, fez com que o processo de adesão à democracia no Brasil se tornasse frágil.

A consequência é a continuidade da apatia política e do afastamento de boa parte da população da vida política, o que também acaba influenciando as taxas de adesão ao regime democrático. Todavia, aponta-se para um consenso democrático “semimajoritário” que vem se formando ao longo dos anos no Brasil e que depende muito da classe política para se consolidar.

Ainda abordando o tema da participação política e sua influência no desenvolvimento de um regime democrático, o texto de Baquero (2008), “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”, apresenta um estudo sobre a forma como o regime democrático brasileiro vem sendo implantado e como a cultura política e o capital social podem influenciar este processo.

Em princípio, o autor ressalta que a democracia atual requer uma cidadania participativa, que participe das ações, discussões, plebiscitos e referendos, pois sem o envolvimento popular, o processo de construção democrática perderia sua legitimidade, mantendo apenas a dimensão formal.

O que Baquero (2008) prioriza como questão central é que mesmo havendo no Brasil todo um procedimento que leve a um regime democrático na prática, é necessário que estes procedimentos sejam aceitos, tenham credibilidade e possibilitem a participação popular, para que a democracia se dê de fato.

O que ocorre no país é que a desigualdade social, a pobreza, a exclusão, entre outros, fazem com que uma parcela significativa da população fique de fora do processo de decisões políticas, causando riscos à estabilidade do próprio regime democrático por causa da falta de legitimidade.

A história mostra que no período de democratização brasileiro permaneceram vícios políticos tradicionais, que contribuíram para a ineficiência das instituições governamentais, gerando uma predisposição das pessoas em não acreditar nas regras do contrato social vigente. Neste contexto, o autor afirma que o Brasil apresenta-se como um regime democrático híbrido, que se situa entre a democracia e o autoritarismo, afastando ainda mais o

povo do poder, mantendo as elites no comando e aumentando ainda mais a desconfiança dos cidadãos comuns.

Apresenta-se que a realidade da democracia mostra que os cidadãos dessas novas democracias (híbridas), compreendem os ideais democráticos, mas mesmo assim mantêm predisposições negativas em relação ao desempenho dos novos regimes. Assim, a aparência externa de uma democracia processual estável no Brasil omite um sistema político civil ainda frágil.

Baquero (2008) afirma que o sistema político implantado está longe de atender de forma igualitária às demandas sociais da maioria da população. Para isso, seria necessário que o país contasse com práticas políticas participativas na cultura política da cidadania, com a construção de uma rede institucional forte que regule a vida política e que se constitua no espaço por excelência da tomada de decisões.

O modelo democrático brasileiro, então, precisa incorporar as dimensões subjetivas como o capital social e a cultura política, com vistas a fortalecer o regime, visto que o país tem mostrado incapacidade em materializar políticas públicas eficientes e eficazes. O que se nota é que as instituições formais seguem e aplicam procedimentos democráticos, contudo, suas práticas lhes dão outro sentido, indo de encontro às exigências normativas explicitadas na teoria.

Assim, o que se vê é um Estado que, por não ser submetido a regras eficientes de fiscalização e ser mais responsivo às pressões externas, que internas, acaba por não fazer os investimentos sociais adequados às necessidades da população.

A cultura política vista no Brasil atualmente, nesta perspectiva, é caracterizada pela internalização e naturalização da ineficiência e da pouca importância atribuída às instituições da democracia representativa pelos cidadãos.

Vindo a tona a necessidade da segunda dimensão subjetiva apontada por Baquero (2008), a do capital social, pois só com uma participação mais consequente, uma maior intensidade no envolvimento do indivíduo em associações formais ou informais e redes, que o desenvolvimento democrático se dará de fato.

O autor acredita que o capital social pode incidir na promoção de instituições mais confiáveis, assim como ações governamentais e instituições eficientes e eficazes podem contribuir para a criação de capital social.

Contudo, para que o capital social seja construído, é necessário que haja a predisposição da população para aderir aos valores democráticos, que as normas sejam

compartilhadas pela maioria e que existam punições para aqueles que se desviam dos padrões éticos do sistema político.

Tendo em vista os textos aqui apresentados, podem-se fazer algumas considerações acerca das questões centrais discutidas.

Os autores demonstraram uma preocupação em relação a participação política, tanto no Brasil, como em outros países e a partir desta preocupação, procuraram descobrir se realmente tem havido uma queda na participação política ou apenas uma mudança nas formas de participação e quais as razões para isso. Ademais, os textos buscaram analisar como a participação política, a cultura política e o capital social podem influenciar a adesão ou não a um regime de governo democrático ou autoritário.

Norris apresentou uma visão mais ampla em relação ao declínio da participação política, pois suas pesquisas demonstraram que, na verdade, o que está havendo não é uma diminuição da participação política, mas sim uma mudança nas formas de participação. Para a autora, as formas tradicionais de participação tendem a se estabilizar em um determinado momento, de acordo com a modernização e evolução da sociedade analisada, mas mecanismos informais de participação, principalmente aqueles que utilizam as novas tecnologias, tendem a crescer e se tornar bastante influentes na vida política de um país.

Já Putnam, com uma perspectiva mais pessimista em relação ao assunto, apesar de reconhecer que novas formas de participação tendem a surgir, considera-as menos eficazes que as tradicionais. Isto porque a participação de fato, o capital social e todas as suas implicações têm se esvaziado devido à diferença entre gerações, à diminuição do tempo disponível para participação, entre outros, tornando a participação mais rasa e ligada a contribuição financeira, fazendo com que as mobilizações e a identificação do indivíduo com uma determinada causa seja diminuída.

Buscando entender os motivos pelos quais o indivíduo participa e como esta participação influencia na adesão à democracia, os autores Moisés e Baquero analisam a cultura política e o capital social. Foi demonstrado que a forma como um país desenvolveu seu regime democrático e como seus cidadãos encaram o governo e suas instituições, é responsável pela legitimação da adesão à democracia.

Desta forma, viu-se que para que uma sociedade adira de fato à democracia, é necessário que haja participação no sentido de acompanhar, controlar e punir os governos e suas instituições, pois assim o cidadão se sentirá parte do processo e mais responsável pelo que dá certo ou não no governo de seu país. É necessário também que os indivíduos continuem se reunindo, formando redes sociais e agindo em prol do bem estar coletivo.

Assim, o que se demonstrou é que para que um governo e um regime político seja respeitado e legitimado, é necessário que haja participação e que o homem exerça seu papel de ser político, para garantir sua liberdade e sua singularidade, sendo assim capaz de produzir algo novo através da ação política, conforme preconizado por Arendt.

2.4 Participação Política nas Redes Sociais

Na antiguidade, quando o cidadão se reunia na *polis* com seus iguais e lá estabeleciam um processo comunicativo no qual discutiam as necessidades dos indivíduos no mundo e o futuro político das pessoas ali envolvidas, construíam um espaço público no qual todos tinham direito de opinar e de iniciar uma ação política.

Modernamente, a ação política tem sido reduzida à participação nos pleitos e à política institucional, como pudemos perceber nas palavras de Hannah Arendt no primeiro capítulo. As esferas pública e privada sofreram uma hibridização e uma esfera social foi inaugurada. Os indivíduos, hoje, mais preocupados com seus interesses particulares, acabaram por deixar um pouco de lado seu amor pelo mundo e se fechar com seus próprios problemas, não se preocupando muito com o bem estar coletivo.

Todavia, hoje em dia, com o advento das novas tecnologias da comunicação, inaugura-se uma realidade em que as redes sociais podem vir a se caracterizar como a nova *polis*, como um possível no sistema de conselhos, onde os indivíduos poderão redescobrir a importância da ação política para a garantia da liberdade e da pluralidade.

Assim, as novas tecnologias, como se tentará demonstrar nesta dissertação, poderão aproximar governantes e governados, aumentando a participação e a ação política não só no que diz respeito aos períodos eleitorais, mas sim em todos os momentos em que o bem estar social esteja em jogo.

Enquanto esta realidade ainda não se apresenta, nas formas de agir político que se firmaram a partir do século passado, só se preocupavam com a política aqueles que nela estavam envolvidos. Para se acompanhar a política, era preciso sair de casa, ir aos comícios, sindicatos ou associações. Só tinham acesso à informação aqueles que por ela se interessavam, sendo que a introdução do rádio, da mídia eletrônica e agora da mídia digital personalizou o processo de participação popular. Naquela época, ao comparecer a um comício, o eleitor expunha sua preferência ao restante da sociedade, o que fazia com que ele não participasse de comícios de candidatos opostos ao seu. O perfil político das pessoas, então, era muito próximo do perfil de seu grupo social.

Antes do desenvolvimento da mídia, os líderes políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas que eles governavam, e podiam restringir suas aparições públicas a grupos relativamente fechados em assembleias ou a reuniões da corte. Mas hoje não é mais possível restringir do mesmo modo a atividade de auto-apresentação. Querendo ou não, os líderes políticos hoje devem estar preparados para adaptar suas atividades a um novo tipo de visibilidade que funciona diversamente e em níveis completamente diferentes. (THOMPSON, 2002. p. 109)

Embora a pressão do grupo social continue valendo, com o advento da mídia, os fatores de influência e interação se diluíram e, de acordo com Pierre Lévy (1999), com a revolução no universo midiático e com o surgimento da Cibercultura, hoje todo o espaço seria um canal interativo, os aglomerados urbanos estariam se reorganizando, possibilitando o surgimento de cibercidades e criando novas formas de interação social e, porque não, de discussão política.

Thompson a este respeito afirma que:

O uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum. (THOMPSON, 2002. p. 14)

Destarte, o fluxo veloz de informações, de produtos, serviços e conhecimento é uma das mais notáveis e importantes características do espaço geográfico virtual. Conforme aponta Castells (2002. p. 487):

(...) a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e no espaço. De um lado, o layout da forma urbana passa por grande transformação. Mas essa transformação não segue um padrão único, universal: apresenta variação considerável que depende das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais. De outro, a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos.

Atualmente, pode-se dizer que o discurso político ocorre tanto dentro dos partidos, do governo, do legislativo, entre outros, como nos meios de comunicação, tendo estes últimos um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos pólos de polêmica. As teorias de Cibercultura e Cibercidades trazidas por Lévy (1999), inclusive, apontam para uma nova realidade, a da democracia eletrônica.

Tal situação acaba criando um alargamento da participação pública no processo político, que somado aos mecanismos de uma democracia representativa de massa, passou a exigir, cada vez mais, um grande e eficaz aparato de comunicação, que fizesse a ligação entre a política institucional, os cidadãos e vice-versa.

Com essa mudança, nota-se que a circulação e recepção do discurso político dependem da sua penetração na mídia. Estabelece-se, então, a partir dessa relação entre o indivíduo e a mídia, um comportamento político/eleitoral.

A partir daí pode-se questionar se a mídia e, neste caso em especial, as comunidades virtuais, promovem a democracia e o alargamento da participação pública nas discussões políticas e, conseqüentemente, controle social da vida política. Bastaria o aparato tecnológico das novas mídias proporcionarem canais mais abertos de participação pública na discussão política ou para isso seria necessário que a população se sinta impelida a adentrar em tal discussão? O poder e a credibilidade do emissor seguem a lógica do que se via nas mídias tradicionais ou pode-se falar aqui em inversão contínua de papéis? O cidadão comum que discute no ambiente virtual é realmente visto como elemento credível do processo ou a dominação econômica e política dos meios também age sobre a rede? As novas mídias mudaram a relação entre a comunicação e o exercício da política na atualidade?

Tendo em vista tais questionamentos, percebe-se que um ponto chave é o fato de que as novas tecnologias, com toda sua possibilidade democrática, acaba, por vezes, seguindo a mesma linha da mídia tradicional, tendo seus discursos agendados pelos grandes grupos de comunicação.

Muito se tem discutido acerca das possibilidades inovadoras de interação proporcionadas pelas novas tecnologias da comunicação e como estas interações podem contribuir para um processo comunicacional mais democrático, no qual tanto emissor quanto receptor podem se expressar de forma igualitária por um mesmo canal. Assim sendo, para se pensar no problema aqui proposto, é necessário abordar, sob a égide das novas tecnologias da comunicação, temas como: política, democracia, cibercultura, ciberespaço, poder, opinião pública, entre outros.

Castells e Cardoso (2006) a respeito da democracia e da política em tempos midiáticos afirmam que:

A emergência de comunicação sem obstáculos e auto-organização ao nível sociopolítico, ultrapassando a mediação do sistema de *media* e desafiando a política formal faz com que os governos sejam ambíguos em relação aos usos da Internet e das novas tecnologias. Eles apreciam os seus benefícios,

porém temem perder o controle da informação e da comunicação em cujo poder sempre se apoiaram. (CASTELLS; CARDOSO, 2006. p. 29)

De acordo com os autores, ao se aderir à democracia da comunicação, acaba-se concordando com a democracia direta, na qual se enxerga uma realidade em que os papéis dos especialistas e produtores de tecnologia se igualam aos utilizadores das mesmas.

Isto posto, pode-se dizer que ao passo que antigamente essa igualdade só era possível através da presença física dos cidadãos num mesmo ambiente, hoje, com a explosão demográfica e com a grande distância territorial entre os indivíduos, foi necessário criar meios que possibilitassem à massa, expressar seus interesses e voltar a proporcionar a igualdade entre os cidadãos na democracia moderna.

Importa então estabelecer o conceito de democracia de acordo com Chomsky (2003), que apesar de conceber duas visões diferenciadas acerca deste tema, acaba por defender a mais paradoxal. Para ele, existe uma sonhada democracia em que a sociedade realmente luta pela defesa de seus interesses, o que é propiciado pela liberdade e abertura dos meios de informação, mas a democracia que é aplicada na prática é aquela em que estes meios de informação são mantidos sob controle e o público passa a não ter controle sobre seus próprios interesses.

Diante destas visões então, cabe aqui expor o ponto de vista de Castells e Cardoso (2006):

Uma política inovadora, mas pragmática, terá de encontrar o meio caminho entre o que é social e politicamente exequível, em cada contexto, e a promoção das condições culturais e organizacionais para a criatividade na qual a inovação, o poder, a riqueza e a cultura se alicerçam, na sociedade em rede. (CASTELLS; CARDOSO, 2006. p. 29)

Lemos (2002) aponta que dessa necessidade de interação entre as novas tecnologias da informação e comunicação, a cultura e a sociedade surgiu a cibercultura, cujo conceito é apontado por Levy (1999) como sendo "o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço".

Importa aqui também uma breve definição de ciberespaço:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e

alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica-se aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais”, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LEVY, 1999. p. 17)

Slevin (2000) afirma que a cibercultura surgiu a partir da virtualização das mídias e desencadeou um processo de modernização na interação entre emissor e receptor, possibilitado pelas ferramentas que propiciam o diálogo simultâneo entre eles. Tal realidade faz com que haja, pelo menos em teoria, igualdade no que diz respeito à expressão de opiniões, discussão de temas, sejam eles polêmicos ou não, e na hierarquia entre estes fatores.

Contudo, não se pode tentar entender esse novo movimento de crescimento do ciberespaço e o surgimento de novos termos e conceitos que explicam as mudanças trazidas pelas novas tecnologias como um fenômeno apenas tecnológico, tendo como principal preocupação a explicação da infraestrutura material. Ao contrário, deve-se colocar como centro de interesse o sujeito e todos os desdobramentos causados por seu comportamento.

Como vimos, Arendt acredita que a ação política só pode se dar a partir do momento que os homens convivem em sociedade, se comunicam e chegam a um consenso em relação às ações que venham a desempenhar. Uma das discussões que foram suscitadas é a questão da individualização e da fragmentação do indivíduo na contemporaneidade e ao conseqüente desaparecimento dos ambientes de convivência e deliberação onde os indivíduos poderiam exercer sua cidadania e possibilitar a participação política.

Com a evolução das mídias viu-se o surgimento de uma comunicação baseada em monólogos, em que o veículo emitia uma mensagem que era recebida e processada, mas não havia um diálogo. Nessa atual realidade das novas tecnologias da comunicação e das redes sociais, inauguram-se novas formas de comunicação em que os indivíduos podem também produzir a mensagem, além de proporcionar um caráter dialógico à comunicação.

Nesse sentido, Levy (1999) retoma a origem da comunicação:

A hipótese que levanto é a de que a Cibercultura leva a co-presença das mensagens de volta ao seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da auto-suficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio de interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente. (LEVY, 1999. p. 15)

Assim, vê-se que a Cibercultura caracteriza-se tanto por uma retomada conceitual das sociedades orais, mas também por novas formas de contato e modos de vida.

Nesse sentido, Lemos e Cunha (2003. p. 11) também definem a Cibercultura como um ambiente de novas formas sociais, “uma forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias”.

As novas tecnologias modificaram os modos de conversação e interação social. O sujeito tem diante de si um novo mecanismo, uma nova revelação da inteligência individual adentrando a coletiva. Saímos da comunicação em que um emissor transmite mensagens para um ou mais receptores e hoje, mesmo que o poder ainda não tenha sido totalmente desconcentrado, a comunicação foi modificada, permitindo uma relação mais horizontalizada.

Verifica-se agora a possibilidade de ser um interator cultural, ou seja, o indivíduo não mais é aquele que apenas observa, mas também aquele a quem é dada a possibilidade de interagir com a mensagem e com seu emissor, a narrativa midiática passa por uma atualização.

Ela [a narrativa] deve existir como um repertório de situações manejado por uma espécie de máquina de simulação, capaz de tomar decisões em termos narrativos, com base em uma avaliação das ações exercidas por esse receptor ativo e imerso, que vamos a partir de agora passar a chamar de interator, uma vez que expressões como usuário e espectador e receptor já não dão conta da nova situação participativa. (MACHADO, 2007. p. 144)

Fragoso (2011) aponta que a vida social foi bastante afetada pela evolução da Internet e que ela é, na verdade, um artefato cultural:

A perspectiva da Internet como artefato cultural observa a inserção da tecnologia na vida cotidiana. Assim, favorece a percepção da rede como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte, em uma perspectiva que se diferencia da anterior, entre outras coisas, pela integração dos âmbitos online e offline. (FRAGOSO, 2011. p. 42)

Na era da Cibercultura as relações foram virtualizadas, o que possibilita repensar a técnica de uma maneira nova, na qual o indivíduo passa a ter um lugar de fala maior, aproximando a sociedade de uma realidade há muito buscada, a da comunicação sem fronteiras e de total convergência.

Ademais, a Cibercultura se apresenta como uma quebra de barreiras possibilitada também fora da Internet, uma vez que as informações que estão acessíveis na esfera digital aproximam culturas e povos. Esse acesso pode questionar preconceitos e aproximar

indivíduos que, por falta de visibilidade, muitas vezes, não se reconheciam mesmo diante de todas as suas similaridades e diferenças.

O que vemos então é que a organização social e tudo que é por ela atravessada está se modificando. A técnica é fruto da própria problematização humana, do devir que transita entre o individual e o coletivo. Se transformamos a técnica para depois sermos por ela transformados, lembremo-nos que antes de tudo, permitimos ou não muitas dessas mudanças, como aponta Levy (1996):

Proponho, juntamente com outros, aproveitar esse momento raro em que se anuncia uma cultura nova para orientar deliberadamente a evolução em curso. Raciocinar em termos de impacto é condenar-se a padecer, De novo, a técnica propõe, mas o homem dispõe. Cessemos de diabolizar o virtual (como se fosse o contrário do real). A escolha não entre a nostalgia de um real datada e um virtual ameaçador ou excitante, mas entre diferentes concepções do virtual. A alternativa é simples. Ou o ciberespaço reproduzirá o mediático, o espetacular, o consumo de informação mercantil e a exclusão numa escala ainda mais gigantesca que hoje. Esta é, a grosso modo, a tendência natural das “supervias da informação” ou da “televisão interativa”. Ou acompanhamos as tendências mais positivas da evolução em curso e criamos um projeto de civilização centrado sobre coletivos inteligentes. (LEVY, 1996. p. 101)

Nesse sentido podemos pensar que esse novo ambiente e artefato cultural são compostos de coletivos inteligentes que necessitam de espaços em que possam não apenas interagir, mas produzir resultados dessa troca contínua. Assim, adentra-se numa realidade em que a utopia da democracia virtual possa se tornar possível.

Quando se fala em democracia, cibercultura, novas tecnologias da comunicação, emissor, receptor, interação e expressão de opiniões, logo se pensa em poder e em manipulação. Assim, ao passo que muito se fala na liberdade que o ciberespaço proporciona à sociedade, também se considera sempre a possibilidade de que, assim como nas mídias tradicionais, grupos econômicos e interesses políticos interfiram nesta liberdade e a democracia eletrônica fique prejudicada.

Numa visão mais otimista, Levy (1999) aponta que:

O crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. (LEVY, 1999. p. 11)

Levy (1999) mesmo confessando-se um otimista, reconhece que apesar de toda possibilidade de liberdade de expressão e de democracia no ambiente virtual, ainda existem questões a serem respondidas como a da exclusão e a da ameaça à diversidade cultural, além é claro da possibilidade de controle do ambiente virtual por grandes conglomerados. Todavia, responde a estas questões com o argumento da novidade, ou seja, toda nova tecnologia passa por períodos de incertezas e críticas, mas que só a experimentação e a pesquisa sobre estes temas poderão apontar para uma resposta mais coesa.

E é em busca desta resposta que será trabalhado nesta dissertação o pressuposto de que as novas tecnologias da comunicação, especificamente as redes sociais e mais especificamente o Twitter, podem vir a se caracterizar como a nova esfera pública que possibilitará o estabelecimento do sistema de conselhos proposto por Arendt e, conseqüentemente, inaugurar novas formas de participação, que de certa forma retoma a tradicional forma de se agir politicamente, qual seja, de forma horizontal.

3. REDES SOCIAIS, MICROBLOG, TWITTER E PARTICIPAÇÃO

A fim de que se entenda melhor como funciona e o que vem a ser a rede social escolhida como objeto de pesquisa desta dissertação, este item trabalhará os conceitos de rede social, microblog e Twitter, bem como sua utilização e termos técnicos.

3.1 Conceitos e Utilização

“As redes sociais constituem uma das estratégias subjacentes utilizadas pela sociedade para o compartilhamento de informação e de conhecimento, mediante as relações entre atores que as integram”. (TOMAÉL, ALCARÁ, DI CHIARA, 2005. p. 93)

Em uma rede social os indivíduos possuem uma função e uma identidade cultural que fazem com que as pessoas queiram se relacionar em um meio representativo de suas características, formando assim sua rede. Um mesmo indivíduo pode participar de diferentes redes e utilizá-las da forma que melhor convier aos seus interesses.

A comunicação mediada por computador trouxe à tona a possibilidade de uma interação mais aberta, flexível, e porque não dizer, estruturada no que ainda há de ser construído pelos seus diversos participantes. Assim, essas redes sociais se estabelecem como uma rede variável, desenhada exclusivamente a partir do interesse de seus atores.

Isto posto, segundo Marteleto (2001, p.72), redes sociais podem ser representadas como “um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

No mesmo sentido, Recuero (2006, p. 25) aponta que o estudo das redes sociais compreende a análise dos “agrupamentos sociais estabelecidos através da interação mediada pelo computador”. Esses agrupamentos são formados pelos atores, que podem ser pessoas, grupos ou até instituições que constituem os nós da rede e as conexões estabelecidas entre si.

Analisar as redes sociais, então, pressupõe analisar a organização social atravessada pelas formas de comunicação presentes nessa estrutura viva e dinâmica. Desta forma, poderíamos entender as redes sociais como organizações estruturadas entre indivíduos, com finalidade pré-estabelecida, onde a dinâmica é definida pela autenticação coletiva e o objetivo final é a interação humana em prol de um bem comum. É por meio das redes sociais que as trocas acontecem, seja material ou simbolicamente. Nesse espaço de troca a dinâmica das

redes se retroalimenta, desenhando virtualmente um ciclo pendular, ou seja, cada indivíduo é capaz de interferir diretamente na rede, e a resposta dessa rede influencia a ação do indivíduo.

Pode-se dizer então que onde quer que haja uma relação social, uma rede social pode ser formada, podendo ela variar em todas as suas vertentes de acordo com os interesses daqueles que dela participam, sendo que na Internet, as redes sociais são mais facilmente visualizadas em sites de redes sociais como Facebook, Orkut, Twitter, LinkedIn, entre outros.

Sites de redes sociais podem ser definidos como serviços da web que permitem aos seus usuários (1) construir um perfil público ou semi-público em um sistema interligado, (2) articular uma lista de outros usuários com os quais eles compartilham uma conexão, e (3) ver e cruzar suas listas de conexões e aquelas feitas por outros no sistema (BOYD E ELLISON, 2007)

Desta forma, as redes sociais podem ser utilizadas tendo em vista diferentes interesses, seja expor ideias, compartilhar informações, aprender, entrar em contato com pessoas de sua rede social concreta, etc. Quando falamos em rede então, primeiramente, estamos utilizando uma metáfora que nos possibilita visualizar de forma mais clara “os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2009. p. 24).

Contudo, de acordo com Bauman (2005), as conexões estabelecidas com os mais diversos grupos, dentro e fora da Internet, mas não se busca nestas interações uma duração permanente. É possível interagir por um tempo determinado sem, no entanto, estabelecer conexões firmes e duradouras. As conexões podem se dissolver a qualquer momento, respondendo aos interesses de seus atores. Os laços sociais que são estabelecidos neste contexto virtual podem ser, portanto, fortes ou fracos, como esclarece Recuero (2009).

Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais, enquanto os fracos possuem trocas mais difusas. (RECUERO, 2009. p. 41)

Ressalta-se aqui que esses laços sociais podem partir tanto do online para o offline quanto no sentido contrário e a interação proporcionada pelas redes sociais virtuais podem extrapolar o ciberespaço. Com esse redimensionamento do ciberespaço e das novas tecnologias, o meio passou a ser uma extensão não apenas do nosso corpo, mas também da nossa mente.

Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual a informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social, baseada em interesses das coletividades. (RECUERO, 2010. p. 15)

Tratar sobre Redes Sociais e Internet requer o conhecimento do termo Web 2.0. Conforme Alex Primo (2007, p.2):

A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. (...) Se na primeira geração da Web os sites eram trabalhados como unidades isoladas, passa-se agora para uma estrutura integrada de funcionalidades e conteúdo. (PRIMO, 2007, p.2):

O autor (PRIMO, 2007) ainda afirma que os grandes portais vão perdendo a força para blogs – diários online produzidos por indivíduos e seguidos por outros tantos – formando, assim, redes. Por sua vez, as redes, capilarizadas, promovem a propagação de informações em escala ilimitada. Assim, a tecnologia caminha lado a lado, como causa e consequência das interações sociais.

Como exemplo, o Facebook é um site de relacionamento que disponibiliza ferramentas capazes de permitir que o participante classifique pessoas como “família”, “conhecido”, “amigo”, “melhor amigo”, oferece espaço para criação e participação das chamadas “comunidades”, sobre todo e qualquer assunto (criadas pelos próprios participantes) agrupando pessoas por interesses em comum. O Facebook promove reencontros de pessoas que se distanciaram pelo tempo ou espaço geográfico ou cria novos relacionamentos entre indivíduos de toda a parte do mundo, trocando mensagens, compartilhando fotos e toda a sorte de informações.

Além da promoção de laços afetivos, apesar de temporários, entre as pessoas, pode-se identificar na Internet também a organização de grupos partidários que podem intervir na situação de organizações governamentais. O caso mais recente foi a organização, através do microblog Twitter, de protestos populares referentes à misteriosa reeleição de Mahmoud Ahmadinejad no Irã. Ainda que a imprensa tenha sido censurada e que o governo tentasse impedir o acesso a sites e blogs, a tecnologia (e sua própria disseminação) impediu o bloqueio ao Twitter. (BATISTA; ZAGO, 2010)

Assim, o Twitter desponta como um dos tipos de redes sociais que se formam na Internet e que têm despertado muito interesse tanto no público em geral como na sociedade acadêmica e que foi a forma escolhida de rede para estudo é o microblog.

O Microblog é definido por Orihuela (2007) como um misto de blog com rede social e mensagens instantâneas, predominando então as atualizações rápidas e curtas.

Recuero (2004) diz que o microblog segue as características básicas dos blogs uma vez que as postagens aparecem em ordem cronológica inversa. É uma rede social visto que promove a interação social entre os indivíduos que dele participam, possibilitando conexões e formações de comunidades virtuais. Por fim, pode ser tratado como mensagem instantânea no sentido em que como as mensagens são curtas e de rápida atualização, os participantes podem enviar recados aos seus interagentes assim como em programas de conversação online.

As primeiras ferramentas específicas para microblogging só foram aparecer no começo de 2006, sendo o mais conhecido e utilizado o Twitter, com mais de 170 milhões de usuários, segundo dados do próprio site.

Alguns profissionais de comunicação e estudiosos do assunto o denominam Rede Social. Outros o caracterizam como um microblog. Um de seus fundadores, Biz Stone é enfático ao defender que se trata de uma rede de informação ao invés de social, uma vez que os usuários não só comunicam dados pessoais, mas também informações e notícias sobre tudo. Na presente dissertação será adotado o conceito de rede social, do qual fazem parte os blogs e microblogs, como forma de compreender uma profunda modificação na forma de interação entre os seres humanos, as relações sociais.

Tendo como símbolo um pássaro, o Twitter nasceu em 2006. A ideia era de que cada participante respondesse, a qualquer momento, à pergunta “o que você está fazendo?”, com o limite máximo de 140 caracteres. Ora, conforme Komesu (2004), se o blog (contração do termo weblog) é uma ágil ferramenta de publicação e atualização de textos na Internet, o reduzido número de caracteres para cada atualização de texto, caracteriza a rede social Twitter como microblog.

As relações entre as conexões entre os usuários, de caráter não necessariamente recíproco, são conhecidas como “seguidos” e “seguidores”, o que traz implicações para as redes sociais que podem ser observadas na ferramenta (RECUERO & ZAGO, 2009). Em geral usuários com maior número de seguidores exercem maior influência na rede na medida em que as mensagens que enviam têm o potencial de atingir mais usuários e mais redes. Também é frequente na ferramenta a presença de celebridades e outros indivíduos centrais, que acabam atuando como influenciadores por seu alto número de conexões na rede. (BATISTA, ZAGO, 2010. p. 140)

O acesso à rede social www.Twitter.com pode ser feito tanto por computador com acesso à Internet, quanto por aparelhos móveis como os celulares (Via SMS⁴, ou o próprio acesso à Internet pelo aparelho. Neste último caso, o *microblog* oferece uma página própria para acesso via celular, com menos informação e visual mais leve). Apenas a título explicativo, serão descritos aqui o acesso e a utilização por computador.

Na página inicial, em destaque, há um campo para aqueles que não têm conta (perfil) e desejam criar, com uma breve explicação do que é a ferramenta, de forma bastante simplificada. Ao clicar em *Sign up*, uma página é aberta para o preenchimento de informações (Nome, apelido, senha, e-mail para mensagens e avisos, termos legais do serviço para aceite). Clicando-se em “*Create my account*”, a conta (página individual do Twitter) está criada.

A seguir, o Twitter quer conferir se o recém participante é realmente uma pessoa e não algum vírus, solicitando a digitação de códigos disponibilizados na tela. Também é necessário que, no e-mail recém enviado pelo Twitter, seja feita a confirmação de criação de conta.

Em continuidade ao processo de criação do perfil, surge uma página com um breve “passo a passo”. No passo 1, o Twitter dá sugestões de perfis de usuários a serem seguidos, a partir da escolha da localidade e as áreas de interesse do recém participante. No passo 2, a ferramenta irá perguntar se o usuário deseja localizar amigos de outros serviços, como Gmail, os quais tenham conta no Twitter, fazendo assim, um cruzamento de dados.(VIEIRA, 2009, p. 169). Nesta fase, já é possível “seguir” (*follow*) alguns perfis, caso haja interesse por algum sugerido. O passo 3, “*Search*”, oferece um campo de busca por nomes, em uma caixa em branco.

Após todo esse caminho, finalmente, o botão “*Next step: You’re done*” direciona para a página inicial do perfil criado. Como qualquer página de um *website*, a página inicial de uma conta do Twitter possui uma barra de menu. “*Home*” é a própria página inicial. “*Profile*” é a página que mostra todas as mensagens postadas pelo dono da conta. “*Find People*” é o espaço dedicado para buscar pessoas, através da digitação de nomes em um campo em branco. Em “*Settings*” estão reunidas as informações da conta, imagem pessoal, planos de fundo da página e informações sobre o perfil, que podem ser sempre alteradas ou atualizadas. Em “*Help*”, pode-se utilizar de algumas informações disponibilizadas para

⁴ SMS - Short Message Service (Serviço de Mensagem Curta) é uma tecnologia utilizada em telefonia celular para a transmissão de mensagens de texto curtas, limitadas a 160 caracteres alfanuméricos.

esclarecimentos de dúvidas, a respeito da ferramenta. Finalmente, “*Sign out*”, sai do perfil pessoal, voltando à página inicial geral do Twitter.

A mensagem postada é chamada *Tweet*. É possível escrevê-la em “*Home*”, no campo em branco, logo abaixo da pergunta “*What’s happening?*” (O que está acontecendo?) Interessante observar que, quando da criação de tal rede social, a pergunta era “*What are you doing?*” (O que você está fazendo?). Tal mudança, ocorrida em 2010, refletiu o próprio comportamento dos participantes, que muito mais do que dizer o que estão fazendo no momento, expressam-se sobre os mais diversos temas, ainda que com limite de 140 caracteres.

Para seguir perfis, quando inicialmente não se segue nenhum, o melhor caminho é clicar em “*Find People*”. Após a pesquisa (pelo e-mail, pelo nome, pelo sobrenome ou pelo nome de usuário no Twitter), uma lista dos perfis encontrados é disponibilizada. No perfil desejado, clica-se no ícone de uma pessoa, com um sinal positivo. Trata-se do botão de “*follow*”. A partir de então, todas as mensagens postadas por este perfil estarão disponíveis na página inicial, “*Home*”, daquele que a adicionou. Vale lembrar que é possível deixar de seguir (*unfollow*) ou bloquear (*block*) qualquer usuário.

(...) no Twitter, diferente de algumas redes sociais, não é o usuário que vai em busca de informação (como acessar o Google ou se cadastrar em uma comunidade no Orkut). É a informação que vai, até certo ponto, atrás do usuário twitteiro, e para isso, basta que o usuário pertença a algum nicho de interesse. (VIEIRA, 2009, p.48)

Ainda sobre os seguidores, o Twitter disponibiliza a contagem de quantos perfis o usuário segue (*following*) e quantos o seguem (*followers*), no canto superior direito da página. Importante citar também que as mensagens dos diferentes perfis que um usuário segue aparecem na denominada *Timeline* (linha do tempo), um histórico de *tweets*, do mais recente para o mais antigo.

Quanto ao símbolo @ antes dos nomes, vistos em diversos *tweets*, trata-se da identificação do usuário no Twitter. Quando um participante deseja enviar uma mensagem a outro perfil, ou apenas referir-se a ele, utiliza o padrão @perfil. Em sua página pessoal, o Twitter possibilita clicar em um *link* para verificar todos os *tweets* que se referiram a ele. Estes “nomes” com o símbolo arroba também são links. Qualquer um que clicar nele, será direcionado à página do perfil referente, podendo conhecê-lo melhor e, quem sabe, segui-lo.

Quando se quer enviar uma mensagem que apenas determinado perfil a receba, utiliza-se a função *Direct Messages* ou DM. Só é possível enviar uma DM a usuários que sigam o perfil que a envia.

Outro relevante recurso a ser citado é o *Retweet* ou RT. São as mensagens ou *tweets* de um perfil retransmitido por outro. Para fazê-lo, basta clicar no botão *retweet*, disponibilizado no espaço da mensagem desejada. Interessante ressaltar que os seguidores daquele que “retuitou” visualizam em suas *timelines* a imagem do perfil do autor da frase, mesmo sem segui-lo, e não quem replicou a mensagem (este somente possui uma pequena referência, “*Retweet by @perfil*”, abaixo da mensagem). Neste caso, o usuário que fez o RT ajudou tal perfil a se propagar, tornando-o visível para mais participantes do Twitter.

Ainda sobre o *Retweet*, vale ressaltar que a rede social também disponibiliza ao usuário, visualizar em seu perfil os RTs que fez e suas mensagens que foram “retuitadas” (e por quem).

Diversas funcionalidades do Twitter, inclusive algumas das citadas acima, foram sendo acrescentadas à rede social posteriormente à sua criação, muitas vezes acompanhando os próprios rumos de utilização dos internautas.

Exemplo de tais novidades foram as Listas, função que permite organizar os perfis que se segue por grupos temáticos. Os usuários podem também visualizar as listas das quais faz parte, criadas por outros participantes do Twitter. Também podem visualizar e seguir listas diversas de terceiros, desde que elas não estejam configuradas privadas, por seus criadores.

Outro exemplo são as *Hashtags*, termos ou palavras utilizadas com o símbolo # antes deles. São utilizados para agregar diferentes *tweets* sobre um mesmo assunto, pois, a inscrição transforma-se em *link*: ao clicar no mesmo, o usuário é direcionado para uma pesquisa em tempo real de todos os *tweets* com a mesma *hashtag*.

Na página inicial do perfil o usuário também visualiza a chamada *Trending Topic*, lista dos assuntos mais referidos e acessados do Twitter, com atualização em tempo real. Pode-se escolher inclusive, a listagem por país e até por algumas cidades como São Paulo e Nova Iorque.

Cabe ressaltar também a enorme quantidade de aplicativos criados para o Twitter. Os aplicativos podem ser criados por qualquer pessoa, de qualquer local do mundo que domine a tecnologia para sua construção e integração ao *website*, no caso, ao Twitter. Trata-se de um fenômeno típico da web 2.0: a interação e o compartilhamento de conteúdo, informação e tecnologia, não limitada a grandes empresas.

São exemplos de aplicativos para Twitter: o Twitpic, para compartilhamento de fotos; TwitRadar, desenvolvido por uma empresa digital brasileira para monitorar assuntos, palavras ou marcas em números de citações; Sorteie.me, aplicativo para realização de sorteios pelo Twitter (sorteio entre as mensagens com determinadas características); Migre.me ou Tyniurl, aplicativos para encurtamento de endereços de site (url), economizando caracteres de um *tweet* e direcionando os usuários para outros sites; TweetLevel, que mede a importância de um usuário, o quão confiável são suas publicações bem como sua influência.⁵

Inicialmente, a ferramenta foi criada com uma finalidade mais voltada para a função de “diário virtual” dos blogs, mas assim como aconteceu com os blogs, as ferramentas de microblogging também estão, aos poucos, conquistando seu espaço, através da utilização para as mais variadas finalidades, como: educação, jornalismo, marketing viral e política (ORIHUELA, 2007).

Nota-se então que a sociedade se apropriou desta ferramenta e tem utilizado-a das mais diversas maneiras. Em relação aos variados usos do Twitter, Java et al. (2007) apresentaram uma classificação baseada nas intenções que os usuários desta rede têm ao postar suas mensagens. Quatro foram as categorias definidas pelos autores, quais sejam: trivialidades cotidianas (falar sobre a própria vida, os próprios problemas ou sobre assuntos corriqueiros, isto é, a ideia original do site, que era de que o usuário dissesse o que estava fazendo no momento); conversações (o microblog também tem sido utilizado como um local de mensagens instantâneas como o MSN, gtalk, skype, etc); compartilhamento de informações e difusão de notícias.

Um dos motivos pelos quais o Twitter tem sido tão utilizado para qualquer dessas quatro funções apontadas acima, é o fato da sua instantaneidade e da agilidade proporcionada na interação entre seus usuários, além da questão do ritmo das postagens, que se torna cada vez mais frenética e faz com que aqueles que utilizam o microblog fiquem constantemente ligados para poder acompanhar as atualizações de seus seguidos.

Em relação ao seu uso como forma de pressão social, Demo (2001) afirma que:

Predominantemente através de avatares de caráter coletivo, grupos de vigília social têm se formado para dar expressão à voz de uma parcela da sociedade que tem feito do Twitter um espaço permanente da produção de discursos contra-hegemônicos. Nos grupos, a prática é a de domínio coletivo entre membros do login e senha de acesso, traduzindo uma pluralidade discursiva

⁵ Os aplicativos citados podem ser acessados, respectivamente, pelos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.twitpic.com>; <http://www.twitradar.com>; <http://sorteie.me>; <http://tinyurl.com>; <http://www.migre.me>; <http://tweetlevel.edelman.com>.

moldada por laços comuns, dinamizada por múltiplos olhares assentados sob uma mesma identidade virtual. Nas atividades discursivas ditas de regulação e de sanção, constata-se a ascensão do Twitter como agora “virtual” de expressão do debate de questões transpostas do mundo “real”, entendendo-se esses como dois sentidos de uma mesma totalidade, ou “níveis distintos e complementares da mesma realidade.” (DEMO, 2001, p. 81).

Lemos e Santaella (2010) afirmam que o objetivo deste site de rede social é possibilitar a convergência a partir do interesse do usuário e da interação de seus seguidores. Assim, um perfil no Twitter cria sua rede através daqueles que segue. Todas as atualizações dos componentes que foram escolhidos para serem seguidos irá fazer parte da *timeline* (linha do tempo) do usuário, formando assim um mosaico de narrativas fragmentadas. Assim, o sujeito é alimentado por sua rede ao mesmo tempo em que a retroalimenta.

É criado então o que Lemos e Santaella (2010) definem como microdesign de ideias, ou seja, processo cognitivo entre o conteúdo que recebemos por meio de nossos fluxos internos (*inflow*) e o que produzimos por meio de estratégias pessoais com relação ao que veicularemos pelo fluxo externo (*outflow*). O sujeito, então, antes de retroalimentar a rede, precisa escolher que estratégia deve ser adotada para que seu conteúdo seja aceito e ganhe relevância.

O design de conteúdo de nosso fluxo pessoal e interno equivale à soma de nossas escolhas graduais de assinaturas de canais, ou seja, reflete a identidade coletiva dos usuários, marcas e veículos que escolhemos seguir. O processo de design de conteúdo interno depende de uma lenta avaliação e triagem de perfis disponíveis na rede do Twitter. O grau de complexidade do processo de design de conteúdo e escolha dos canais de *inflow* depende de inúmeros fatores. Aqui nos deparamos com uma escolha crucial: qual o tipo de experiência midiática desejada pelo usuário? A definição do tipo de conteúdo presente em um fluxo interno é feita com base nessa escolha e em seus objetivos pessoais. (LEMOS; SANTAELLA, 2010. p. 74)

Percebe-se então que o Twitter como rede social tem se tornado um novo espaço público no qual os usuários podem se unir a outros que tenham interesses parecidos e caracterizar o que Levy (1999) chamou de inteligência coletiva. O que se vê nesta rede é que os indivíduos encontram um local para debate coletivo, sem barreiras geográficas e com um caráter dialógico diferente daqueles experimentados pelas mídias tradicionais, inaugurando uma nova esfera pública. Nesta nova esfera pública os indivíduos como seres singulares podem encontrar demais indivíduos que tenham interesses similares e através de uma ação plural discutir e estabelecer ações como na antiga *polis*.

Essa quebra de barreiras geográficas possibilita então intercâmbios culturais, políticos, econômicos, subjetivos e da circulação da informação, tudo isso de maneira livre. Assim, de acordo com Schieck (2009), por mais que as ações coletivas não tenham necessariamente uma função política, o Twitter permite aos indivíduos divulgar suas ideias e erigir algo novo mesmo quando em um ambiente de opressão estatal.

Ultimamente diversos acontecimentos políticos de âmbito mundial têm sido destacados e potencializados através do uso das redes sociais. Os conflitos na Líbia, em Londres e diversos outros que já foram deflagrados só nos anos de 2010 e 2011, demonstram que por mais que os governos sejam opressores, a Internet e as redes sociais, como são muito difíceis de serem controladas, acabam por difundir as ideias contra-hegemônicas e o mundo passa a poder se sensibilizar ou não com o debate e com a ação política. Assim, ao agilizar e facilitar a participação política dos indivíduos, as redes sociais apresentam um grande potencial para se tornar uma nova esfera pública onde os cidadãos poderão readquirir suas características de seres políticos através da ação e da liberdade e é isso que se tentará averiguar na pesquisa que se seguirá nesta dissertação.

4. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos e resolver os problemas inicialmente apontados, o processo de investigação englobará uma revisão da literatura disponível sobre o assunto e estudo de caso.

Os trabalhos de revisão são definidos por Noronha e Ferreira (2000, p. 191) como estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Ademais, optou-se por fazer um estudo qualitativo, alicerçado no estudo de caso de acontecimentos e discussões políticas que tenham circulado no Twitter.

O estudo de caso foi escolhido por ser, segundo Duarte (2006), o método ideal quando se tem uma pessoa, organização ou país como objeto de estudo. Define-se aqui o estudo de caso, como análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais, reunindo o maior número de informações detalhadas para captar a totalidade da situação em estudo.

Chizzoti complementa ao afirmar:

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referências de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação. (CHIZZOTI, 2001, p.102)

Duarte (2006) enumera quatro características essenciais do estudo de caso: o particularismo, a descrição, a explicação e a indução. É particular porque se centra em uma situação ou fenômeno particular, assim proporciona uma análise prática do problema. É resultado de descrição por seu final ser um levantamento detalhado do assunto submetido ao método. É explicativo porque ajuda a compreender o que é subordinado à análise, chegando a novas interpretações, perspectivas, significados e visões. Por fim, é indutivo porque faz conclusões a partir da análise de dados particulares.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é a melhor estratégia quando a forma da questão de pesquisa é enunciada por “como” ou “por que”, além de não exigir controle sobre

os eventos comportamentais e focalizar acontecimentos contemporâneos. Se uma das perguntas a serem respondida é “como o cidadão comum pode utilizar as novas tecnologias da comunicação, em especial as redes sociais, para controlar a vida política de seus representantes” e as novas tecnologias da comunicação aplicadas à política é um fato contemporâneo do qual não há controle comportamental, um estudo de caso se faz necessário.

O autor distribui o método em três etapas: primeiro, definição e planejamento; depois, preparação, coleta e análise; por fim, análise e conclusão. Na primeira fase, há o desenvolvimento da teoria, a seleção do caso e a projeção da coleta de dados. Na segunda fase, há a condução do estudo de caso com o acompanhamento de relatórios. Na terceira e última etapa, chega-se às conclusões a partir dos dados coletados, modifica-se ou confirma-se a teoria apresentada na primeira etapa e há o desenvolvimento de um relatório final.

De acordo com esses apontamentos, os pressupostos sobre o surgimento de uma nova esfera pública capaz de abarcar ações políticas coletivas efetivas e caracterizar uma nova forma de organização democrática, o sistema de conselhos serão analisadas por meio da coleta de dados na rede social Twitter.

Para a identificação e escolha desses acontecimentos, foi feita uma observação diária, em caráter exploratório de interações no Twitter, no período de outubro de 2011 a agosto de 2012. Esta observação foi feita a partir do perfil da autora desta dissertação, como também a partir da observação de assuntos que aparecem nos *Trending Topics*⁶ brasileiros.

Assim que o acontecimento político foi detectado, foi feito também o acompanhamento na mídia online (principais portais de notícias), que faziam referência ao acontecimento político e sua repercussão no Twitter.

Assim sendo, a escolha do acontecimento poderia constituir um fato agendado ou algo que acontecesse de forma repentina. Todavia, como o Twitter tem a limitação de só permitir que se volte apenas 30 páginas de resultados ou 1500 tweets, a observação foi diária e foi necessária a captura das páginas, tanto através de *print screen*, como cópia textual da página.

Isso foi feito através de buscas das *hashtags* e/ou palavras-chave que estejam nos *Trending Topics* Brasil (TTBr).

Para tanto, então, não serão objetos de análise perfis específicos, mas sim acontecimentos e discussões políticas. Desta forma, será possível analisar como os usuários do Twitter, sejam eles políticos partidários ou não, utilizam a ferramenta para discutir, tirar

⁶ Os *Trending Topics* trazem uma lista atualizada em tempo real dos dez tópicos que estão sendo mais discutidos no Twitter em um determinado momento. A partir de 2010 os *Trending Topics* deixaram de ser apenas mundiais, sendo agora divididos por países e regiões.

dúvidas, informar e se mobilizar, tentando estabelecer se é possível agir coletivamente e criar um novo ambiente onde a política como liberdade possa ser resgatada e o governo possa se tornar horizontal, contando com a participação gradativa da população através desta nova tecnologia da comunicação.

Por fim, serão analisadas as notícias referentes às discussões escolhidas nas mídias online, para ver se existe referência da influência do Twitter no desfecho do acontecimento político.

Esta observação em caráter exploratório e a análise dos dados serão feitas utilizando a observação participante como método de pesquisa. Através deste método, o autor consegue fazer uma reconstrução do cenário cultural, mas sob sua perspectiva, fazendo assim uma observação em profundidade, utilizando métodos qualitativos e preservando os detalhes ricos da observação, usando o meio eletrônico para “seguir os atores” (KOZINETS, 2002).

Lapassade (1991), citando Benson e Hugues, afirma que o pesquisador que se utiliza da observação participante procura descrever a cultura, entendida como um sistema de normas, de valores e de modelos de comportamento, do grupo estudado, reconstituindo-a através do trabalho de campo, e esforçam-se por mostrar que os membros do grupo, sociabilizados nessa cultura, a utilizam para interpretar os acontecimentos da sua vida cotidiana.

Essa observação participante é, de acordo com Bogdan e Taylor (1975), um tipo de investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e os sujeitos, no ambiente destes, sendo os dados recolhidos sistematicamente durante esse período de tempo, e mergulhando o observador pessoalmente na vida das pessoas, de modo a partilhar as suas experiências.

O objetivo da observação participante é detectar as situações em que se expressam e se desenvolvem os universos culturais e sociais com toda a sua complexa articulação e variedade. Esta técnica pressupõe que a presença, a percepção e a experiência direta perante os fatos do cotidiano de uma determinada população, garante a confiabilidade dos dados recolhidos e a apreensão dos significados que estão por trás dessas atividades. A observação participante consiste em duas atividades principais: observar sistematicamente tudo o que acontece e participar numa ou em mais atividades da população em estudo. (CORREIA, 2011)

O valor da observação participante não se justifica só por colocar o investigador dentro do campo de observação, pois entre uns e outros existe sempre a teoria e o sentido comum, social e cultural do investigador. A sua presença direta é o diferencial para o

conhecimento social, evitando a mediações de terceiros, permitindo a um observador crítico o acesso à realidade com toda a sua complexidade. (CORREIA, 2011)

Junker (1995, *apud* Lapassade, 2001), distingue quatro níveis de envolvimento do observador participante:

- o participante completo – quando o observador participa nas atividades que pretende observar;
- o participante observador – quando as atividades observadas não se submetem às atividades em que o observador participa;
- o observador participante – quando as atividades a observar são do domínio público, podendo o observador dispor de uma variedade de meios de acesso à informação;
- o observador completo – quando as atividades estão para além do observador. São exemplo, as atividades de dinâmica de grupo que decorrem em laboratório, com o observador por detrás de um vidro. (JUNKER, 1995, *apud* LAPASSADE, 2001. p. 136)

No presente trabalho optamos por utilizar o nível de envolvimento “observador participante”, já que por as informações estarem dispostas publicamente na rede social, temos acesso a elas sem maiores impedimentos, apenas com as limitações da própria ferramenta já citadas.

Miller e Slaters (2001) afirmam que a Internet não é um “não-lugar”. Em vez disso, ele é constituído por inúmeras novas tecnologias, utilizadas por diversas pessoas em muitas localidades do mundo real. Consequentemente, há muito a ser ganho por uma abordagem etnográfica, através da investigação de como as tecnologias da Internet estão sendo compreendidas e assimiladas em algum lugar em particular. (MILLER & SLATES, 2001. p. 1)

A escolha da observação participante e do estudo de caso se deu pelo fato de além de possibilitar um maior contato com o objeto, este método permite uma avaliação sistemática do todo.

A Internet pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto) (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2001. p. 17)

Hine (2000. p. 40) propôs que a Internet, enquanto objeto de estudo, tende a ser elaborada conceitualmente sob dois modelos de abordagem teóricas que podem ou não estar conectadas: Internet enquanto cultura e enquanto artefato cultural.

A noção de Internet como artefato cultural oportuniza o entendimento do objeto como um local de intersecção no qual as fronteiras entre online e off-line são fluidas e ambos atuam juntamente, podendo assim ajudar nossa pesquisa, que busca descobrir como o online pode ajudar ações que antes eram possíveis apenas off-line.

Para a análise dos dados recolhidos através da observação participante e do estudo de caso, optou-se pela análise de conteúdo por ela permitir analisar mensagens de maneira sistemática e confiável, utilizando-se de procedimentos aplicados da mesma forma em todo o conteúdo analisável e pela objetividade que a categorização possibilita. Trata-se de

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2008, p.44)

Esta metodologia busca entender as outras realidades relacionadas à comunicação, compreender além dos significados imediatos das comunicações por meio da análise das mensagens. Como objetivos deste processo, a autora aponta a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura e como funções são apresentadas uma heurística e outra de administração da prova, “que na prática podem ou não dissociar-se” (BARDIN, 2008. p. 31)

A primeira etapa da análise proposta refere-se à descrição analítica do objeto, que deve ser feita por meio de um tratamento descritivo, da delimitação de unidades de registro (ou de codificação) e da definição de unidades de contexto. Isto feito parte-se para a análise categorial, em que são determinados os critérios de classificação e são criadas as categorias.

A etapa seguinte, depois de feita a estruturação do material a ser analisado refere-se à especificidade desta metodologia: a inferência. Como destaca a autora,

A intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*. (BARDIN, 2008, p.40, grifo da autora)

Não se trata, portanto, exclusivamente de uma análise estatística de conceitos indexados e categorizados, a análise de conteúdo valoriza a inferência do pesquisador. Para Júnior (2006, p. 284) “na análise de conteúdo a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada”.

A análise de conteúdo é estruturada, de acordo com este autor, em cinco etapas: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento dos dados.

Dentro das categorias gerais apresentadas por ele, esta pesquisa se ocupará de estudar as comunicações, uma vez que, nesse âmbito é analisado

o intercâmbio das mensagens (que) ocorre dentro de um determinado contexto e modifica as relações estabelecidas entre duas ou mais pessoas. A análise das comunicações pode contribuir para as causas e efeitos inerentes à essa mediação simbólica, como (...) a transformação de uma cultura material (JÚNIOR, 2006, p. 291)

Assim, a pesquisa realizada na presente dissertação observou as seguintes etapas:

- a observação participante diária das interações no Twitter;
- a análise de conteúdo, para estudar acontecimentos específicos em profundidade;
- a análise da repercussão dos acontecimentos e discussões políticas para verificar se a participação política através das novas tecnologias da comunicação contribuiu de alguma forma para que ações políticas contemporâneas pudessem acontecer e se é possível que essas ações possam ser sistematizadas e institucionalizadas, de modo que possam vir a inaugurar não só uma nova esfera pública de participação, mas uma esfera de ação política.

5. PARTICIPAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA NO TWITTER: OS ACONTECIMENTOS, AS DISCUSSÕES, OS RESULTADOS E AS ANÁLISES

No intuito de compreender a forma como se dá a participação, a possível ação política no Twitter e para definir os acontecimentos que constituem o recorte do trabalho, fizemos uma coleta de tweets. O total de tweets dependia da natureza do acontecimento, da interação dos diversos perfis que comentaram de alguma forma o acontecimento e do número de itens nos *trending topics* que faziam referência ao acontecimento escolhido.

O período de observação se deu, como dito anteriormente, de outubro de 2011 a agosto de 2012 e ao final deste período de observação foram escolhidos os acontecimentos que constituíram o recorte do trabalho. O acontecimento poderia tanto ter sido suscitado na própria rede social, como uma mobilização ou discussão entre os diversos perfis, que tivesse relevância a ponto de alcançar os *trending topics*, quanto poderia ser um acontecimento agendado, que alcançou os *trending topics* por ter sido veiculado na grande mídia.

Os dados relativos ao acontecimento escolhido deveriam ser coletados o mais próximo possível do próprio tempo do acontecimento, devido às limitações de coleta do Twitter já citadas no capítulo metodologia, razão pela qual não se podia prever nem ao menos o tipo de acontecimento que seria objeto do trabalho, pois isso dependeria de outras variáveis como o horário de coleta, disponibilidade de tempo da pesquisadora, tempo de comentários do acontecimento na rede social. Também poderia ocorrer de a análise se limitar a um recorte temporal de atualizações sobre o tema, dependendo da proporção que o acontecimento atingisse na ferramenta, e da limitação no número de resultados na busca do Twitter.

A fim de minimizar as implicações desta limitação do Twitter, procurou-se salvar páginas de resultados da busca do Twitter por *hashtags* relacionadas a acontecimentos que figurassem dentre os *trending topics* do Twitter no momento em que estavam sendo discutidos, ainda que não se tivesse ainda uma dimensão do acontecimento ou de sua circulação. Assim, alguns conjuntos de tweets sobre determinados acontecimentos foram salvos para posterior classificação e análise.

Alguns desses acontecimentos foram descartados por não configurar algum dos requisitos enumerados previamente para estabelecer o recorte do trabalho.

Assim, após ter considerado diversos outros acontecimentos, escolhemos o início do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que se deu no dia 02 de agosto de 2012 (quinta-feira).

O mensalão é um dos maiores escândalos de corrupção da história da política brasileira. O esquema veio à tona há sete anos, em 2005, no então governo Lula. A acusação da Procuradoria-Geral da República é de que políticos e partidos aliados ao governo receberam dinheiro em troca de apoio no Congresso Nacional.

Optou-se por este recorte temporal pelo fato de o início do julgamento do mensalão ter sido assunto nos *trending topics* (TTs) durante praticamente todo o dia, sendo que em alguns momentos, os TTs, que é composto por apenas 10 tópicos, teve 5 *hashtags* relacionadas ao assunto, quais sejam: #Confionostf, #Peluso, #Lewandowski, #RosaWeber e #STF, como pode-se conferir no *printscreen* da Figura 1 abaixo.



FIGURA 1: *Trending Topics* do dia 02/08/2012

Fonte: <http://Twitter.com>

Todavia, devido à grande repercussão que o início e o decorrer do julgamento do mensalão receberam e ainda tem recebido tanto dentro, quanto fora do Twitter, seria impossível reunir manualmente todos os tweets sobre os acontecimentos. Outro motivo pelo

qual não nos preocupamos em tentar abarcar todos os tweets sobre o tema é que nossa análise não é apenas quantitativa, mas também qualitativa. Desta forma, foi necessário proceder a um recorte temporal, neste caso, dia 02 de agosto de 2012. Data do início do julgamento.

Assim, a partir da limitação da busca do Twitter, o estudo se limitará a observar 1500 tweets sobre cada *hashtag* do acontecimento, o que dá um total de 7.500 tweets. A coleta foi feita enquanto os acontecimentos ainda estavam listados dentre os TTs do Twitter. Esses tweets não representam a totalidade de tweets com as palavras-chave buscadas, uma vez que, como já dito, o Twitter limita a 30 páginas de volta ou 1500 tweets e também pelo fato de que só tivemos acessos aos tweets de perfis públicos.

Os tweets coletados sobre as 5 *hashtags* tiveram seus conteúdos analisados através da metodologia de análise de conteúdo para estudar as *hashtags* em profundidade e buscar identificar a dinâmica de interação e de compartilhamento dos interagentes em relação ao assunto em comento.

Como visto na metodologia, a análise de conteúdo é uma pesquisa que se baseia na criação de categorias para codificar o material pesquisado (BARDIN, 2009). Assim, para classificar o montante de tweets coletados, foram criadas categorias de análise adequadas aos objetivos da pesquisa.

Para tanto, utilizou-se as categorias de análise de conteúdo de Recuero e Zago (2009). Elas se perfazem em uma divisão em tweets informacionais, que são divididos em pessoais, notícias, opinativos, links e automáticos, e tweets conversacionais, que são divididos em diretos e indiretos.

Assim, as categorias principais que utilizamos para analisar os tweets foram: informacionais e conversacionais. Já com relação ao propósito do tweet, classificamos em:

- **crítica** (quando o tweet for composto por uma apreciação crítica do perfil autor, seja ela positiva ou negativa).

Exemplos:

@Maluzinha_Souza: Não dá pra cometer outro erro pensando em equilibrar a balança por ter sido ameno com o mensalão do PSDB! #ConfioNoSTF

@_rangnar: Até agora o ministro #Lewandowski só atrapalha! E Toffoli, é um infiltrado petista? Mensalão começa envergonhando o STJ e o povo do Brasil!

@MiriamLeitaoCom Perda de tempo proposital. O objetivo dos amigos dos mensaleiros é tirarem o #Peluso do julgamento.

@Guigo_Franco: Brasileiro da muito mais valor pra votação da reality show do que pra do **#STF**!

@jeffrds: **#RosaWeber** não tava afim de pizza! Indeferiu, curta e grossa!

- **informação** (quando o conteúdo do tweet contiver apenas a descrição dos acontecimentos, sem que o autor faça qualquer juízo sobre o assunto).

Exemplos:

@blogdocadu A maior palhaçada da grande imprensa brasileira <http://migre.me/a8jQP> **#ConfionoSTF** **#BrasilconfianoSTF**

@blogdonoblat: Tem muito de teatro. Joaquim Barbosa e **#Lewandowski**, longe das câmeras, acabam de trocar sorrisos e tapinhas nos ombros.

@Ejperone: Min Cezar **#Peluso** e Gilmar Mendes rejeitam pedido de desmembramento do processo. Min Marco Aurélio acompanha divergência e acolhe pedido.

@HermanMarjan: Acompanhando o Julgamento do Mensalão pelo **#STF** na TV Justiça. Neste momento, o relator, Min. Joaquim Barbosa, lê o resumo das denúncias.

@bnjustica: Julgamento do mensalão: **#Lewandowski** encerra a sua participação; **#RosaWeber** e Luiz Fux votam contra o desmembramento

- **humor** (quando o tweet se constituir em uma piada sobre o tema em discussão).

Exemplos:

@cristilobo Sem Olimpíadas, Mensalão é a aposta da Globo. **#ConfioNoSTF** **#BrasilconfianoSTF**

@fabiobritu: O que o capitão Nascimento diria para o Ministro Ricardo **#Lewandowski**? rrsrsr//duas palavras: "CORRUPTO PEDERASTA"

@milton_andrade: @simonimprensa seis meses foi a fala do Ministro **#Peluso**.

@airkrauniski: **#STF** **#mensalao** O sabor da pizza é desmembramento processual com tomate.

@spiess_walter: Se fosse com narração futebolística, seria assim: GOOOOOOOOLLLL... **#RosaWeber** manda pra redes!!!... Brasil 1 x Filhos da Puta 1

- **explicação** (quando o tweet trazer as razões para um determinado acontecimento, mas sem abordar o acontecimento em si).

Exemplos:

@TerezaCosta7: **#ConfioNoSTF** Julgamento no @STF_oficial é mais um episódio em que a democracia é posta à prova. **#FarsadoMensalão** <http://ow.ly/cGTg0>

@rosangela_bolze: Discurso de **#Lewandowski** no STF vira motivo de piada no Twitter - Política - iG <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-08-02/no-stf-discurso-de-lewandowski-vira-motivo-de-piada-no-Twitter.html> via@ultimosegundo

@guedesadvocacia Especial Julgamento do Mensalão: Advogados podem pedir anulação caso **#Peluso** vote adiantado <http://ow.ly/cHhqE>

@BBCBRASILRadar: **#STF** não desmembrará julgamento dos réus do mensalão <http://goo.gl/fb/P5apL>

@NosTrendsBrasil: **#RosaWeber** votou contra o desmembramento do processo do mensalão <http://ow.ly/cHhMA> Twitteiros comentam. **#NosTrendsBrasil**

- **dúvida** (quando o tweet apresentar uma dúvida quanto ao tema em comento).

Exemplos:

@alexandrecct: **#BrasilConfiaNoSTF** **#ConfioNoSTF** mensalão tucano qd será julgado? **#farsadomensalao**

@sjrdiniz: por curiosidade, quem votou favorável ao desmembramento? **#Lewandowski** e Mco. Aurélio

@PedrinhoRoo: @madeiradez A eventual arguição do impedimento do Toffoli pelo PGR traz o risco de inviabilizar o voto de **#Peluso**?

@alcsouza: @Gru_Gru @cartamaior **#STF** indicado pelo PT? Você tem lido, ouvido ou visto algum jornal nos últimos dias? Se foi indicado, o PT é suicida.

@CariCanuto: @Aduardo Aquela **#RosaWeber** é petista tb!?

- **apelo** (quando o tweet estiver convocando os demais perfis para um determinado ato relacionado ao assunto em discussão).

Exemplos⁸:

@stanleyburburin: Vamos, galera! Vamos subir mais nos TTs com as hashtags: **#BrasilconfianoSTF** e **#ConfioNoSTF**

⁸ Nos tweets captados não foi encontrado nenhum com a *hashtag* **#Lewandowisk** que fosse categorizado como “apelo”.

@Rochelle_Araujo: Como falam os Srs Ministros do #STF, pq não seguem o exemplo do Min. **#Peluso** e atem-se apenas ao caso. #mensalaoAP470

@Igor_Alves7: Só gostaria que o brasileiro acompanhasse o julgamento no **#STF**. A conformidade com a corrupção é o naufrágio de uma nação.

@GuiAugustoLAI: Mais d 2hs e meia d perda d tempo no julgamento do #mensalão? É isso mesmo **#STF**? "ñ se pode voltar atrás, a marcha é para frente" **#RosaWeber**

- **conformação** (quando o tweet contiver um lamento ou conformação em relação à situação em discussão).

Exemplos⁹:

@reinaldoazevedo: status: estou achando q com essa "levada" os ministros do STF podem pedir Pizza e Coca-Cola. vai demorar e vão ficar com FOME! **#ConfioNoSTF**

@Verazattar: Lá vem **#Lewandowski** citando até Tiririca para justificar seu servilismo a Lula e ao CHEFE da QUADRILHA José Dirceu. **#VERGONHA**

@urbanoide: "Julgamento do Século" (segundo o Partido da Imprensa Golpista, PIG) tem 08 manifestantes em frente ao **#STF**.

@Doce_Vicio: **#RosaWeber** outra "Pateta" indicada por Dilma.

Ressalta-se que os tweets que não tinham a ver com o assunto discutido, nos quais o autor apenas utilizava a *hashtag*, mas divulgava uma mensagem que nada contribuía para o tema foram descartados, bem como aqueles que se caracterizavam como spam ou que eram meras citações das palavras-chave.

Exemplos de tweets descartados:

@_rayGuedes: Eu quero TCHU, Eu quero TCHA, EU QUERO SEGUIDORES REAIS com #BigFollow Rosa Weber: -bigfollow.net

@alineegt: #Peluso nos tts e eu li Pelusco e pensei q era o pedro lucas çalkçldkçlksçld

@ttsaopaulo: 17:40 #TOP5SP #tts #Cite7Vontades #20PeopleWhoIWantToMeet #ConfioNoSTF Lewandowski Stay Beautiful Like T. Swift

⁹ Nos tweets captados não foi encontrado nenhum com a *hashtag* #Peluso que fosse categorizado como "conformação".

Isso resultou em um descarte de 204 tweets da coleta da *hashtag* #Confionostf, 396 tweets da coleta da *hashtag* #RosaWeber, 287 tweets da coleta da *hashtag* #Lewandowisk, 411 tweets da coleta da *hashtag* #Peluso e 323 tweets da coleta da *hashtag* #STF.

Sendo assim, os tweets considerados para a análise de conteúdo foram de 1.296 da *hashtag* #Confionostf, 1.104 tweets da coleta da *hashtag* #RosaWeber, 1.213 tweets da coleta da *hashtag* #Lewandowisk, 1.089 tweets da coleta da *hashtag* #Peluso e 1.177 tweets da coleta da *hashtag* #STF, perfazendo um total de 5.879.

Observamos na análise destes tweets que, em relação às categorias informacional e conversacional, predominaram os de caráter informacional (72,2%), enquanto os de caráter conversacional se apresentaram em número bem menor (27,7%).

Verificou-se isso devido ao caráter do acontecimento escolhido, uma vez que se trata de um evento de cunho político-judicial, que perpassou a história do Brasil durante sete anos e agora está tendo enfim um desfecho. Assim, na análise de conteúdo dos tweets percebemos que a grande maioria dos perfis que utilizaram as *hashtags* estudadas para comunicar o fato aos seguidores de suas *timelines*, no máximo acrescentando algum juízo ao conteúdo da mensagem. Os tweets conversacionais limitaram-se a suscitar ou responder dúvidas acerca do processo que estava acontecendo ou fazer algum tipo de piada em relação ao tema.

Vimos que tweets informacionais podem ser subdivididos em pessoais, notícias, opinativos, links e automáticos. Na presente pesquisa verificamos que os tweets das subcategorias da categoria informacionais se apresentaram de uma forma homogênea: opinativos (30,7%), notícias (26,9%), pessoais (23,1%) e links (19,2%), sendo que tweets automáticos não foram verificados.

De acordo com a análise destas subcategorias, verificamos que ao comunicar os acontecimentos do início do julgamento do mensalão no STF, os tweets informacionais que exprimiam opinião, que continham alguma análise pessoal, que complementavam a notícia ou que traziam algum link que explicava melhor o acontecimento se apresentaram de maneira uniforme, apresentando uma pequena predominância do caráter opinativo.

Vimos que os perfis que utilizaram uma ou mais das *hashtags* aqui estudadas procuraram interagir com a notícia de alguma maneira, seja elaborando algum juízo, seja buscando esclarecer aos seus seguidores acerca do tema comentado.

Já em relação à categoria conversacional, observamos uma predominância da subcategoria indiretos (70%) em relação aos diretos (30%), ou seja, a maioria das mensagens se tratava de tweets conversacionais indiretos, nos quais o perfil “conversava” com todos seus seguidores e não com algum perfil específico. Vê-se então que a maioria dos perfis têm suas

timelines como lugares de fala onde emitem suas opiniões, dão informações, respondem a dúvidas e emitem questionamentos.

No que diz respeito ao propósito, constatamos que a maioria dos tweets fora de informação (28,1%), seguido por tweets de crítica (21,2%), explicação (19,4%) e humor (10,2%) e em menor número tweets de conformação (9,3%), dúvida (6,3%) e apelo (5,4%).

Assim como na análise das categorias principais de estudo (informacional e conversacional), em relação ao propósito dos tweets, notou-se que a maioria das mensagens que continha as *hashtags* estudadas nesta dissertação se caracterizara como informação, ou seja, a maioria dos perfis que se mobilizara a discutir sobre a questão do início do julgamento do mensalão, se limitara a descrever o fato, sem que o autor fizesse qualquer juízo sobre o assunto.

Em relação às interações no Twitter, percebe-se que quando um assunto chega aos *trending topics* ele já possui um número significativo de pessoas comentando, todavia, a partir do momento em que ele figura entre os 10 tópicos mais comentados, aumenta ainda mais o número de perfis que se predispõem discutir sobre o fato. Observa-se então que depois de um certo tempo, mesmo aqueles que desconheciam o fato passam a tomar conhecimento e, caso se interessem pelo tema, engrossam a discussão.

Os tweets com caráter informativo, desta forma, acabam servindo para que aqueles que não sabiam do que se tratava a *hashtag* possam se informar sobre o fato dentro da própria rede. Contudo, o tweet com propósito informativo se caracteriza como mera circulação jornalística, podendo ser analisados apenas indiretamente como forma de participação, visto que ao munir os demais participantes da rede de informações, contribui para que o cidadão possa iniciar um processo de formação de opinião pública acerca do fato e, possibilitar uma possível futura participação política efetiva.

A pesquisa também verificou que em um menor número, mas com uma diferença não muito acentuada, os tweets analisados tinham como propósito crítica ou explicação. Esses dois tipos de mensagem já denotam um maior envolvimento do perfil que a produziu do que o de informação, já que para produzir e divulgar esta mensagem, o indivíduo tomou conhecimento do fato, entendeu o que aquilo representava e emitiu um juízo de valor (positivo ou negativo) ou prestou algum esclarecimento acerca do tema discutido, demonstrando um maior nível de informação do que aquele que apenas divulgou algo sobre o fato.

Por fim, a pesquisa demonstrou um número significativamente menor de tweets com o propósito de humor, conformação/lamento, dúvida e apelo.

Tal constatação destoa de estudos feitos anteriormente como mostra, por exemplo, a pesquisa de Zago (2010):

Observou-se, de um modo geral, que tweets com propósito de humor se propagam mais facilmente que tweets com outros propósitos, talvez pelo fato de que não requerem um envolvimento maior com o acontecimento em si para serem repassados. Para apoiar essa observação, pode-se mencionar o fato de que, dentre os tweets mais retuitados em 2010, aparecem predominantemente mensagens com propósito de humor e mensagens postadas por celebridades. Já com relação aos dados analisados neste estudo, assim como no primeiro acontecimento predominaram tweets com propósito de humor (57,9%). (ZAGO, 2010. P. 158 e 159)

Em nossa pesquisa, os tweets de humor se apresentaram em número muito restrito e a maioria deles utilizava o humor para emitir algum juízo de valor, assim, poderiam até ser caracterizados como híbridos, já que também podem ser vistos como uma mensagem de crítica e, conseqüentemente, de participação efetiva na discussão.

Nesse mesmo sentido, os tweets com propósito de conformação ou lamento poderiam ser caracterizados como híbridos, uma vez que ao analisar o acontecimento em comento e se manifestar a respeito com uma conformação, demonstra que o autor da mensagem está tecendo uma crítica, já que tomou conhecimento da situação, acompanhou o acontecimento, se prestou a comentar, mas não acredita que nada pode ser feito em relação ao que ocorre.

Se analisarmos isso de acordo com as formas de participação vistas anteriormente nesta dissertação, pode-se dizer então que os indivíduos que emitem mensagens de conformação ou lamento são aqueles que até se preocupam em acompanhar o acontecimento político, mas o descrédito em relação à efetividade de manifestação ou de uma solução satisfatória faz com que desistam da ação política antes mesmo de tentar, já que acreditam que nada acontecerá para melhorar a situação.

Os tweets de dúvida, que apareceram na pesquisa em número bem reduzido, podem caracterizar três tipos de usuários, primeiro aqueles que tiveram um interesse tão pequeno em relação ao acontecimento, que nem se deram ao trabalho de buscar informações em portais de notícias ou outros meios e quiseram ter apenas uma explicação curta e objetiva (140 caracteres). segundo aqueles usuários que confiam nas informações dadas pelas pessoas que segue na rede social e esperam que suas dúvidas gerem não só resposta, como também somem à discussão, terceiro aqueles usuários que usam o questionamento como crítica ao tema em comento e, portanto, também podem ser caracterizados como tweets de propósito híbrido.

Com a menor porcentagem de tweets verificados, o propósito apelo gera um importante dado para a presente pesquisa, visto que esta subcategoria é caracterizada quando temos um tweet convocando os demais perfis para um determinado ato relacionado ao assunto em discussão. Dentre todas as subcategorias, esta é a que denota a participação e chamada para a ação política em relação ao acontecimento observado.

O que se viu então é que mesmo se tratando de um acontecimento histórico para o país, o Mensalão foi tratado apenas como um acontecimento jornalístico e os participantes da rede social Twitter basicamente se prestaram a comentar e/ou criticar o que estava acontecendo. Não se percebeu qualquer tipo de chamada para a participação efetiva dos cidadãos, que se limitaram a assistir “de camarote” os acontecimentos.

Um dos tweets coletados e até já citados anteriormente é um exemplo bastante ilustrativo desta situação de apatia e conformação: “@_urbanoide: "Julgamento do Século" (segundo o Partido da Imprensa Golpista, PIG) tem 08 manifestantes em frente ao #STF”.

Mesmo aqueles que se propuseram a discutir o tema não se deram ao trabalho de incitar manifestações para mobilizar os membros do STF a agirem de acordo com a vontade do povo e nem mesmo se mobilizar para que a população como um todo tomasse conhecimento do fato histórico que estava acontecendo.

Nossa observação diária do Twitter verificou ainda que os *trending topics* na maior parte do tempo são agendados pelas mídias tradicionais. Quando começa uma programação de grande audiência na TV aberta, quase que automaticamente os tópicos passam a fazer algum tipo de referência a este programa.

A *hashtag* #MonstrosS.A, por exemplo, figurou nos TTs no mesmo dia do início do julgamento do Mensalão, acontecimento estudado nesta dissertação. Ela se explica porque a animação da Pixar de 2001 foi exibida na "Sessão da Tarde", da TV Globo, na quinta-feira 02/08/2012. Abaixo também um exemplo de tweet também sobre programação de TV usando a *hashtag* #AvenidaBrasil, que praticamente todos os dias chega aos TTs Brasil no horário em que a novela da Rede Globo vai ao ar.

@HugoGloss: Ai gente eu sou da teoria q Max é o heroi da novela! So uma pessoa mto boa aguenta Carminha, Nina e Yvana #OiOiOi127 #AvenidaBrasil

Verificou-se ainda que os TTs acabam sendo “manipulados” por tweets que têm a intenção apenas de “subir” algum tópico de fãs clubes, ou seja, grupos de pessoas que querem que determinado assunto chegue aos TTs se organizam e passam a twittar mensagens

constantes apenas com a *hashtag* desejada. Muitas das vezes, ao acompanhar estas mensagens verificou-se que a intenção era unicamente divulgar alguma banda, estimular votos para bandas em concursos e coisas do gênero.

Segue exemplo de tweet utilizado apenas para que a *hashtag* #RBD chegasse aos TTs e o grupo alcançasse êxito em promover a banda Rebeldes.

@RBDManiaco: ##RBD #RBD #RBD #RBD #RBD #RBD #RBD #RBD
#RBD #RBD #RBD #RBD RBD #RBD #RBD #RBD

Nos TTs do dia 02/08/2012, data que utilizamos para analisar os tópicos referentes ao mensalão, tivemos também os seguintes tópicos que seguem a linha do citado acima: #StayBeautifulLikeT.Swift (continue linda como T. Swift): fãs da cantora Taylor Swift criam tópico em homenagem à ela, usando o nome da canção *Stay Beautiful*, de autoria da compositora americana. Tivemos também a *hashtag* #JoanneQueenRowling (Joanne rainha Rowling): fãs da saga Harry Potter criam tópico para dizer que J.K. Rowling, a autora dos livros, é a sua rainha.

Outra particularidade observada é que joguinhos ou tópicos que propõem listas têm sido constantes nos TTs. No dia 02/08 tivemos dois exemplos desse tipo de interação no Twitter: #Cite7Vontades (Este tópico pedia que os internautas enumerassem sete desejos); #20PeopleWhoIWantToMeet (Este tópico sugeria que se escolhesse vinte pessoas que o usuário do Twitter quisesse encontrar. Os internautas listavam pessoas, na maioria personalidades, que gostariam de conhecer pessoalmente).

Exemplo de tweet caracterizado como jogo de listas:

@AWorldOfARusher: **#10PessoasTopDoTwitter** @SmilerRusher
@DemiJonasLovato @LoveMeBieber @_ClarissePaiva @howselenag
@imthepizzagirl @NeedYouBTR @hendergasms

Abaixo alguns exemplos de TTs em dias diversos. É notório que na maioria dos dias, a maioria dos tópicos fazem referência aos assuntos citados: programação de TV aberta, jogos de listas, promoção de bandas, cantores ou músicas, entre outros do gênero, sendo que mesmo durante períodos em que o julgamento do mensalão ainda continua sendo julgado, os tópicos nem mencionam o fato, mostrando que o acontecimento só alcançou tamanha relevância (5 tópicos nos TTs) nos momentos em que as mídias tradicionais veicularam o fato.



FIGURA 2: *Trending Topics* do dia 01/07/2012

Fonte: <http://Twitter.com>

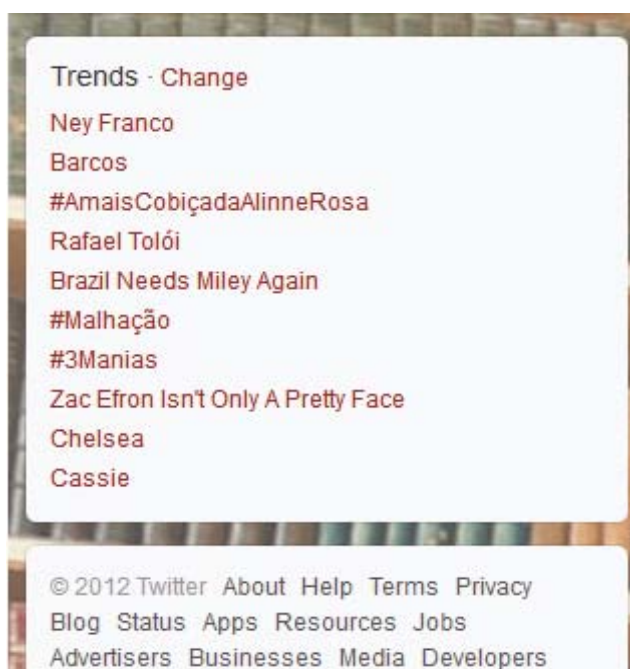


FIGURA 3: *Trending Topics* do dia 05/07/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 4: *Trending Topics* do dia 16/07/2012

Fonte: <http://Twitter.com>

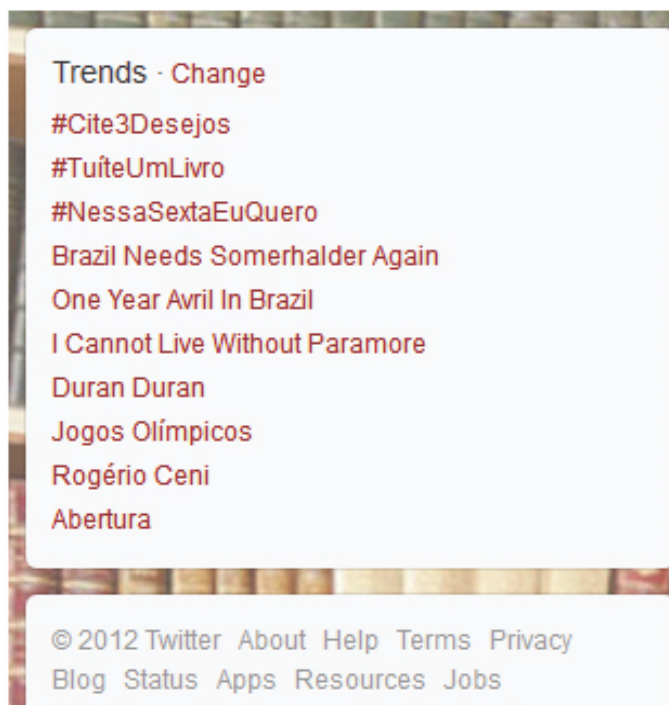


FIGURA 5: *Trending Topics* do dia 27/07/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 6: *Trending Topics* do dia 31/07/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 7: *Trending Topics* do dia 03/08/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 8: *Trending Topics* do dia 06/08/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 9: *Trending Topics* do dia 10/08/2012

Fonte: <http://Twitter.com>



FIGURA 10: *Trending Topics* do dia 16/08/2012

Fonte: <http://Twitter.com>

Enfim, após analisar todos os dados coletados, verificamos que os pressupostos apontados no início desta pesquisa não foram totalmente comprovados, pelo menos não ainda.

Para relembrar, antes da pesquisa empírica, tínhamos a ideia de que a popularização do acesso à Internet e às redes sociais constitui um novo espaço para o cidadão discutir assuntos relevantes como a política em seus perfis particulares; a interação do cidadão com seus representantes de uma maneira menos burocrática e mais efetiva facilita a abertura de um canal de comunicação entre o cidadão e a elite dirigente, estimulando o interesse em participar politicamente; a definição de grupos nas redes sociais podem incentivar a participação e, conseqüentemente, a ação política, já que o cidadão precisaria de um esforço não tão grande para reivindicar que seus questionamentos e reivindicações sejam ouvidas, podendo gerar microrevoluções.

O primeiro pressuposto foi confirmado, já que o Twitter pode sim ser caracterizado como um novo espaço para que os cidadãos discutam assuntos como política. A discussão não só é possível, como também tem sido bastante frequente. Prova disso é que coletamos em apenas um dia mais de 5.000 tweets relacionados à política e que se referiam ao assunto específico aqui tratado, o julgamento do mensalão.

Todavia, o que notamos é que as discussões, pela característica da ferramenta de só permitir mensagens de 140 caracteres, acabam por se manter no nível da superficialidade e não se aprofundar e gerar um debate concreto e de resultados. Tal característica pode denotar que o Twitter vem a ser um primeiro movimento para a participação política, sendo que um segundo momento, o de deliberação, necessita de um outro instrumento que propicie uma interação mais profunda.

O segundo pressuposto de que a interação do cidadão com seus representantes ou com a grande imprensa de uma maneira menos burocrática e mais efetiva estimula o interesse em participar politicamente também não foi verificada empiricamente na amostra escolhida, todavia, viu-se em tweets de perfis de “pessoas comuns”, mensagens de caráter conversacional direto com “pessoas públicas” de forma bastante natural, nos dando a entender que esta suposta horizontalização nas relações entre perfis em redes sociais é real e facilita a aproximação de pessoas das mais diversas classes ou extratos sociais com não só representantes, mas também com diversos formadores de opinião, celebridades, entre outros.

Como exemplo temos o seguinte tweet direto de @EugenioCosta5, um cidadão, que fala diretamente com @Jorge VianaAcre, senador do estado do Acre:

@EugenioCosta5: #ConfionoSTF @JorgeVianaAcre: alguns querem decidir a composição e o voto dos Ministros do STF. Que intolerância com o PT! #farsadomensalao

Temos ainda dois tweets, um do perfil oficial do Jornal O Globo e de uma resposta ao tweet do Jornal de um cidadão comum: @igormantoan:

@JornalOGlobo: Apesar de não estar nos TTs, termo 'mensalão' é muito twittado dentro e fora do Brasil. <http://migre.me/a8Dzy>
 @igormantoan: @JornalOGlobo pois é... e #ConfioNoSTF está nos TTsBR há horas! Não é notícia?

A seguir uma conversa travada no twitter entre Rodrigo Lago, advogado, conselheiro da OAB/MA, membro do IAB e fundador do Blog Os Constitucionalistas, e duas cidadãs com perfis comuns e não ligados à política no Twitter: @ladyrasta e @opcao_zili:

@RodLago: #Mensalao - Marco Aurélio encerrou seu voto acompanhando Lewandowski. Está 7x2 para indeferir o desmembramento.
 @ladyrasta: @RodLago vc acha que tinha que desmembrar? Em caso afirmativo, ainda é hora de se pedir isso? Não sei nada de Processo Penal

@RodLago: @ladyrasta Penso que o STF deveria ter desmembrado na fase de inquérito, ou ao menos na época do recebimento da denúncia. Agora, não mais.

@opcao_zili: @RodLago Quando foi discutido o desmembramento, em 2010, Marco Aurélio era a favor. Quem votou contra o desmembramento foi o Lewandowski.

@RodLago: @opcao_zili O Lewandowski era favorável ao desmembramento na primeira vez, em 2006. Depois, vencido, sustentou a preclusão da matéria.

@RodLago: @opcao_zili Já o ministro Marco Aurélio costuma reafirmar sempre as suas convicções, mesmo quando é vencido sozinho no colegiado.

Por fim, o último pressuposto, de que a definição de grupos nas redes sociais podem incentivar a participação e, conseqüentemente, a ação política, já que o cidadão precisaria de um esforço não tão grande para reivindicar que seus questionamentos e reivindicações sejam ouvidas, podendo gerar microrevoluções ainda não pode ser verificada, uma vez que no Twitter, a formação de grupos ainda é incipiente, a interação se dá apenas entre seguidores e seguidos e as discussões se limitam a emissão de juízos, informações, conversas, apelos, conformações, piadas, etc. Assim, não se pode falar ainda que o Twitter se caracteriza como uma nova esfera pública de ação política. Ele é sim um ambiente aberto e acessível a maioria das pessoas, mas ainda não foram encontrados mecanismos virtuais de participação política efetiva.

Como vimos, o sujeito contemporâneo é marcado pela fragmentação e pelo individualismo, o que pode vir a dificultar a ação política coletiva, mas que, por sua vez, também pode ser uma alternativa como nova forma de participação, onde as ações políticas podem sim ser coletivas, mas focadas em ideais e temas específicos. Assim, o indivíduo participa de discussões que tenham a ver com seus interesses pessoais e não de toda e qualquer discussão política.

Conceitos vistos então como a questão da singularidade e da pluralidade, nessa nova realidade é amplificada pelos novos meios, como o Twitter, pois através dele o indivíduo pode expor sua singularidade, seus pensamentos, a milhões de pessoas que não fazem parte de seu meio, mas podem ter interesses comuns e também entrar em contato com os pontos de vista divergentes e estes tentarem discutir a ponto de chegar a um consenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação de massa mudou a forma de se fazer e de se discutir política, como apontou Gomes (2004). Os avanços tecnológicos e o advento das comunidades virtuais permitem ir além e questionar as formas de interação e a ruptura espaço temporal das mensagens de cunho político.

Na nova realidade, o instantâneo é, cada vez mais, tempo real. Uma declaração, um comportamento, passam a ser quase que imediatamente discutidas em ambiente virtual. Reduziu-se a capacidade de abafar escândalos e de pautar o discurso sobre política de forma unilateral.

A rede social Twitter tem se apresentado como um importante ambiente onde os indivíduos podem expressar suas opiniões, discutir posicionamentos semelhantes ou contrários com os demais usuários, se relacionar com amigos, entrar em contato com pessoas dos mais diversos lugares, extratos sociais, etc. As mensagens postadas no perfis pessoais acabam por refletir as opiniões dos usuários acerca dos acontecimentos comentados e contribuem para a formação da opinião pública dentro da rede social formada pelos seguidores e seguidos.

Se formos pensar em outros ambientes online que não a rede social Twitter, pode-se dizer que o cidadão já possuía outros espaços em que ele podia exprimir suas ideias e suscitar discussões. Todavia, com o advento das mensagens em apenas 140 caracteres, o crescimento do número de pessoas interessadas em discutir determinados assuntos foi facilitado, visto que a facilidade de se escrever mensagens mais sucintas ou acessar a opinião dos demais usuários é bem maior. Aquele que não quer ler uma resenha de páginas e mais páginas, pode agora se informar e formar uma opinião através de uma mensagem resumida e objetiva. Se fossemos fazer uma analogia, o Twitter pode ser caracterizado com um jornal composto apenas por manchetes e caso o usuário queira mais informações, utiliza demais mídias para complementar seu conhecimento acerca do fato.

Além disso, através das buscas ou acompanhamentos das *hashtags*, que ficam armazenadas na ferramenta e podem ser facilmente acessadas, o usuário pode acompanhar discussões e também complementar seu conhecimento ou engrossar o debate. Com isso, torna-se mais fácil interagir socialmente acerca de política e outros assuntos relevantes.

A dissertação buscou verificar a forma como se dão as discussões políticas no Twitter e se a ação política efetiva era possível dentro do ambiente proporcionado pela ferramenta.

Para tanto, analisamos 5 *hashtags* dos *Trending Topics* do dia 02/08/2012 (#STF, #Lewandowisk #Peluso #RosaWeber e #ConfionoSTF), dia em que se deu o início do julgamento do “Mensalão”, um dos maiores escândalos políticos do Brasil e que começou a ter um desfecho depois de 7 anos.

Para atender ao objetivo geral do trabalho, a pesquisa foi operacionalizada a partir do estudo de caso do acontecimento supracitado, utilizando como técnicas de pesquisa observação participante e análise de conteúdo. A combinação dessas técnicas possibilitou verificar como se dão as discussões políticas na rede social, bem como traçar um panorama geral da utilização do Twitter para fins de ação política e os resultados foram apresentados no capítulo anterior.

Mesmo que nossa pesquisa tenha sido realizada em apenas um recorte temporal, a análise dos 5.879 relacionados às 5 *hashtags* sobre o Mensalão, chegamos a algumas conclusões que podem ser utilizadas para entender como funcionam as discussões políticas no Twitter e como a ferramenta pode vir a ser uma nova esfera pública de participação e ação política.

As conclusões, resumidamente, são: a) o Twitter pode sim ser caracterizado como um novo espaço para que os cidadãos discutam assuntos como política; b) o grau de instrução, de informação política e o conhecimento sobre os mecanismos de participação não podem ser consideradas variáveis que levam a participação política dos indivíduos nas redes sociais. Mas a partir do momento que o cidadão souber como utilizar as redes sociais como fonte legítima de participação e ação política, verificando como estabelecer ações populares, abaixo assinados, petições públicas, mobilizações e demais formas de ação, as redes poderão se potencializar como nova esfera pública de participação; c) a interação do cidadão com seus representantes de uma maneira menos burocrática e mais efetiva estimula o interesse em participar politicamente. A suposta horizontalização nas relações entre perfis em redes sociais é real e facilita a aproximação de pessoas das mais diversas classes ou extratos sociais com não só representantes, mas também com diversos formadores de opinião, celebridades, entre outros.

Ainda não se pode falar que o Twitter se caracteriza como uma nova esfera pública de ação política. É, como indicou a análise, mais um espaço possível para a discussão de temas políticos, como tantos outros assuntos. É um ambiente aberto e acessível a maioria das pessoas, mas ainda não foram encontrados mecanismos virtuais de participação política efetiva, sendo assim, por enquanto pode-se dizer que o Twitter é um mecanismo de amplificação de opiniões políticas, é um primeiro movimento para a participação e ação, mas

um segundo momento de deliberação mais profunda é necessário para que uma ação efetiva possa realmente se dar.

Talvez, um dos maiores avanços do twitter, como espaço virtual de discussão em seguidores e seguidos, seja a possibilidade de colocar em pauta assuntos que antes eram pouco debatidos e despertavam quase nenhum interesse de grande parte da população.

Entre eles, principalmente, a política. Escândalos aparecem como *trending topics* de discussão. O tom das mensagens tende a ser revoltoso, agressivo e, por vezes, reflexivo. Quem sabe sugestões de legislações e outras formas de participação política - que não apenas o protesto - podem vir a acontecer.

Ao final da pesquisa então, nem todas as questões exploradas no trabalho foram resolvidas. A partir do que se analisou sobre as possibilidades de discussão, participação e ação política no Twitter, estudos posteriores podem vir a descobrir como utilizar a rede social para mobilização popular e ação política efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Luciano. **Novo Manual de Ciência Política**. São Paulo: PC Editorial, 2008.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. **Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital**. Sessões do Imaginário, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, V.1, N.20, p. 34-40, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A Vida do Espírito**. Vol. II – Querer. Lisboa: Instituto Piaget, 1999a.

_____. **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

_____. **O Que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2002.

_____. **Sobre a Revolução**. Tradução de Ivo Morais. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2001.

_____. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

Aristóteles. **Ética a Nicómaco**. Brasília. UnB, 1985.

AVELAR, Lúcia. **Participação Política**. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (organizadores). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro : Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung ; São Paulo : Fundação Unesp Ed., 2004.

AVRITZER, L. **Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia**. in L. Avritzer e J. M. Domingues (org.) Teoria social e modernidade no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2000.

AVRITZER, L; COSTA, S. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 4, 2004, pp. 703-728. 2004.

BAQUERO, M. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. **Opinião Pública**. Campinas, v.14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.

BATISTA, Jandr ; ZAGO, Gabriela. **Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunica o no caso #forasarney** – trabalho publicado na revista Estudos em Comunica o, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edi es 70, 2008

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simula o**. Lisboa: Relógio d’ gua: 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2008.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro : J. Zahar. 2005.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. **Orçamento participativo: uma análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**. In: BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. (Org.). Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2006.

BORDENAVE, J. O que   participa o. 8^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOGDAN, R. e Taylor, S. *Introduction to qualitative research methods: A phenomenological approach to the social sciences*. New York: J. Wiley. 1975.

BOYD, D. M, & ELLISON, N. B. (2007). **Social network sites: Definition, history, and scholarship**. Journal of Computer-Mediated Communication, 13(1), Article 11. Retirado em 05 de Dezembro de 2011 de <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Tradu o Rita Espanha. Lisboa: Ed. Funda o Calouste Gulbenkiank, 2002.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento   A o Política**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991

CHOMSKY, N. **O controle da média – os espetaculares feitos da propaganda**. Tradu o de Ant nio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003

CORREIA, Luís de Sousa. **Internet – sala de estudo virtual**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade da Madeira, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que   participa o política?**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. **Avalia o qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.

DUARTE, André. **Hannah Arendt e a Modernidade: Esquecimento e Redescoberta da Política**. Trans/Form/A o, São Paulo, 24: 249-272, 2001.

_____. **Hannah Arendt: repensar o direito à luz da política democrática radical.** In *Direito e Discurso; discursos do direito.* Ricardo Marcelo da Fonseca (org.). Florianópolis, Fundação Boiteux, 2006.

_____. **A Política Excêntrica.** Mimeo, 2006.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados.** Coleção Debates. trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo.** São Paulo: Nobel, 1990.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

FUSCO, Camila. **O poder das redes sociais.** Revista Exame, São Paulo, edição 953, Editora Abril, 7 de outubro de 2010, p.131.

GOMES, Wilson. *Transformação da Política na era da comunicação de massa.* São Paulo: Paulus, 2004.

GENEBRA, Osbaldo. *La Netnografia: um método de investigación em Internet.* In Revista Iberoamericana de Educación. No. 4712. 10 de outubro de 2008. Disponível em <http://rieoei.org/deloslectores/2486gebera.pdf>. Acessado em 02/02/2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade.** Trad. Raul Fiker – São Paulo. Editora Unesp, 1991.

GLASER; STRAUSS. *The Discovery of grounded theory.* 1967.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia – entre facticidade e validade.** Vol II. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A, 2006

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HINE, Christine. **Etnografia virtual.** Barcelona: Editorial UOC, 2000.

JAMESON, Frederic. **A Virada Cultural: reflexões sobre o pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1991.

JAVA, Akshay; SONG, Xiaodan; FININ, Tim; TSENG, Belle. *Why We Twitter: Understanding Microblogging Usage and Communities.* Proceedings of the Joint 9th WEBKDD, 2007. Disponível em <http://ebiquity.umbc.edu/paper/html/id/367/Why-We-Twitter-UnderstandingMicroblogging-Usage-andCommunities>. Acesso em 21/10/2012.

JÚNIOR FONSECA, Wilson Corrêa da. **Análise do conteúdo**. In:_____ Métodos e Técnicas de Pesquisa e Comunicação. São Paulo, 280-304. Ed. ATLAS:2006.

KATZ, R. *Democracy and Elections*. New York: Oxford University Press, 1997. PP. 46-99.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOMESU, Fabiana. **Blogs e as práticas de escrita sobre si na Internet**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehte/artigos/blogs.pdf>. Acesso em: 05 de julho 2010.

KOZINETS, R. V. *Netnography 2.0*. In: BELK, R. W. *Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Lapassade, G. *L'Éthnosociologie*. Paris: Méridiens Klincksieck. 1991.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Trad. Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LEMOS, Renata; SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2002.

LEMOS, A.; P. CUNHA (Eds.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O universal sem totalidade, essência da cibercultura**. Portal SESCSP, 2009. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=168&ID=36&ParamEnd=9>, acesso em 02/01/2010.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAFFESOLI, Michel **O Tempo das Tribos. O declínio do individualismo na sociedade de massa s**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1987.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. **A Atividade Humana do Trabalho (Labor) em Hannah Arendt**. Revista Ensaio. São Paulo, n.14, p.131-68, 1985.

MANIN, B. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). V. 29, n. 1. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/porta/content/blogcategory/13/54/>.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Revista Ciência da Informação, vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2001

MENEGUELLO, Raquel. **Aspecto do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime**. 2010.

MILLER & SLATES. *The Internet*. An ethnographic approach. Oxford: Berg, 2001.

MOISÉS, J. A. **Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **Os Brasileiros e a Democracia – bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NORRIS, P. **Democratic phoenix. Reinventing political activism**. Cambridge, Nova Iorque, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore e São Paulo: Cambridge University Press, 2002.

ORIHUELA, J. L. *Twitter y el boom del microblogging*. Educar: Educación y TIC. Argentina, 22 nov. 2007. Disponível em <http://portal.educ.ar/debates/educacionytic/super-sitios/Twitter-y-el-boom-delmicroblo.php>. Acesso em 22 nov. 2011.

PHILLIPS, A. *The Politics of Presence: the political representation to gender, ethnicity and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995. Pp. 27-56 e 146-165.

PITKIN, H. F. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1967. Pp. 209-240.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. Agosto, 2007.

PRSEWORKSKI, A., STOKES, S & MANIN, B. (eds). *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York, Simon & Schuster, 2000.

RECUERO, Raquel. **Comunidades em Redes Sociais na Internet: Um estudo de uma rede pró-ana e pró-mia**. Faro, Valparaíso, v. 1, n. 2, 2006.

_____. **Teoria das Redes e Redes Sociais na Internet**. Trabalho apresentado no XXVII INTERCOM, na PUC/RS em Porto Alegre. Setembro de 2004.

_____. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **Mídia Social e Campanha Eleitoral**. Publicado: 22 de abril de 2010, em: http://pontomidia.com.br/raquel/arquivos/midia_social_e_campanha_eleitoral.html. Acesso em 2 de maio de 2010.

Revista Novas Tecnologias na Educação: CINTED-UFRGS. MONTARDO, Sandra Portella; PASSERINO, Líliliana Maria. Estudo dos Blogs a Partir da Netnografia: Possibilidades e Limitações. V. 4 N° 2, Dezembro, 2006.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias.** São Paulo: Experimento, 1996.

SCHIECK, M. **Os gorjeios que ganharam o mundo ou a importância do Twitter na #iranelection.** In: XXXII Intercom, Curitiba, PR, 2009.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. **Ação Plural, Singularidade e Poder Em Hannah Arendt.** Intuitio. ISSN 1983-4012. Porto Alegre. V.2 - No.1. Junho 2009. pp. 201-216.

SLEVIN, James. *The Internet and Society.* Cambridge, UK: Polity Press. 2000.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a Banalidade do Mal.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STRAUSS, A. CORBIM, J. *Basics of grounded Theory Methods.* Beverly Hills, CA: Sage. 1990.

_____. *Tracing lines of conditional influence: Matrix and Paths. Paper delivered at the annual meeting of the American Sociological Society.* San Francisco, California, August 13. 1989.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

TOMAEL, Maria Inês; ALCARA, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. **Das redes sociais à inovação.** Ci. Inf., Brasília, v. 34, n. 2, ago. 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, Ana Paula Repolês. **O sentido da política em Hannah Arendt.** Trans/Form/Ação, (São Paulo), v.30(2), 2007, p.235-246.

VIEIRA, Anderson. **Twitter. Influenciando Pessoas e Conquistando o Mercado!** Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.

ZAGO, Gabriela. **Afinal, o que é um microblog.** Disponível em: <<http://www.verbeat.org/blogs/gabrielazago/2008/10/afinal-o-que-e-um-microblog.html>>. Acesso em: 11 out. 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.